

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE HUMANIDADES - CAMPUS II
MESTRADO EM SOCIOLOGIA RURAL

EM BUSCA DA "TERRA MOLHADA":
AÇÕES COLETIVAS DE RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO
MOVIMENTO SINDICAL EM ITAPARICA.

CLEILDES MARQUES DE SANTANA

CAMPINA GRANDE - PB
OUTUBRO / 1999

EM BUSCA DA "TERRA MOLHADA":
AÇÕES COLETIVAS DE RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO
MOVIMENTO SINDICAL EM ITAPARICA.

FICHA CATALOGRÁFICA

100	
301/563	Benedito, Cláudio José de Ocupação e organização do movimento sindical em Itaparica, Bahia, 1979-1980.
5 2310	
	de resistência e organização do movimento sindical em Itaparica, Bahia, 1979-1980.
	em Itaparica, Bahia, 1979-1980.
	de 1979-1980.
	Ocupação e organização do movimento sindical em Itaparica, Bahia, 1979-1980.
	1. Itaparica (Bahia). Movimento sindical.
	2. Ocupação e organização do movimento sindical em Itaparica, Bahia, 1979-1980.

CLEILDES MARQUES DE SANTANA

EM BUSCA DA "TERRA MOLHADA":
AÇÕES COLETIVAS DE RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO
MOVIMENTO SINDICAL EM ITAPARICA.

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Sociologia da
Universidade Federal da Paraíba-
Campus II, em cumprimento às
exigências para obtenção do Grau de
Mestre.

Orientador : EDGARD AFONSO MALAGODI

CAMPINA GRANDE, PB
OUTUBRO/1999



S231b Santana, Cleildes Marques de
Em busca da terra molhada : acoes coletivas de
resistencia e organizacao do movimento sindical em
Itaparica / Cleildes Marques de Santana. - Campina Grande,
1999.
182 f.

Dissertacao (Mestrado em Sociologia) - Universidade
Federal da Paraiba, Centro de Humanidades.

1. Sindicalismo Rural 2. Movimentos Sociais 3.
Planejamento Energetico 4. Campesinato 5. Dissertacao -
Sociologia I. Malagodi, Edgard Afonso II. Universidade
Federal da Paraiba - Campina Grande (PB)

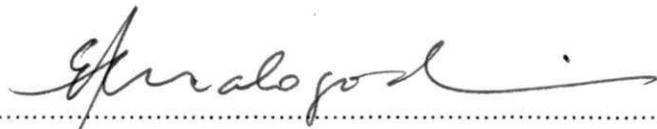
CDU 301.186.2(043)

CLEILDES MARQUES DE SANTANA.

EM BUSCA DA "TERRA MOLHADA":
AÇÕES COLETIVAS DE RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO
MOVIMENTO SINDICAL EM ITAPARICA.

Aprovada em 12/11/1999

BANCA EXAMINADORA



.....
Prof.º Dr. Edgard Afonso Malagodi (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - Campus II.

Examinadores :

.....
Prof.º Dr. Antonio da Silva Câmara.
Universidade Federal da Bahia.

.....
Prof.ª Dr.ª Simone Carneiro Maldonado.
Universidade Federal da Paraíba - Campus I.

"um homem da aldeia de Neguá, no litoral da Colômbia conseguiu subir aos céus. Quando voltou disse que tinha contemplado lá do alto a vida humana e disse que somos um mar de fogueirinhas.

"O mundo é isso - revelou- um montão de gente, um mar de fogueirinhas. Cada pessoa brilha com luz própria entre todas as outras. Não existem duas fogueiras iguais. Existem fogueiras pequenas, grandes e todas as cores. Existe gente de fogo sereno que nem percebe o vento; gente de fogo louco que enche o ar de chispas. Alguns fogos, fogos bobos, não iluminam, nem queimam, mas outros incendeiam a vida com tamanha vontade que é impossível olhar para ele sem pestanejar e quem chega perto pega fogo."

(Galeano, E. O Mundo - do livro dos abraços.)

Para M.B.

AGRADECIMENTOS

"é primavera.... estação de flores, de encantos e desencantos. Apesar da vida/exercício acadêmico não ser um "mar de rosas" acredito na possibilidade de podermos mergulhar em outros mares e florir esta vida com outras flores."

Ao CEFET-Ba por propiciar a liberação para a realização do estudo, aos colegas de departamento, particularmente Rita Reis, Fátima Ventura e Sônia Brito que nos momentos de saudades e incertezas enviaram estímulos, solidariedade e carinho.

À CAPES, pelo apoio financeiro durante a vigência do curso.

A meus pais, irmão e irmãs, cunhados(as) e com muito amor, a Igor meu sobrinho.

Ao Prof. Edgard Afonso Malagodi, pela orientação e o estímulo à atividade de pesquisa.

Ao Prof. Antônio Câmara pelo apoio, dedicação, carinho e estímulo desde a graduação.

Aos amigos "fora daqui" pelo estímulo à distância: Jú, Valéria, Tiago, Alain, Fernando "Muchocho", Venâncio e, especialmente, a Mônica Coutinho, colega, amiga, irmã, tagarela e "socióloga de ponta".

À Luzia, colega e companheira de trabalho que também à distância partilhou da ansiedade e perspectivas neste exercício acadêmico.

Aos ex-alunos que guardo como lembranças dos bons tempos de docência, cuja relação se transformou em amizade, especialmente, Soraia e Cássia Queiroz.

Às pessoas que partilharam um pouco deste cotidiano e vice-versa: Marden, amigo e colega de curso, Fernando, Linderberg, Salomão, Pereira, Kalina, Jó e Assunção que realizaram a transcrição das entrevistas, Ilma e Seu Romário, Edna e Jó, Miranda, Cris e Fabricio. E especialmente ao "Dread Pin".

Aos funcionários do Programa de mestrado em Sociologia e Economia, Joazinho, Vera, Verinha, Reinaldo, Rinaldo, Neuma, Roberto e especialmente a Rose, do Banco de Dados da UFPB, que através de um sorriso cotidiano emana carinho e dedicação. E aos colegas do curso de mestrado em Economia, especialmente Fábio, Cátia e Flávio.

Às pessoas que constróem o movimento sindical em Itaparica, trabalhadores rurais e todas as pessoas que diretamente e indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, especialmente, Eraldo, Ademar, Marta, Leda, Edilene, Paulo Gomes, Agê e Rita Câmara.

A Kizinho que compartilhou e acreditou desde os primeiros passos da realização deste processo com sua cabeça e coração poeta.

Ao Super - Duduco por motivos "indizíveis".

A Clê, amigo e carinho virtual que entre muitos "bites" no mundo virtual, na solidão da noite, fez desse exercício algo prazeroso.

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
INTRODUÇÃO	15
CAPITULO 1- Trajetórias e tendências de estudos sobre projetos de grande escala e movimentos sociais.	24
1.1- Efeitos sociais e comunidades indígenas.	
1.2- A participação camponesa como objeto de estudo.	
1.3- Caminhos de uma nova abordagem.	
CAPITULO 2 - Os movimentos sociais de atingidos por barragens no rio São Francisco.	57
2.1 - Moxotó : experiência de expulsão.	
2.2 - Sobradinho : experiência de fracasso ?	
2.3 - Itaparica : experiência singular.	
CAPITULO 3 - A formação sócio-política do movimento sindical em Itaparica.	
3.1- A configuração organizacional .	78
a) Os sindicatos.	
b) O Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco.	
c) As associações.	
d) As cooperativas e entidades informais.	
3.2 - A trajetória do movimento e suas fases.	85
3.2.1- A articulação dos sindicatos à criação do Pólo sindical.(1974/1979)	
3.2.2- A interiorização da luta e o Acordo de 86.(1980/1987)	

3.2.3- A mudança para as agrovilas e as novas formas de
representação política. (1988/1991)

3.2.4- Retomada das relações produtivas e criação de
cooperativas. (1992/1997)

CAPITULO 4 - Ações coletivas de resistência e organização: Desafios e perspectivas.	114
4. 1 - Organização sócio-política.	
4. 2 - Assistência técnica e Extensão rural.	
4.3 - Questões emergentes : meio ambiente, relações de gênero e juventude.	
CONCLUSÃO.	153
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.	158
ANEXOS.	182

LISTA DE SIGLAS.

- A A.T.R. - Associação de Advogados dos Trabalhadores Rurais.
- A.T.E.R - Assistência Técnica e Extensão Rural.
- C. C. - Coordenação Compartilhada.
- C.D.D.H.S.F - Centro de Defesa e Direitos Humanos do Submédio São Francisco.
- C.H.E.S.F - Companhia Hidrelétrica do São Francisco.
- C.L.G - Comitê Local de Gestão.
- CONTAG - Confederação Nacional de Trabalhadores da Agricultura.
- COOPAG - Cooperativa dos Agricultores de Glória.
- COOPAR - Cooperativa autogestionária dos agricultores de Rodelas.
- COOPBARREIRAS - Cooperativa do Projeto Barreiras.
- COOPEBRAN - Cooperativa do Projeto Pedra Branca.
- COOPERAGRI - Cooperativa agropecuária dos irrigantes do Icó - Mandantes.
- COOPERANÇA - Cooperativa do Projeto Brigida.
- FETAG/Ba - Federação Estadual de Trabalhadores da Agricultura da Bahia.
- FETAPE - Federação Estadual de Trabalhadores da Agricultura de Pernambuco.
- G.E.R.P.I. - Grupo de Estudos do Reassentamento do Projeto Itaparica.
- M.S.T.R - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais.
- N.G - Núcleo Gestor.
- S.T.R. - Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

RELAÇÃO DE FIGURAS E QUADROS.

Lista de Figuras :

Figura 01 - Estrutura organizacional do Pólo sindical do Submédio São Francisco.

Figura 02 - Organograma do MSTR.

Lista de Quadros:

Quadro 01 - Caracterização de área/municípios e população deslocada.

Quadro 02 - Sindicatos criados e/ou renovados.

Quadro 03 - Caracterização da população atingida por agrovilas

Quadro 04 - Associações comunitárias.

Quadro 05 - Cooperativas.

Quadro 06 - Evolução do n^o de profissionais da ATER.

RESUMO

Este trabalho busca problematizar, a partir da literatura sobre Projetos de grande escala e movimentos sociais, a caracterização conferida à reação de populações atingidas por usinas hidrelétricas. Através de um estudo sobre a trajetória do movimento sindical dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco, reunidos no "Pólo Sindical" e organizado em entidades de base (sindicatos, associações, cooperativas, etc) a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica (1974/1988), localizada entre os estados da Bahia e Pernambuco, pela CHESF (Companhia Hidrelétrica do São Francisco) buscamos verificar os elementos que o singularizam face aos demais. **Primeiro**, pelo fato de ter reunido elementos das experiências e conflitos gerados pelos projetos realizados anteriormente na área, e assim efetivar "novas" estratégias frente ao Estado e, em **segundo** lugar, pelas alterações realizadas em nível organizacional, estratégico e representativo ao longo destes anos. A pesquisa tem como campo de estudo as supracitadas entidades sindicais, em ambos os estados, onde realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com dirigentes sindicais, lideranças de entidades diversas e profissionais da assistência técnica; observação participante; levantamento bibliográfico de documentos produzidos pelas entidades sindicais, organismos institucionais, etc. Avalia-se que há uma diversidade de estratégias imbricadas, que sinalizam não somente para a construção de um "novo" espaço agrário, através dos projetos de irrigação, no Vale do São Francisco, mas também, para a consolidação da condição de interlocutor/mediador entre CHESF e reassentados na área através de ações coletivas de renovação do movimento sindical.

ABSTRACT

This study aims to analyse how people affected by the construction of dams for hydroelectric power react to these projects. We take as a starting point the literature on large scale projects and social movements. The rural workers trade union movement, which has organized itself, since the building of the Electrical Dam of Itaparica (1974/1988) through the ' Trade Union Regional Group of the Submédio San Francisco ' and the local trade unions, associations and co-operatives. Through a study of the trajectory of the trade union movement, we pursue to analyse the singularities of this social movement, focusing on two main aspects. First, it is a movement which aggregates experiences and conflicts generated by prior Dam Project in the region. This enabled the workers social organizations to take ' new ' strategies on facing the State. Second, the transformations happened on the organizational, strategical and representative levels throughout these years. The research has taken as case study the mentioned trade unions organizations in both States, Pernambuco and Bahia. We did semi-structured interviews with trade union leaders, leaders of a different organizations and professionals of technical assistance. We also did participant observation, literature research on documents written by the trade union organizations and others institutions. We conclude that there are a diversity of intertwined strategies, which lead not only to the construction of a ' new ' agrarian space, through the irrigation projects in San Francisco Vale, but also for the consolidation of the social relation between mediator and the Dam Company (CHESF) and resettled people in the area through the collective actions of the renewed trade union movement.

INTRODUÇÃO

Observarmos que há um amplo mosaico interpretativo para uma abordagem sobre movimentos sociais, mesmo reconhecendo-se que a história esteja marcada pela presença política destes fenômenos sociais em diferentes momentos da vida nacional¹.

Dentro desta diversidade de abordagens, consideramos a existência de importantes contribuições e teorias analíticas, que revelam estes fenômenos, bem como outras menos satisfatórias.

Aqui, entretanto, não pretendemos nem desconsiderar ou invalidar umas, nem tampouco clarificar quaisquer outras, como uma escolha supostamente mais adequada para legitimar os caminhos da nossa investigação. Procuramos problematizar a caracterização conferida, pela literatura sobre P.G.E (Projetos de Grande Escala) e movimentos sociais, à reação de populações atingidas por usinas hidrelétricas .

Assim, temos como objetivo trazer para o centro da análise, a partir desta literatura as principais contribuições relativas à caracterização da ação política engendrada em tais movimentos. Estes movimentos sociais emergentes, em decorrência de P.G.E, particularmente de usinas hidrelétricas, se encontram inseridos em uma ampla gama de enfoques e abordagens.

Ao longo dos anos, precisamente entre 1970 e 1980, as interpretações sobre a emergência destes movimentos sociais estiveram balizadas pela perspectiva de que a especificidade da "vida

¹Entre as décadas de 50 e 60, a organização sindical no campo já apresentava indícios significativos de crescente mobilização dos trabalhadores. Em primeiro momento, as Ligas camponesas no Nordeste, e quanto à década de 60, os sindicatos passam a ser espaços de disputas envolvendo a igreja, Cebs, partido comunista, etc. Com o período militar, as organizações sindicais assumem um outro papel e de certa forma têm as suas bases despolitizadas. Na década de 70 ocorrem diversas lutas e tem-se uma nova configuração política com o novo sindicalismo, a democratização e novos movimentos, como por exemplo o MST. Neste sentido, cabe referência aos trabalhos de Forman (1979) que examina o surgimento do campesinato brasileiro, tendo como referência o Nordeste durante a década de 60; Azevedo (1982) sobre as Ligas camponesas; os vários estudos de Souza Martins; Leonildes Servolo de Medeiros (1989); Andrade, M.C (1986); Gryzbowski (1987); Fernandes, B. M. (1996) dentre outros.

social" destas populações conteriam elementos para justificar a chamada "reação" de tais populações. Estes estudos caracterizavam-se pelas especificidades históricas e culturais das áreas onde se construíam tais projetos; a dimensão temporal e principalmente a própria intensidade do traumatismo sofrido pelas populações atingidas, que constituiria a base da reação e, por extensão, funcionariam como "mola propulsora" de movimentos sociais face aos problemas.

Consideramos contudo que sob o termo "vida social" se encontram estratégias e práticas políticas que substanciam tais movimentos sociais, e que se manifestam de formas distintas como caminhos próprios de tais movimentos sociais. No Brasil, observamos uma infinidade de formas de reação das populações atingidas em decorrência de projetos deste porte(Itaipu, Machadinho², Tucuruí³, Balbina⁴, Itá⁵, Moxotó, Sobradinho e Itaparica dentre outras).

Assim, entendemos a necessidade de dar enfoque à ação política engendrada por tais movimentos sociais em confronto com múltiplos e variados oponentes: em geral, com o próprio Estado, com os órgãos do setor elétrico ligados à esta área, a partir da década de 80, com os organismos e instituições internacionais, na sua maioria, financiadores dos projetos de reassentamento. Face a estes oponentes, aparentemente idênticos em todos os projetos, surgiram estratégias diversas destes movimentos sociais e, não somente em

²UHE integrante do Programa Uruguai inserida no Plano 2010 da Eletrobrás. situada em Pelotas, na fronteira do Rio grande do Sul e Santa Catarina. viria a atingir 11.400 famílias indígenas (kaingang/guarani) com forte representação: em função da atuação do MAB teve adiado seu projeto.(Ver: Santos. Pg. 96)

³UHE situada no rio Tocantins, construída entre 1978/1984, que implicou no deslocamento de 23.000 mil famílias e pelo fato de não existir um plano prévio de reassentamento trouxe graves problemas para as comunidades indígenas denominadas Parakaná. (Ver: Santos. pg.: 90)

⁴UHE situada no rio Uatumã, entre 1971/1988, acarretando igualmente graves problemas para as populações indígenas(waimiri-atroari) bem como às populações não-indígenas que viviam à jusante da barragem.(Ver: Santos. pg. 93)

⁵ UHE situada no rio Uruguai, na fronteira entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, tendo 3.214 famílias atingidas contou com significativa reação das populações rurais e urbanas.(ibidem)

função de diferenças históricas, geográficas, sociais, culturais, etc., mas como estratégias que se constituíram no próprio processo.

Dentro deste amplo leque de movimentos sociais, tomamos como referência o movimento sindical dos trabalhadores rurais atingidos pela barragem de Itaparica, localizada entre os Estados da Bahia e Pernambuco, na região do Submédio São Francisco, que tem sua trajetória marcada por uma série de desafios quanto à sua própria organização interna e no tocante à relação com a CHESF, empresa responsável pelo projeto e, organismos institucionais que se agregaram em outras fases do projeto de reassentamento.

A diversidade destas formas de reação expressa pelas populações afetadas, têm como base estratégias de resistência e organização, frente aos diversos desafios e problemas surgidos em função da construção destes projetos, e que sinalizam, não somente para a constituição de um "novo" espaço agrário, mas também, em termos de práticas de organização sindical.

Consideramos que a partir de tais estratégias encontra-se o fio condutor para o entendimento da nossa problemática, a saber : A literatura sobre a temática indica que é através das formas de encaminhamento das lutas empregadas por tais movimentos sociais, em suas organizações, que se pode compreender não somente a amplitude e dimensão dos efeitos sociais, bem como a natureza de tais movimentos sociais. No que se refere a este último aspecto, consideramos que nas reivindicações projetadas por tais movimentos sociais contém a construção de um projeto de transformação em duas dimensões: uma objetiva, que teria como ponto de partida a realização e conquista de demandas em torno do qual se trava a luta e uma segunda, digamos subjetiva, que teria como perspectiva a utópica construção de uma nova sociedade tendo em vista a conquista da cidadania.

Isto nos permite proceder às seguintes indagações: a) Como se dá o processo de construção das estratégias de organização em tais movimentos. b)Quais os elementos que as caracterizam, tendo em vista as diferenças existentes em grupos tão diferenciados? c)Quais as alterações imprimidas às relações de produção nas áreas atingidas por barragens? d)Como identificar e caracterizar tais alterações, tomando como referência os projetos de reassentamento destinados aos agricultores como "locus" de desenvolvimento destas "novas" relações de produção? e)Quais e como estão sendo encaminhadas as propostas de administração nestes projetos de forma que assegurem o controle e a gestão dos mesmos pelos agricultores? f)Quais as alterações possíveis de serem analisadas no que se refere ao perfil e atuação das entidades de organização constituídas pelos agricultores nas áreas atingidas considerando as novas bases de atuação? g)Quais os mecanismos de atuação das entidades no sentido de contemplar as novas reivindicações no que se refere à vida destas populações ?

Partindo destas questões chaves, a perspectiva metodológica que adotamos para a investigação da problemática tem como referencial empírico as entidades, suas lideranças, representantes e profissionais integrantes do movimento sindical na região do lago de Itaparica. Enquanto instrumentos/alicerces da pesquisa de campo priorizamos a pesquisa exploratória; as entrevistas de livre pauta e semi-estruturadas com lideranças sindicais das várias entidades; profissionais da assistência técnica e extensão rural em ambos os estados; procedemos, também, a um cuidadoso levantamento bibliográfico do material produzido pelas entidades e organismos institucionais, além de participarmos como observadora, em atividades realizadas pelo movimento sindical e organismos institucionais.

Iniciamos pela pesquisa exploratória na cidade de Petrolândia/ Pe, sede do Pólo Sindical dos trabalhadores do Submédio São Francisco, considerando a importância e representatividade desta entidade para o movimento sindical, ou seja, "o lugar onde as coisas acontecem", segundo seus integrantes, entendendo ainda que tal procedimento tornar-se-ia necessário e de suma importância para a definição das etapas posteriores da investigação.

Esta primeira etapa, significou um "re-encontro"⁶ com os integrantes do movimento sindical na área em estudo, oportunidade em que fizemos contato com as lideranças, e entrevistas de livre pauta que evidenciaram dois aspectos muito marcantes: por um lado, a situação de enfrentamento e mobilização do movimento, frente à CHESF na iminência de sua privatização, em um acampamento realizado em Paulo Afonso, pelos trabalhadores do Reassentamento Itaparica, intitulado Ação Pró-Itaparica⁷; e de outro, a presença maciça e envolvente de novos sujeitos, os jovens, no movimento sindical.

Isso nos permitiu refletir sobre os rumos do movimento sindical. As primeiras entrevistas foram realizadas no interior do acampamento com lideranças expressivas naquele momento.

Tal etapa sinalizou, ainda, para a necessidade de delinear e definir uma amostra das entidades, que compõe o movimento sindical, tendo em vista a multiplicidade e diversidade, bem como pela necessidade de pré-definir algumas das questões a serem inseridas nos roteiros de entrevistas⁸, procedimento entendido como passível e factível de reunir as informações sobre a problemática.

⁶Entre 1988 e 1990 participei na qualidade de estagiária da CPT (Comissão Pastoral da Terra) realizando atividades na área estudada.

⁷A expressão acampamento aqui se refere à ocupação realizada pelos trabalhadores nas dependências administrativas(prédios, etc) e canteiros da empresa, distintamente dos acampamentos realizado pelo MST, enquanto local que vem a ser ocupado e transforma-se em moradia.

⁸ Ver Anexo 01 : Roteiros de entrevistas.

A partir desta pesquisa exploratória tornou-se possível confeccionarmos um quadro das entidades integrantes do movimento sindical em Itaparica⁹, e tomando como base alguns critérios previamente definidos nos objetivos da investigação selecionamos as entidades¹⁰ e os entrevistados¹¹.

Cabe ressaltar ainda que tal seleção combinou aspectos teóricos e práticos em que estabelecemos critérios gerais sintetizados, respectivamente, da seguinte maneira: a) Entidades com expressividade no processo político e trajetória do movimento sindical; b) Lideranças ou integrantes do movimento que apresentassem legitimidade, conferida pelo movimento sindical; c) Informações que abrangessem a realidade dos dois estados; d) Localização e acessibilidade às áreas e entrevistados.

Além das questões citadas anteriormente, tentamos cotejá-las com cada momento, ou seja, de acordo com o contexto de sua realização, para que pudessem possibilitar uma correlação entre o tempo do pesquisador e do entrevistado. As outras fases de realização da pesquisa de campo tiveram como propósito dar continuidade a realização das entrevistas e participar das atividades realizadas pelo movimento sindical.¹²

Cabe acrescentar a essas questões o fato de que algumas dessas entrevistas foram realizadas no momento em que o G.E.R.P.¹³ realizava seu trabalho na área, fato significativo para observarmos a atuação das citadas entidades frente ao grupo interministerial e vice versa.

⁹Ver Anexo 02 : Quadro das entidades integrantes do movimento sindical em Itaparica.

¹⁰Ver Anexo 03 : Perfil das entidades integrantes do movimento sindical em Itaparica.

¹¹Ver Anexo 04 : Perfil dos entrevistados.

¹²Ver Anexo 05 : Atividades ocorridas na área durante o trabalho de campo.

¹³Grupo interministerial criado para propor alternativas de resolução dos problemas na área de Itaparica. Cabe ressaltar que esta visita decorreu da ação realizada pelos trabalhadores em março/1998 e que resultou também na liberação de verbas para a conclusão do reassentamento.

Ainda assim, tentamos estabelecer contatos e visitas a outras áreas do reassentamento, a exemplo da região onde se localiza os Projetos especiais. Entretanto, em função da dificuldade de deslocamento para a referida área e pela crescente violência decorrente do narcotráfico, priorizamos os contatos com os profissionais e as lideranças que estiveram em Petrolândia, para participarem das atividades relativas à avaliação dos serviços de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) e complementamos nossas informações com a leitura de documentos das entidades desta área.

A princípio, identificamos que os estudos existentes, sejam de caráter investigativo ou de avaliação, todos seguem a linha de exposição cronológica dos acontecimentos na área e, assim, grande parte deles restringem-se às fases de mobilização e de conquistas do processo de mobilização do movimentos sindical.

O presente estudo justifica-se pelo seu próprio escopo de abranger as várias fases, a partir de sua origem até o momento, permitindo uma análise mais ajustada à amplitude do movimento sindical e intitula-se *Em busca da "terra molhada": ações coletivas de resistência e organização do movimento sindical em Itaparica*. Como o título sugere trata de analisar as ações coletivas empreendidas por este movimento social, no que diz respeito, não somente à conclusão dos perímetros irrigados("terra molhada"), bem como no que se refere à organização sindical na área do reassentamento.

Em nossa exposição destacamos, **no primeiro capítulo**, intitulado *"Trajetórias e tendências dos estudos sobre Projetos de grande escala e movimentos sociais"*, como as abordagens produzidas têm caracterizado as conseqüências dos P.G.E sobre as populações afetadas, e ainda, como as mesmas analisam a importância da

transformação de tais conseqüências como elemento para o surgimento de movimentos sociais.

Assim, buscamos identificar, sob tal prisma, as tendências existentes sobre a temática.

No **segundo capítulo** resgatamos as experiências dos movimentos sociais dos atingidos por barragens no rio São Francisco, Moxotó e Sobradinho, no Vale do São Francisco, considerando que de forma diametralmente opostas essas experiências são referenciais importantes não somente para a literatura, bem como para o movimento social em Itaparica, pois trazem importantes contribuições para entendermos a próxima seção que trata do movimento social em estudo.

Assim, o **terceiro capítulo** intitulado *A formação sócio-política do movimento sindical em Itaparica* sintetiza, retrata, em um primeiro momento, a configuração organizacional na área e apresenta informações sobre as várias entidades que compõem o movimento social. Em seguida, temos a trajetória deste movimento social a partir de suas fases: a primeira fase, antes da construção da barragem, referente aos principais aspectos e fatos relativos à constituição do movimento sindical na área, passando pela criação do Pólo Sindical, até a conquista do acordo em 1986; a segunda fase, após a formação do lago, referente às reivindicações relativas à conclusão dos perímetros irrigados, como também apresenta os aspectos relativos às mudanças significativas, incorporadas em termos de estrutura organizacional, das formas de mobilização, inserção de temáticas, etc. Em síntese, os elementos que substanciam a ação política deste movimento social.

Em um **quarto capítulo** intitulado "Ações coletivas de resistência e organização: Desafios e perspectivas" buscamos identificar as principais ações coletivas deste movimento social,

tomando como ilustração três questões fundamentais e corolárias desta trajetória, que são: as estratégias relacionadas à organização sócio-política dos reassentados e suas implicações em função do surgimento de novas entidades; o papel da atual assistência técnica e extensão rural no reassentamento e sua relação com os agricultores e, por fim, as questões emergentes na área (meio ambiente, relações de gênero e juventude) buscando analisar como essas questões sinalizam para os novos rumos dos movimentos sociais no campo.

CAPÍTULO 1

TRAJETÓRIA E TENDÊNCIAS DOS ESTUDOS SOBRE PROJETOS DE GRANDE ESCALA E MOVIMENTOS SOCIAIS.

A construção de P.G.E (Projetos de Grande Escala) através de usinas hidrelétricas, no Brasil, até então, tem trazido uma série de conseqüências e impactos, particularmente para as vidas das populações que se encontram nas áreas onde esses projetos são construídos e vicejado uma ampla gama de análises e interpretações¹⁴.

Observamos que tais abordagens encontram-se matizadas, em momentos distintos, por aspectos relativos à problemática da lógica de modernização do capital/desenvolvimento/ questão ambiental¹⁵; aos "caminhos e descaminhos dos movimentos sociais"¹⁶; e, mais recentemente, às questões que envolvem a participação das organizações multilaterais em projetos de desenvolvimento¹⁷.

Dentro desta ampla gama de matrizes, centramos nossa análise nas abordagens que fazem a correlação entre P.G.E e movimentos sociais e destacamos como tais abordagens têm caracterizado a emergência destes movimentos, analisando a conjuntura na qual foram produzidas, seu desenvolvimento posterior, bem como identificando as principais tendências existentes.

¹⁴ Destacamos tal propósito considerando o mapeamento realizado por Catullo (1992) que apresenta de forma bastante significativa uma evolução nas perspectivas de abordagens.

¹⁵ Ver neste sentido Comitê, Valéria (1998) em Energia e sustentabilidade, que discute as mudanças do modelo energético face à questão e discussão da concepção de desenvolvimento sustentável.

¹⁶ Ver neste sentido Grybowski, C. (1987) que discute sobre a emergência desta modalidade de movimentos sociais.

¹⁷ Ver neste sentido, Viana Aurélio et al (1998) A estratégia dos Bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos. e também Feehey, Patricia (1998) Accountable Aid: local participation in major projects.

Focalizamos assim, as principais contribuições relativas ao entendimento da ação política presentes em tais movimentos.

Cabe ressaltar que a área de estudos sobre movimentos sociais, como assinala Silva(1993:20), é fértil na produção de conhecimentos acerca da temática, ensejando uma constante reavaliação qualitativa dessa produção e o reconhecimento de novas abordagens. Tais abordagens evidenciam aspectos importantes: rastreamento analítico de uma produção caracterizada pela dispersão; incorporação de processos e práticas que desafiam as análises já produzidas; identificação de perspectivas de análise cujas matrizes são múltiplas e variadas; instabilidade em decorrência da heterogeneidade de processos e formatos organizativos que constituem o objeto, além das profundas repercussões causadas pela conjuntura política sobre a produção acadêmica.

Tomamos como referência para a investigação a década de 70, 80 e 90. A década de 70 por ser o período em que emergem os primeiros trabalhos acadêmicos sobre a temática, tinha como aporte teórico a compreensão de que tais movimentos estariam em confronto com o capital¹⁸, e quando se expande a política de planejamento energético que tem como base a geração e produção de eletricidade no Brasil.

Já a década de 80, emergiram estudos mais acurados sobre a temática, particularmente no que diz respeito à visibilidade do campesinato, bem como pelo fato desta época ser entendida como gestora de importantes e significativas contribuições para o entendimento da problemática. Assim, a participação política dos trabalhadores tem como pano de fundo, não somente o processo de

¹⁸Não descartamos a importância da produção realizada nas décadas anteriores, precisamente pelo fato de que tais abordagens, além de evidenciarem a importância das várias formas de mobilizações camponesas discutiam-se a própria natureza dos movimentos sociais.

democratização no país, mas a consolidação de novas formas de organização e participação política na sociedade brasileira.

Além destes aspectos, tais movimentos seriam portadores, não somente de novas alternativas, caminhos, signos e significados, mas oportunizariam o reconhecimento da legitimidade de tais movimentos sociais como expressão política e cabendo a eles o papel, dentre outros, de reivindicar que as políticas públicas fossem reflexo das aspirações da sociedade civil.

Os anos 90, embebidos destas contribuições anteriores, apresentam-se sob um outro vasto arsenal de caminhos, pois além das nuances na conjuntura do governo neoliberal, incorporam e aprofundam o conhecimento acerca das particularidades nos movimentos sociais buscando apreender as articulações das contradições sociais, conflitos, etc enquanto possibilidade de mudanças e rupturas com o instituído, como assinala Silva (ibidem:28). Uma revolução permanente e molecular, tendo por base a subjetividade, como referencial explicativo deste momento, ou como sugere Scherer-Warren (1999) cenário que requer uma metodologia baseada na concepção de "redes"¹⁹.

Consideramos assim, que para entendermos os aspectos relativos às modificações na trajetória explicativa da literatura que trata dos P.G.E e movimentos sociais torna-se necessário identificar e caracterizar como se desenvolveu o conceito de Projetos de grande escala, os principais aspectos relativos a esta temática através de seus principais expoentes, e por fim, como essa literatura se desenvolve no Brasil. Nossa intenção tem como objetivo delimitar o campo conceitual sobre a problemática dos movimentos sociais que emergem em decorrência destes projetos na América Latina e, ainda

¹⁹Ver neste sentido: Scherer-Warren, Ilse (1999) que discute as ações coletivas elaboradas pelos movimentos sociais na presente década tendo em vista a globalização.

servir de aporte para analisar as experiências de movimentos sociais deste porte ocorridos no Nordeste, tratadas no capítulo seguinte.

1.1 - Os efeitos sociais de projetos hidrelétricos e as populações indígenas.

O início da exploração hidráulica no Brasil teve como pré-requisito o aumento da rentabilidade dos recursos e o atendimento ao consumo desenfreado de eletricidade nos grandes centros. Mas é somente no começo do século que os recursos financeiros do país destinam-se concretamente à expansão dos sistema elétrico, predominando assim a opção por construção de grandes usinas hidrelétricas²⁰.

Tal política energética, como ressalta Boa Nova(1985:) esteve baseada na ideologia desenvolvimentista cujo princípio residia "em arrancar do atraso e da pobreza as populações residentes nas áreas onde instalavam-se tais projetos." Como extensão deste propósito, tais projetos têm implicado em transformações e mudanças profundas para as vidas destas populações afetadas por esses projetos e permitido uma série de interpretações sobre a temática. O marco desta produção acadêmica coincide com a maciça e questionável instalação de usinas hidrelétricas na América Latina e, particularmente, no Brasil, é o período de construção dos grandes projetos como Tucuruí, no rio Tocantins; Sobradinho, no rio São Francisco; Itaipu e Porto Primavera no rio Paraná.

Em termos de uma abordagem analítica e crítica sobre esta produção, encontramos em Catullo(1992) importantes e significativas contribuições sobre a produção acadêmica a partir da década de 70.

²⁰Ver neste sentido Fainzilber (1980) que apresenta a trajetória desta opção tecnológica de geração de eletricidade tendo como carro-chefe a construção de usinas hidrelétricas no início do século.

Neste mapeamento, a autora focaliza, dentre outras questões, os aspectos presentes na produção realizada por cientistas sociais latino-americanos sobre os efeitos sociais de projetos deste porte, indica que tais estudos surgem na década de 70, mas é sobretudo nas décadas posteriores que se tem um maior grau de desenvolvimento e aprofundamento destes estudos.

Segundo a autora(1992:205), a denominação Projetos de grande escala é resultante das investigações produzidas pelo antropólogo Gustavo Lins Ribeiro que o conceitua da seguinte maneira:

"(...)as grandes obras públicas como os processos de construção de novas capitais; a realização de canais de navegação; a extensão de linhas ferroviárias; a construção de represas hidrelétricas são resultados de uma forma de produção que denominadas projetos de grande escala. Estes projetos se caracterizam como sistemas, totalidade que compreendem diversas variáveis interrelacionadas(econômicas, demográficas, ecológicas, políticas e ideológicas)."

No que se refere especificamente ao Brasil, neste primeiro momento da década de 70, tais abordagens focalizam os efeitos sociais tomando como referência as comunidades indígenas, "vítimas" diretamente mais afetadas por tais projetos e nestas focalizavam-se os efeitos sociais voltados para as relações de produção em decorrência do contato interétnico²¹.

²¹ Ver neste sentido Santos Coelho (1970) e Velho, Otávio (1972; 1976) que enfatizam as mudanças nas relações de produção de grupos indígenas e sua repercussão na sociedade nacional.

É datado deste período, também, a realização de estudos considerados como pioneiros e importantes dentro da literatura de impactos, já que propiciaram o conhecimento das áreas indígenas afetadas, bem como reuniram informações que possibilitariam a mobilização da opinião pública sobre os efeitos negativos da instalação de projetos deste porte. Possibilitou, ainda, o acúmulo de investigações que resultou na criação do primeiro centro de investigações sobre as conseqüências de grandes obras, na Universidade Federal de Santa Catarina.

Como expoente desta produção temos Santos Coelho (1992:83) que além da problemática indígena, insere outras críticas como observamos em outros estudos, particularmente quanto à ideologia presente na perspectiva de tais projetos:

"(...) a conjuntura de surgimento de tais projetos indica que os mesmos são frutos de um modelo concentrador de rendas, baseados na centralização das decisões onde os detentores do poder sempre se vangloriavam com a implantação de grandes obras de engenharia, isto é, a afirmação pelo uso do poder para decidir sobre projetos que demandavam longa maturação, juntamente com a possibilidade de levar para a população uma mensagem de eficiência e de afirmação da grandiosidade do país(grifo nosso)."

É dentro desta perspectiva de "Brasil Grande" como ressalta Assis (1998:43) e da forma como se gerou eletricidade, que surgem os conflitos que entraram em consenso com as estratégias de independência nacional. Paulatinamente à construção destes projetos,

outras observações resultantes de estudos e pesquisas foram sendo incorporadas e acumuladas ao longo desta trajetória.

Assim, observamos mais recentemente em tal produção a inserção de outras temáticas, como indica o mesmo estudo realizado por Santos Coelho, particularmente quanto à preocupação com as questões sociais e ambientais decorrentes de tais projetos. Nesse estudo, o autor destaca que, em função da problematização sobre a questão ambiental, houve um redirecionamento das formas de aproveitamento energético e que de certa forma tal problematização funcionou como fio condutor para o questionamento de conseqüências dos impactos provocados por tais projetos na vida das populações atingidas. Ressalta, também, para atentar-se sobre a elaboração de estratégias e metodologias por parte dos órgãos responsáveis pela realização de tais projetos, no que se refere às questões sociais.

Este autor aponta, ainda, que uma das justificativas possíveis para se refletir sobre esta re-elaboração da forma de aproveitamento energético realizado no Brasil e de uma suposta sensibilização dos órgãos responsáveis pelas questões sociais, tem como aval as oportunidades geradas para o capital financeiro propiciados pela construção de tais projetos, bem como pela ausência de uma legislação ambiental no país.

É nesta perspectiva que Santos Coelho considera a importância das mudanças realizadas ou promovidas pelo setor elétrico que, segundo ele, moldou-se para atender a esta nova configuração dotando-se de parâmetros legais para subsidiar às questões sociais.

Entretanto, há controvérsias quanto à tal perspectiva pois a mesma carece de um aporte que considere de fato os impactos a partir de uma perspectiva menos tecnocrática e dicotômica.

Como expoente desta controvérsia, destacamos a análise realizada por Brito(1981:03/04) que enfatiza, não somente a dificuldade em anelar nesta abordagem tais questões, ou seja, que incorpore nesta concepção de impacto as problemáticas relativas à vida das populações, mas também, para a dificuldade dos cientistas sociais em assumir teoricamente tais problemas, afirmando:

"O debate energético despertou para o interesse primordial e urgente de se examinarem as tecnologias energéticas sob todas as suas dimensões. Somente uma prática de interdisciplinariedade real pode abrir eficazmente campos científicos e tecnológico novos."

Em que pese a importância das questões presentes nas entrelinhas de tais controvérsias, entendemos que além da importância destes primeiros passos, concordamos com Catullo, que é na década seguinte que se amplia os enfoques presentes em tal abordagem que de maneira significativa torna-se importante para o entendimento da nossa problemática.

1.2 - A participação política camponesa como objeto de estudo.

Como indicamos, a década de 80 tem como pano de fundo o processo de democratização no país que possibilitou a emergência de movimentos sociais e consolidou novas formas de organização e participação política na sociedade brasileira.

No que se refere à problemática dos projetos de grande escala, se introduziu modificações em nível institucional, através da

legislação ambiental²², que dentre outros aspectos prescreve e "apela" para a participação das comunidades atingidas em várias fases destes projetos de grande impacto.

É datado deste período também, no que se refere a produção analítica, o surgimento de outros núcleos de pesquisa em centros acadêmicos²³. Assim, em meados da década de 80, surge o núcleo de estudos na Universidade Federal do Rio de Janeiro, através do Museu Nacional, representado pela equipe do PPGAS, de caráter interdisciplinar, que aborda tal problemática, sobre outro prisma, já que toma como referência as conseqüências econômicas, sociais e políticas da construção de U.H.E, em áreas de pequenos proprietários, tanto no Nordeste quanto no Sul, centrando-se na mobilização dos setores camponeses na defesa dos seus direitos .

Dentro desta linha encontram-se os trabalhos de Lygia Sigaud(1986) que inicialmente delinea os tipos de abordagens em três tipos²⁴ : Primeiro, os estudos realizados diretamente por empresas que trabalham por convênios com as empresas estatais, e que ressaltam que a categoria impactos aparece como "incerta", ou melhor, que ignoram o conhecimento produzido sobre a área, já que recorrem a dados oficiais recolhidos pelas próprias empresas, substanciando assim, uma visão estereotipada da população afetada que por extensão, legitima com fundamentos ditos científicos a visão geral dos

²²Decorrente das resoluções do CONAMA, cria-se o Departamento de Meio Ambiente (1987) da Eletrobrás que define as diretrizes para o relacionamento entre empresas e sociedade, quanto aos impactos decorrentes da construção de barragens.(Rothman:1997)

²³Ainda neste período temos a criação do terceiro centro acadêmico de cujas temáticas, onde se destaca as investigações realizadas por Ribeiro(1980) que analisam tal temática sob outro prisma. Como ressalta Catullo(1992:214). Em tal núcleo se conforma "as concepções de progresso, desenvolvimento e planificação juntamente com as análises da relocação forçada são o núcleo de um novo campo da antropologia , onde se inserem os estudos de projetos de grande escala : a antropologia do desenvolvimento."

²⁴ Este mapeamento tem como fonte os trabalhos realizados por Catullo, que se referem aos estudos até a década de 80. Cabe ressaltar ainda que a autora centraliza suas investigações no segundo estilo de produção teórica, distintamente de nossa perspectiva.

empreendedores de tais projetos. Um segundo tipo, que se refere às análises desenvolvidas por institutos de investigação ou por investigadores independentes apresentando dentre as várias características um maior nível de elaboração a respeito da compreensão da vida social. Como são encomendados diretamente por empresas, os profissionais responsáveis por estes estudos realizam uma avaliação negativa dos impactos e procuram procedimentos corretos para minimizar os impactos negativos. E por fim, um terceiro tipo, se refere aos trabalhos produzidos em nível acadêmico que marginalmente abordam o tema dos impactos, já que priorizam o estudo dos movimentos sociais que se estruturam no processo.

No que se refere às abordagens realizadas até então sob esta perspectiva de efeitos sociais para o campesinato, a referida autora ressalta que os elementos distintivos de tais efeitos para a população camponesa, "têm sido pensados como resultado de um intervenção vinda de cima, destituída da premissa de que os movimentos sociais que emergem destes projetos podem ser entendidos como respostas das populações". Daí a necessidade de enfatizar em seus estudos as diferenças de resultados entre dois projetos de usinas hidrelétricas e as diferentes formas de reação popular, pois considera as especificidades da vida social destas populações.

O referencial desta investigação realizado por essa autora tem como espaço empírico a área onde foi construída a usina hidrelétrica de Sobradinho no Nordeste e Machadinho no Sul, a ser construída. Em certa medida, observamos que em tal estudo busca-se

delinear os elementos ou aspectos que devem ser considerados e apreciados em outras investigações²⁵.

Dessa forma, um primeiro elemento ressaltado se refere à conjuntura política, tendo em vista que dependendo do tipo de atuação governamental, os movimentos sociais ou as ações individuais e / ou coletivas, por parte da população afetada passam a ter visibilidade²⁶ e aponta-se em tal estudo como a conjuntura política teve uma influência significativa no desempenho das organizações destas populações.²⁷

Em que pese a justeza de tal aspecto, a autora enfatiza que a variável política ou conjuntural por si só não subsidia ou justifica as diferentes formas de reação e apresenta uma segunda variável, a dimensão histórica-geográfica, entendendo que esta deve estar relacionada às condições de vida e ao grau de desenvolvimento das relações de produção encontradas nas áreas afetadas por tais projetos. Particularmente, no que se refere às relações sociais comunitárias existentes nos povoados, tomando o exemplo de Sobradinho, a autora ressalta :

"(...)as relações constituídas fundamentalmente de parentelas com fortes laços de solidariedade que se sobrepunha a qualquer outros e com identidade própria(...) e que adquiriu funções políticas no

²⁵Segundo a autora esta premissa se torna necessária pelo fato de que a herança da literatura anterior sobre o tem de uma forma geral "parece mais preocupada em subsidiar as agências governamentais " e que por extensão a maioria dos trabalhos sobre impactos não eram produzidos a partir de questões formuladas no interior da antropologia, mas de questões vindas de fora, ou seja, de determinações externas buscando-se o significado social da construção de tais projetos. (Sigaud: 1986: 05 /06)

²⁶Segundo Catullo (1992) no caso dos movimentos sociais que emergem em função da construção de projetos de grande escala há igualmente uma ampla gama de estudos que permitem caracterizar estes processos como fenômenos complexos e multidimensionais, haja visto a diversidade de dimensões que são afetadas e ressalta que em tais estudos a dimensão conjuntural não é restrita à temática de barragens, mas também de movimentos sociais de uma forma geral.

²⁷O momento no qual se construiu Sobradinho, foi marcado por um autoritarismo político que contribuiu para a inibir reações por parte da população, enquanto que em Machadinho "o país atravessava uma conjuntura de maiores liberdade democráticas".(Sigaud: 02/03)

momento do conflito, funcionando como o principal elemento da organização e pressão política." (ibidem:36).

Quanto a Machadinho, o outro exemplo, a reação da população, segundo a autora, teve como elemento principal a relação singular dos agricultores (imigrantes) com a terra, sendo 70% destes constituídos de pequenos proprietários, cujas atividades eram consideradas mais elaboradas (suinocultura, avicultura, etc) e organizadas no trabalho familiar.

Nesta perspectiva os antecedentes históricos das relações de produção encontrados na área em estudo denotam modos de vida diferenciados, formas distintas de relacionar-se com terra e, por extensão de fundamento, no dizer dessa autora, a legitimação da reação destas populações.²⁸

Uma outra dimensão necessária a ser incorporada é a temporal que se constitui como "importante na medida em que estabelece a distinção entre impactos a curto e longo prazo" (id: 04) e que nos remete a refletir sobre a potencialidade da reação das populações dentro de um espaço de tempo, já que esta contém em si a perspectiva de normalização e restituição das relações ou condições produtivas.

Um último aspecto ou dimensão, indicado na literatura sobre a temática, a ser considerado nas análises, se refere à necessidade de compreensão dos aspectos traumáticos causados em decorrência da realocação compulsória, em que se considera que é justamente em função da repercussão e da forma de encaminhamento deste

²⁸ Ainda segundo a autora enquanto no São Francisco, a área foi povoada originalmente por criadores de gado e que a população ribeirinha mantinha uma relação combinada entre pesca, agricultura de vazante e de terra firme. A área do rio Uruguai se apresenta como uma população indígena dispersa e formas variadas de relação com a terra, e ainda combinada com a presença de imigrantes europeus. (id: 04)

elemento pelas populações atingidas que se pode analisar com maior riqueza as conseqüências destes projetos.

Este conjunto de aspectos ou dimensões, na perspectiva dessa autora, deve ser considerado na medida em que permitirá, não somente uma compreensão mais acurada da concepção de impactos, já que a partir daí pode-se ampliar a premissa de que a intervenção não é produto exclusivo do Estado, como também, o resultado de um conjunto de forças políticas e de interesses nas áreas.

Isto permite ainda que tal resultado em forma de síntese não sirva como fórmula pronta e acabada para ser generalizada, já que agrega elementos e especificidades das áreas e da vida destas populações tornando-se significativos e visíveis na compreensão, principalmente, das formas de reação.

É significativo, nesta abordagem, o fato de se tomar como referencial explicativo da reação camponesa, não somente as diferenças no que se refere às relações de produção dos agricultores, como também o raio de ação destas em termos da organização sindical, já que sinalizam para a estruturação diferenciada das organizações sindicais.

Contudo, além desta significativa contribuição realizada por essa autora em caracterizar esta produção, em termos de aspectos e novas dimensões a serem incorporadas, entendemos que esta abordagem, que toma como referência o campesinato, traz à tona importantes contribuições particularmente por se referir às conseqüências destes projetos sobre tal segmento e as organizações camponesas frente a tais projetos. Em outras palavras, sinaliza para a importância e visibilidade deste segmento nesta dimensão política, de certa forma negligenciado nas abordagens anteriores. Entretanto, entendemos que a mesma encontra-se lastreada por uma perspectiva

teórica que consideramos circunscrita a determinados aspectos e conjuntura teórica-metodológica.

A continuidade desta abordagem de Sigaud, surge com os estudos realizados por Scherer-Warren (1996) que problematiza a temática correlacionando-a às performances dos novos movimentos de barragens *pari passu* à novos aspectos assinalados pela literatura sobre movimentos sociais.

Scherer-Warren indica em seus estudos²⁹ que a decisão da construção de tais projetos definem-se em fóruns escusos aos interesses das populações e trata-se ainda de uma forma de dominação que se legitima em duas direções :

"(...) através dos interesses do capital, que faz uso do solo, recursos naturais e desapropria tendo em vista o crescimento, acumulação e progresso(...)e por outro lado pela ideologia da modernização, que justifica todo o processo de industrialização e urbanização."
(idem:82)

A autora considera que as formas de organização da sociedade civil, representada pelos movimentos sociais, tem passado por alterações e, no que se refere à temática projetos de grande escala e reação popular, sinaliza para a necessidade de uma abordagem que redimensione e inclua os novos sujeitos, a saber : os diretamente atingidos, que são as populações urbanas e rurais, camponeses e índios; os indiretamente atingidos, que são os espoliados urbanos e a mão de obra temporária que se constitui de

²⁹Os estudos realizados pela autora citada tem como experiência empírica a reação das comunidades atingidas pelas barragens do rio Uruguai. Cf: Projetos de grande escala, a ocupação do espaço e a reação popular In: redes de movimentos sociais. cap. 5. 1996

trabalhadores não-qualificados, recrutados para a execução das obras.

Estes seriam "*novos sujeitos*" que para a autora re-definem a reação das populações, constituindo-se numa interação pouco estudada, considerando que há lacunas "quanto à determinação de quem são os indiretamente atingidos" entre os novos sujeitos que passam a fazer parte de cenário, já que todos eles são vítimas independente de sua condição ou situação em relação ao vínculo com a terra."(Scherer-Warren,1996:84).

Nesta abordagem, os efeitos negativos provocados por tais projetos e a forma de reação manifestada pelas populações afetadas são pensados e traduzidos enquanto caminhos na construção de uma identidade coletiva, de solidariedade, de novas modalidades de organizações, etc, que legitimaria a consciência política e que daria forma aos denominados "novos" movimentos sociais.

Particularmente, no que se refere à construção desta identidade coletiva, a autora assim a caracteriza:

"(...) esta se contrapõe ao discurso do progresso e dos benefícios(...) se constrói face ao sentimento da situação de expropriação e se transforma em bandeira de luta." (idem : 88)

Enfatiza que em decorrência da construção desta identidade coletiva que se transforma em identidade política, assume visibilidade e importância a ação política que engendra as organizações dos agricultores atingidos o que, na sua análise, substancia a reprodução grupal de forma que :

"(...) a solidariedade coletiva que se constrói no processo de luta poderá ser um fator de contribuição para o estabelecimento de um novo projeto de vida que se faz necessário em vista da re-estruturação do espaço cotidiano.(idem : 91/92)

E assim, na forma de novos movimentos sociais, como evidencia a autora, transformam-se e marcam presença, não somente no interior das empresas, mas contribuem para o processo democrático no país.(idem: 91).

É com base nestes princípios, ressaltados nesta trajetória analítica, que entendemos a necessidade de refletir sobre outros aspectos incorporados nas mais recentes abordagens, no sentido de dar conta das modificações que vêm se dando na sociedade, onde além das questões relativas e específicas e próprias à temática, outras questões se apresentam sugerindo uma atenção e reflexão, não somente no que diz respeito ao corpo conceptual da temática, mas sobretudo acerca dos movimentos sociais que se desenvolvem neste cenário.

1.3 - Caminhos de uma nova abordagem.

Como mencionamos anteriormente, as modificações pelas quais passam tais abordagens agregam, não somente resultados e análises dos estudos realizados em centros acadêmicos ou núcleos de pesquisa, mas também, novas questões oriundas de outros segmentos e setores. Observamos que na esfera acadêmica são esparsas e até mesmo tímidas as contribuições relativas à problematização da temática, mesmo considerando que projetos deste porte encontram-se

elaborados e em estudo e outros, com conclusão prevista ainda para esta década.³⁰

Assim nos reportamos à literatura que tem apontado mudanças promovidas pelos órgãos responsáveis pela elaboração e consecução de tais projetos, e na medida do possível, cotejamos essa literatura que analisa os impactos ou conseqüências sociais já que se encontra em íntima familiaridade com as abordagens sobre "novos" movimentos sociais.

Nesse sentido, buscamos apontar, principalmente as modificações introduzidas pelos setores responsáveis pela elaboração destes projetos, no que se refere à minimização dos impactos. No entanto, mesmo que significando uma "leitura de mão única", esta sinaliza importantes questões a serem posteriormente analisadas e incorporadas à temática, pois se referem justamente a modificações que incidem na forma de participação das populações afetadas por tais projetos e, por extensão, nos movimentos sociais constituídos em decorrência destes projetos.

Enfatizamos nesta literatura a mudança na legislação que autoriza a construção de tais projetos com a inclusão de alguns princípios, dentre estes, os EIA-RIMA (Estudos de impactos ambientais/ Relatório de impactos ambientais) e os mecanismos de participação das populações. Para entendermos inicialmente o que se refere a estas mudanças na legislação, torna-se necessário de forma sucinta observar as medidas tomadas.

Como indica Rodriguez(1998), as principais medidas tomadas para resolução dos problemas que envolvia recursos hídricos e problemas sociais têm seu marco com as secas no Nordeste, em 1920, quando se criou, dentre outras providências, instrumentos para

³⁰ Ver neste sentido o novo plano 2015 da Eletrobrás que indica as usinas hidrelétricas a serem construídas até 2015, que corresponde a 494 projetos deste porte. In: Informativo do MAB.1998

gerenciar o uso dos mananciais, resultando na criação do Comitê de estudos de forças hidráulicas, no âmbito do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Em 1934, é que temos o Código de águas³¹ que se constitui em um primeiro documento que legisla sobre os usos dos recursos hídricos. No entanto, este código significou mais uma iniciativa dos órgãos responsáveis pelo setor elétrico do que instrumento para se refletir sobre os impactos causados às populações afetadas por tais projetos.

Porém, entre as décadas de 80 e 90 é que se elaboraram procedimentos considerados "inovadores", como assinala Krause(1998). Dentre estes, encontra-se o atual sistema de gerenciamento de recursos hídricos do país, referendado pela lei 9.433/janeiro/1997, inspirado na experiência francesa e que contém dentre seus elementos a cobrança do uso da água e a participação efetiva da sociedade, através de seus representantes nos comitês de bacias hidrográficas, sintetizando assim o que seja "Parlamento das águas".

Do ponto de vista desse autor o novo modelo já conta com 15 comitês, mas torna-se necessário fazer com que outras decisões e medidas sejam incorporadas, desde as políticas públicas até as decisões empresariais e dos cidadãos, o que constituiria missão do Ministério do Meio Ambiente.

O propósito deste modelo, na visão desse autor, tem como perspectiva "definir padrões, induzir comportamentos e possibilitar a

³¹O código de 1934 primeiro instrumento legal brasileiro regulamentador da prestação de serviços, geração de energia elétrica mediante o aproveitamento dos potenciais hídricos. Há duas versões do código de águas (1907 e 1934 respectivamente) Ver: Granziera, M. Direitos de águas e meio ambiente.(1993)

criação de uma nova consciência e de articulação com alianças entre os agentes públicos e privados, incluindo aí a sociedade civil, através das organizações não governamentais e das corporativas, como os sindicatos, ou seja, vão envolver os interesses de todos os usuários dos recursos hídricos." (idem:02)

Concretamente, tal modelo prevê a criação de comitês de bacias e as agências de águas, estas últimas funcionando como braços executivos dos comitês, atrelados a uma perspectiva de planejamento em nível nacional dos recursos hídricos.

Como decorrência deste aparato, Krause sugeria a criação dos seguintes mecanismos de concretização para tal perspectiva: Os comitês locais; a lei de recursos hídricos; imposto territorial rural, lei dos crimes ambientais e normas do CONAMA sobre licenciamento ambiental.

Este novo conceito ou modelo para o uso e tratamento das questões relacionadas às águas brasileiras é considerado como peça importante na formação da nova face internacional do país, pois possibilita entender, dentre outras coisas, por que o conceito de água como recurso natural gratuito é perene e apenas um exemplo de águas passadas. (ibidem:14).

Segundo esse autor esta lei ou modelo complementa o código das águas, de 1934, pois tem como base "uma gestão integrada que coloca em destaque as águas superficiais, adotando a bacia hidrográfica como unidade de planejamento, à qual deve estar associada à bacia hidrogeológica." (op.cit 14)

Os princípios básicos deste modelo são: adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento³²; introdução do conceito

³²Esta proposta encontra-se desenvolvida no plano nacional de recursos hídricos, que resulta de um trabalho de atualização e coordenação dos chamados planos diretores de recursos hídricos, que são elaborados por uma bacia hidrográfica e se constitui em um processo que permite inserir mudanças de acordo com a evolução do desenvolvimento nacional. (Apud Krause, op. cit) 42

de usos múltiplos de forma que os usuários tenham acesso ao uso dos recursos hídricos, com prioridade para o abastecimento de água às populações, quebrando a hegemonia de um setor de usuários sobre os demais; reconhecimento da água como um bem limitado, finito e vulnerável e, por extensão, do valor econômico da água; gestão descentralizada e participativa, centrada na idéia de que tudo pode ser decidido em níveis hierárquicos mais baixos de governo, em que a condução da participação local não será resolvida pelos níveis mais altos dessa hierarquia . (op.cit. 14/15)

Consideramos que o uso destes instrumentos reflete o atual estado de arte do setor em todo mundo, pois os países que já adotaram lideram uma verdadeira revolução no planejamento e gestão dos recursos hídricos, melhorando o desempenho do setor e contando com água em quantidade e qualidade. Dessa forma, previnem e resolvem os sérios conflitos existentes dos usuários competidores assegurando um desenvolvimento sustentável (idem:15)

Aqueles princípios encontram-se ancorados nos seguintes organismos : Comissão nacional de recursos hídricos; Comitês de bacias hidrográficas; Agências da água e organizações civis de recursos hídricos.

Particularmente, quanto à gestão descentralizada e participativa, segundo seus idealizadores, trata-se de um encaminhamento que permite que os usuários e a sociedade civil organizada, as ong's e outros organismos possam influenciar no processo de tomada de decisão.

Contudo no entender de Garrido(1998:20), os fatores que influenciaram e possibilitaram esta transformação foram: o crescimento demográfico brasileiro; a transferência no perfil da economia do país;

a migração da população do campo para a cidade e a industrialização, que exigiu o crescimento do parque gerador de energia elétrica e que implicou na necessária construção de projetos de aproveitamento hidrelétricos, o que denota que a ênfase na importância da sociedade civil nas várias etapas, em verdade é algo bastante questionável.

Assim, em que pese a riqueza na elaboração de tal aparato, esses idealizadores observam pontos polêmicos deste conjunto de leis, especificamente Rodriguez e Cabral, em estudos avaliativos sobre a questão. O primeiro considera a cobrança pelo uso de água, cujo mecanismo de cobrança dar-se-ia através do comitê de bacias, mas solicita um outro recurso fundamental e bastante complexo: a elaboração de instrumentos e mecanismos que levem a conscientização dos sujeitos envolvidos na problemática. (idem:26)

Enquanto Cabral(1998:48) ressalta que tais aparatos apresentam lacunas bastante questionáveis, particularmente, no que se refere às multas e indenizações por danos aos proprietários ribeirinhos; reposição do leito e margens no Estado quando modificado por ocupações indevidas ; condições de navegação e derivação; inspeção e autorização das águas comuns e particulares, etc.

O que denota aspecto bastante significativo, tendo em vista incorporar novas dimensões, tais como a dimensão moral/cultural, porque esse modelo de planejamento energético tende a ser normativo, definidor de padrões, indutor de comportamentos e de uma nova consciência com relação aos recursos. A dimensão estrutural e organizacional, que propiciaria a reformulação do setor elétrico e a dimensão política, que regula e institucionaliza a participação dos atingidos apresenta lacunas precisamente quanto aos problemas mais contundentes da problemática.

Cabe ressaltar que observamos a discussão de uma nova perspectiva de desenvolvimento e as formas de gerenciamento hídrico para o país, como afirma Millar(1994:01):

"(...) este enfoque prioriza a satisfação das necessidades da população atual e assegura a disponibilidade, qualidade dos recursos hídricos para as futuras gerações."

Esse autor faz clara e evidente alusão à perspectiva de desenvolvimento sustentável, sendo justificado pela concepção de que esta revisão e adequação de tais procedimentos viria implicar em mudanças nas relações e responsabilidades que envolve o Estado, a sociedade e os indivíduos.

No caso da situação brasileira, segundo Feldmann(1993:11/12) o país sendo o de maior disponibilidade de recursos hídricos, também apresenta os maiores índices de desperdício de água pois que :

"(...) o brasileiro reflete em seus hábitos grande despreocupação com a possibilidade de escassez de água, como se estivesse convicto de que ela fosse inesgotável."

Isto requer um reordenamento jurídico nas práticas administrativas adotadas. No entendimento de Bressan(1996:79), com estes instrumentos há uma série de modificações. Primeiro, na forma de perceber a natureza, já que esta é entendida como um bem público no sentido de superar-se a intervenção predatória; e uma outra modificação dar-se-ia no redimensionamento do Estado com a criação de instrumentos institucionais representando os canais de defesa da

questão ambiental e outra como agente de degradação. Para esse autor, esta posição revela a grande capacidade do capitalismo em moldar-se aos novos tempos, garantindo os espaços nacionais à sua reprodução, de forma que a relação entre homem e natureza seja intermediada por tais instrumentos. Entretanto, ressalta que a base política, sócio-econômica e cultural onde tais inovações são introduzidas, constitui-se característica decisiva para a utilização adequada.

No caso de projetos hidrelétricos que envolvem o racionamento da água, tais modificações deságuam na perspectiva de um tratamento em que se tome o espaço como totalidade, onde cada parcela do espaço pode e deve ser considerado em seu todo e ao mesmo tempo com relação às demais parcelas (idem:83)

Cotejando-se tais propósitos, encontramos em Scherer-Warren(1999:23) se referindo aos movimentos sociais, a sugestão de que estes novos cenários exigem novos recursos metodológicos para a avaliação dos movimentos sociais contemporâneos, indicando a metodologia de redes como um destes recursos que : " (...)tem sido amplamente utilizado o uso operacional do conceito de rede técnica por planejadores urbanos para o desenho de estruturas e uso de equipamento e serviços urbanos."

Inferimos assim, que a conexão entre aquele aparato que acena para a participação da sociedade civil no planejamento energético e esta perspectiva ou recurso metodológico de análise sobre movimentos sociais possa se constituir em um caminho de reflexão sobre os rumos desta problemática.

É sob este cenário que se encontra a literatura que trata dos movimentos sociais de atingidos por barragens, contanto neste momento, o que importa ressaltar é que estas redefinições que vêm se dando, não somente nas estruturas ou princípios dos órgãos

institucionais, mas também sobre os intercâmbios entre as áreas, têm sinalizado para significativas questões acerca das formas de condução das lutas encaminhadas pelos movimentos sociais.

Como bem ressalta Vainer(1998:45) se referindo a estes movimentos sociais: "Não apenas da academia, mas também das instituições, dos movimentos sociais porque grande parte deles não faz mais do que reivindicar e participar do desenvolvimento."

Observamos assim que se busca para entendimento da problemática os aspectos relativos à performance dos movimentos sociais, uma vez que se tem ressaltado a importância da participação local e, particularmente, desta modalidade de movimentos sociais como assinala esse autor:

"O movimento de atingidos por barragens(...) eles tem uma experiência ultra-local (grifo nosso) e estão articulados. Organizaram o ano passado o encontro internacional do movimento de atingidos por barragens. Vieram movimentos da Índia, do Nepal, de Formosa, de Taiwan, da França, da Suíça, do México e, ao mesmo tempo, de repente a liderança sai dali, vai à uma reunião na Suíça e em seguida está tomando a terra, fazendo um embate numa localidade. (idem:44/45)"

Em que pese a ressalva sobre a importância e especificidades e particularidades destes movimentos sociais, observamos que muito pouco tem se apresentado em termos acadêmicos, particularmente, em termos de arcabouço teórico sobre o tema.

Consideramos que tal ausência, em parte, deve-se ao que assinalou Sigaud(1989:55) pelo desinteresse dos cientistas sociais por um tema considerado menor já que está relacionado às ciências aplicadas, ao que incorporamos as dificuldades em decorrência da suposta "crise" de paradigmas das ciências humanas, em particular da sociologia.³³

Gryzbowski (1987:13) se referindo às varias frentes destes movimentos de trabalhadores rurais, os considera como "locus" de elaboração de diferentes identidades, e que por extensão ampliam a sua presença política impondo para a sociedade um reconhecimento de sua existência e de sua cidadania. Em um cenário considerado pelo autor como que fragmentado e desordenado : "(...) não pelo que podem ser ou deveriam ser, mas pelo que são na prática, pelos caminhos e descaminhos que constróem ao se mover."

Nesse sentido, tal perspectiva se incorpora com novos significados, não somente relativos ao processo de análise, mas também à conjuntura analisada, à democratização em curso no país, e assim temas como cidadania, preservação ambiental, relações de gênero, construção de identidades, etc são tomadas como suportes para entendimento deste "mover-se" dos movimentos sociais e onde as práticas destes seriam constitutivas de encaminhamentos.

Entendemos então, por que na década de 80 se buscam interpretar tais movimentos sob outros e novos prismas, intitulando-os de "novos" e adquirindo expressão e visibilidade nos trabalhos realizados por Scherer-Warren (1986:08) que os entende como "(...)laboratórios de criatividade, nos quais se testam novas alternativas societárias."

³³ Ver Ianni, Octávio. A crise de paradigmas da sociologia. RBCS, 13/junho.1990.

Dessa forma, suas principais características estão na incorporação de novos elementos, através dos mediadores de uma nova forma de fazer política, na ênfase de valorização da participação ampliada e na elaboração de um novo modelo cultural, etc.(idem : 68/69)

Estes novos movimentos sociais são entendidos por outros autores(Heller Apud Santos Júnior :1993) como:

"(...)fenômenos sociais que contém em si microorganismos do cotidiano, já que incorporam necessidades radicais e necessidades existenciais. Tais movimentos apresentam as seguintes características : temporalidade que definem a qualidade da ação, ocorrência multilateral e heterogênea no espaço; efeitos sociais específicos destas experiências sobre as relações sociais e a sociedade, não somente como produto de ação dos sujeitos, mas como campo de conflitos onde os sujeitos se modificam."

Assim se cotejarmos os aspectos ressaltados acerca das várias formas do "viver e do fazer político" nas abordagens sobre os novos movimentos sociais e nesta inserirmos os movimentos sociais de atingidos por barragens teríamos uma caracterização da reação da população atingida abrangendo formas simples e imediatas de organização, de caráter reivindicatório ou de ocupação do espaço, até às mais complexas formas organizativas que passam ser visualizadas nas lutas.

Moraes (1993:03) salienta que estas novas formas de organização dos movimentos sociais descortinam-se aos nossos olhos, independentes, e até mesmo em oposição às formas convencionais de organização, entendimento que é respaldado por Melucci (1994) quando considera que estas novas abordagens introduzem o conceito de identidade, redimensionando o caráter destes novos movimentos sociais, pois estes são conceitualizados como

"(...) fenômenos discursivos e políticos localizados na fronteira entre as referências da vida pessoal e a política (...) estão ligados a um conjunto de redefinições na formação da identidade dos indivíduos nas sociedades modernas, tais como os processos de interferência na estrutura biológica do ser humano, nas formas de organização da natureza, nas formas de comunhão entre os homens e na própria definição da cultura." (idem : 152)

Por esta razão, compreendemos que a partir destes novos elementos, tais abordagens evidenciam as formas de sociabilidade, organização, etc construídas no processo de mobilização pelos movimentos sociais.

Esse mesmo autor se referindo aos movimentos sociais das décadas de 70 e 80 acredita que aqueles foram a última geração de movimentos substanciados por atores políticos, para movimentos sociais enquanto forma, pois com estas "novas práticas" tendem a realizar, conquistar e evidenciar necessidades desprezadas pelos movimentos sociais anteriores, reafirmando" (...) hoje temos atores levantando questões completamente culturais, nomeando questões

que uma vez nomeadas podem ser processadas politicamente"(idem: 165/167)

Entendemos contudo, que a leitura da reação das populações afetadas, expressas através dos movimentos sociais naquele primeiro momento da trajetória acadêmica, sustentava-se na concepção de que tais reações deviam ser entendidas em consenso, não somente com os elementos que substanciam as relações sociais destas populações (elementos culturais) que sublevavam-se, mas também deviam ser compreendidas, tendo em vista o modelo de reprodução sócio-econômica na qual estão inseridas.

O que de certa maneira, é ressaltado por algumas leituras que entendiam tal perspectiva do pensamento em vigor neste período, como que polarizadas estritamente em torno de duas correntes : a marxista e a funcionalista, ressaltando-se que pouca atenção era dada às pesquisas sobre o significado das ações coletivas, conflitos ou resistências". (Scherer- Warren :1996; 14/15)

Porém, além das importantes contribuições incorporadas em decorrência de tais estudos e dos detalhes intrínsecos à realidade destes, importa ressaltar que esta produção, marxista ou funcionalista, delineou os vários estudos sobre o significado da ação política camponesa nas décadas posteriores.

Consideramos que as abordagens sobre movimentos sociais vêm alterando e incorporando novos elementos, contudo, observamos ainda, que os primeiros trabalhos relativos à década de 70 têm não somente como aporte a concepção de que naquele momento conjuntural, o capital, seria o móvel de irradiação dos movimentos camponeses, mas também não perdiam de vista a importância dos outros elementos presentes na especificidade das relações sociais para caracterizar tais fenômenos. E assim é que se inseriu a necessidade de uma abordagem cerceada pela dimensão cultural,

contanto que não se perdesse a perspectiva de entender tais movimentos sob a perspectiva de classes.

Mesclam-se, ainda, entre uma abordagem e outra, elementos de classe relacionados às temáticas pertinentes às conjunturas, da marginalização, da miserabilidade, da expulsão, da exclusão, etc que substanciam-se na segunda metade da década de 80 com a concepção dos novos movimentos sociais, em que a "nova forma do viver e fazer político" preconizam novos atores sociais.

Entendemos que quando nos reportamos a uma reflexão sobre estes novos movimentos sociais, dos quais se incluem os movimentos de atingidos por barragens, tal literatura, em que pese a sua importância e diferenciação, enfatiza de forma desconectada os elementos da vida social concernentes da prática /ação política, esta cerceada pela conjuntura onde se encontram estes movimentos sociais.

Ainda assim, os expoentes dessa literatura da década de 90 se exacerbam na construção de uma "metodologia de impactos" em que a vida social das comunidades atingidas é tomada como indicativo ou referencial para tal procedimento, "despolitizando" as reações, de cunho político, destes movimentos sociais.

A nucleação de tais estudos, apesar de ter incorporado paulatinamente essas novas configurações, em que "novos sujeitos" dão o tom diferencial na problemática, não consegue explicar a persistência dos equívocos cometidos pelas empresas responsáveis por tais projetos e até incluem os conflitos como parte do processo de construção da identidade³⁴.

Destacamos, ainda, que estas novas abordagens sobre novos movimentos sociais em que se privilegiam os fenômenos

³⁴Cabe ressaltar contudo as abordagens empreendidas por Sigaud e Scherer-Warren que descortinam novos aspectos sobre a temática.

discursivos, as novas formas de sociabilidade, as diferenças de cor, raça, sexo, etc pouco subsidiam o entendimento de uma ação política, a natureza da ação política destes movimentos sociais, como assinala Gohn (1997:128):

"(...) a teoria dos novos movimentos sociais refere-se mais às categorias empíricas, que dizem respeito às novas formas de manifestações coletivas e a um tipo de abordagem desvinculada do esquema clássico marxista."

O que é enfatizado por Câmara (1996:29) se referindo aos movimentos sociais, particularmente, sobre a potencialidade do MST:

"(...) o movimento questiona os novos paradigmas que não tomam por base a discriminação econômica, mas as diferenças de sexo, cor, etc. Tais teorias atestam a decadência dos movimentos classistas (como a luta operária) e a debilidade das organizações sindicais; louvam o surgimento de novas formas de sociabilidade ou de individualidade que tem por base a competência dos indivíduos na nova era da informática. Esta perspectiva uniformiza o mundo e decreta o fim das utopias".

Daí a predisposição colocada no início de nossa exposição quanto à necessidade de buscarmos ressaltar a trajetória acadêmica dessa literatura, seus principais aspectos e como estes foram se desenvolvendo. Daí o arcabouço teórico sobre este tema, sinaliza para a formulação de novas abordagens enveredando-se pelas particularidades dos movimentos sociais, suas formas de organização

e encaminhamento das lutas, etc. No entanto, essas teorias no processo de análise perdem de vista a conjuntura na qual os movimentos sociais estão inseridos. Assim, a ação política, entendida através de suas estratégias e práticas, transforma-se em uma via de construção da realidade despersonalizada pois não recompõe de maneira sólida os próprios sujeitos sociais. (Aricó: 1999: 03)

Por extensão, consideramos que tais paradigmas ao nomear os movimentos de "novos", tendo com substrato, além das formas de sociabilidade, participação ampliada e a conquista da cidadania, perdem de vista a caracterização de uma nova fase do capitalismo em que se dá os confrontos e conflitos que substanciam as relações entre Estado e sociedade civil, ou seja, não dão conta das inúmeras e complexas facetas do real ou como ainda indica Gohn (1997:129):

"(...) há novidades na práxis histórica dos movimentos, mas as categorias utilizadas para explicar estas novas formas do processo social não estão claras, porque partem das novidades em si mesmo, de seus resultados, sendo a identidade coletiva sua expressão máxima."

Entendemos que os aspectos evidenciados na literatura(conjuntura, identificação dos atores/sujeitos, estilos e aspectos das abordagens, identidade coletiva, etc) sobre movimentos sociais e, por extensão, aqui ampliados, para entendimento dos movimentos sociais de atingidos por barragens, toma a realocação compulsiva decorrente de tais projetos como "mola propulsora" e constituinte das reivindicações das populações atingidas, mas perdem de vista a análise da natureza da ação política presentes nas

organizações sociais que emergem e transformam-se em movimentos sociais inscritos em uma dada conjuntura de classes.

Dessa forma, consideramos importante tomar a reação das populações atingidas e seu processo de construção das estratégias de organização, expressas através de movimentos sociais, tendo como base a sugestão de Gohn, de forma que tais movimentos sociais possam ser analisados, tendo em vista sua formação socio-política, ou seja, considerando como eles emergem, se desenvolvem e se articulam, pois é a partir daí que se pode problematizar e visualizar a ação política/participação dos mesmos.

Tomamos este caminho por considerar, em um primeiro momento, que as reivindicações, expressas através das estratégias destas populações são relativas às relações de produção (a formação do lago implica na paralisação das relações de produção) e, em um segundo momento, que a reconstrução destas relações de produção, nos perímetros de irrigação destinados a tal fim, constituem-se em "locus" da maioria das reivindicações encetadas pelas organizações sindicais.

Enfatizamos assim, que após a formação do lago, as reivindicações e estratégias originadas em tais organizações sociais são dirigidas, não somente para a conclusão dos perímetros irrigados, mas também, para a conquista da administração destes pelos agricultores. Em outras palavras, o encaminhamento de demandas políticas/subjetivas surgidas nas áreas, sugerem a necessidade de refletir que a ação política apesar de incorporar várias dimensões, estão vinculadas às determinações macro da sociedade.

Para refletir sobre estes movimentos sociais, tendo por base este princípio de formação sócio-política, resgatamos as experiências de movimentos sociais de trabalhadores atingidos por barragens no Nordeste, suas principais características, não estritamente voltadas

para os elementos da vida social destas populações, mas entendendo-os como referenciais da construção de uma ação política que substancia e orienta os próprios movimentos sociais e os grupos sociais representados pelo movimento social.

Para tanto, no próximo capítulo, resgatamos destas experiências os elementos concernentes à ação política, ou seja, partindo de suas estratégias e estabelecendo um nexos entre essas estratégias e o nosso objeto de estudo. Compreendemos, ainda, que os movimentos sociais anteriores e este, se expressam em um cenário de lutas na sociedade civil, que não estão desvinculadas das condições objetivas em que estão organizados os interesses de classes.

CAPÍTULO 2

OS MOVIMENTOS SOCIAIS DE ATINGIDOS POR BARRAGENS NO RIO SÃO FRANCISCO.

Em um primeiro momento, tomamos como referência as experiências ocorridas no Vale do São Francisco³⁵, onde destacamos a reação dos trabalhadores atingidos pelas barragens de Moxotó e Sobradinho, ambas construídas entre 1977 e 1979 respectivamente.

Consideramos que de forma, diametralmente oposta, tais experiências interpretadas como resultados de expulsão e fracasso, respectivamente, são referenciais importantes para a formação socio-política do movimento sindical em estudo. Assim, ressaltamos as principais características e elementos que retratam tais movimentos sociais.

Buscar na modalidade de tais movimentos sociais, no Nordeste, esta performance e trajetória implica em ressaltar que nas últimas décadas o perfil do desenvolvimento do Vale do São Francisco tem passado por alterações, não somente pela introdução de novos elementos em sua base técnica, tendo em vista à expansão do latifúndio moderno e que por extensão redefine a relação entre agricultura e indústria, mas também, considerar a significativa importância e emergência dos movimentos sociais.

Particularmente, em se tratando de Nordeste buscamos a literatura sobre a conjuntura na qual se deu a execução de tais projetos e movimentos sociais, e observarmos que a emergência destes movimentos se encontra lastreada pela performance dos organismos

³⁵ Além destas UHE citadas cabe lembrar das UHE de Paulo Afonso. Ver Anexo 06: Mapa As Barragens no Rio São Francisco.

institucionais(Estado, empresas e órgãos responsáveis pelo planejamento e execução, CHESF, CODEVASF, IICA, etc) que, de certa forma, interagem com estes movimentos sociais.

Segundo Andrade (1994), a formação territorial no Nordeste é marcada pelo processo de ocupação e povoamento, particularmente no período getulista, quando se oficializa tais estratégias com a instalação de projetos de colonização na área e construções de usinas que viriam reforçar a concentração de riquezas em mãos da oligarquia burguesa, ligada aos interesses internacionais, reconfigurando, assim, a expansão deste latifúndio. Este estilo de intervenção do Estado³⁶ no Nordeste tem como princípio a estrutura fundiária e concentrada da propriedade da terra e, neste quadro, observarmos que foram várias e diferentes as formas de intervenção, em diferentes fases.

Inicialmente, temos a fase hidráulica que pressupunha a necessidade de investimentos em construções de açudes e barragens como meio de minimizar os problemas decorrentes da seca, ao mesmo tempo em que propiciava a expansão da economia do nordeste, que por extensão justificava a criação do DNOCS(1945).

Com base nesta idéia de áreas a serem incrementadas e industrializadas é que temos como foco o planejamento energético, a partir de construções de barragens, particularmente para o Nordeste.

Nas décadas de 50 e 60, no Brasil, alertava-se para a necessidade de discutir os problemas regionais, tendo como a problemática da seca. Cria-se, então, em 1954, o ETENE (Escritório

³⁶A ação do Estado não é absolutamente neutra, se encontra articulada com as forças sociais e políticas presentes na sociedade. Neste sentido cabe referência a POULANTZAS e GRAMSCI, que elaboraram reflexões importantes sobre a problemática em questão, bem como SALAMA(1983), que considera que a natureza de classe do estado é deduzida da categoria capital e que para tanto torna-se necessário entender que o regime político se difere do estado, um é a forma de existência do outro. Há ainda particularidades da intervenção do estado nos países subdesenvolvidos.

Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste), que realiza estudos e projetos voltados para inserção econômica da região no mercado. Um destes estudos resultou na elaboração do GTDN (Grupo de Trabalhos para o Desenvolvimento do Nordeste), em 1956, que tinha como princípio: "identificar os principais problemas, potencialidades e mecanismos eficientes e eficazes para dinamizar a região do Nordeste, tendo como referência ações de ordem econômica, social e produtiva"³⁷.

Decorrente deste conjunto de decisões, cria-se o CODENO (Conselho de Desenvolvimento do Nordeste), que por extensão celebra os passos para a criação da SUDENE, em 1954.

Nesta perspectiva, se desenvolvem estudos e projetos em que se elencam as várias prioridades a serem desenvolvidas³⁸ e, dentre elas, a construção de barragens e açudes. Mas, é concretamente com a criação da Eletrobrás que se estrutura, formalmente, a geração de eletricidade, através da construção de usinas hidrelétricas, tendo em vista a expansão do consumo nos grandes centros urbanos e a perspectiva de produção de energia em escala mundial.

Carvalho (1989) ressalta, no que se refere às medidas tomadas para a inserção econômica do Nordeste no mercado, que esta política de industrialização, fundada na criação de grandes complexos, aproveitasse os recursos de cada área, incutindo também "novas" formas de organização e processos de trabalhos, resultando

³⁷ Decorrente de um estudo global, sugeriu-se novas estratégias baseadas em 4 pontos, a saber : intensificação dos investimentos industriais, para criar-se um parque manufatureiro autônomo no Nordeste; transformação da economia agrícola da faixa úmida; transformação progressiva da economia da zona semi-árido e o deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste. (GTDN, pg. 03)

³⁸ A estratégia governamental estava orientada visando atender a três pontos básicos: atendimento às populações atingidas pela seca (frentes de trabalho); Aumento da oferta, com a construção de barragens, açudes, poços e aguadas; reescalonamento dos débitos das agricultores junto às instituições de crédito. Fonte: <http://www.sudene.gov.br/surge.html>, capturado em 1998 pg.03.

no assalariamento destes segmentos, bem como reformulando as relações de poder local.

Neste contexto, o Estado, em consenso com as oligarquias, configurava-se enquanto "maestro" das transformações e modernização da economia nordestina, que por extensão funcionava como uma forma de fortalecimento da burguesia rural. Estes propósitos concretizam-se, através da criação de programas para as classes subalternas(vide PAPP, São Vicente ou até mesmo as administrações participativas), contribuindo assim, para a reciclagem e reconfiguração da "política de legitimação" da burguesia nordestina.

Dessa forma, os PDRIs (Planos de desenvolvimento rural integrados), em decorrência da criação da SUDENE³⁹, idealizadora de vários projetos, dentre eles o POLONORDESTE e o Projeto Sertanejo, se incutem, não somente com o ideal de participação do pequeno produtor, mas também, como forma política de legitimação.

Bacelar (1989), ressalta que a dinâmica das atividades econômicas no Nordeste, nestas fases, já tinha como pré-requisito a inserção global, investindo no dinamismo de algumas áreas que supostamente propiciaria uma integração. Contudo, essa autora indica que o que se evidenciava mesmo era a diferenciação social entre as classes no meio rural, pois no que se refere aos pequenos produtores, tais projetos só recrudescia a heterogeneidade que reiterava as dinâmicas particulares.

É nesta configuração, que "apela" para a inserção econômica do Nordeste, que tomamos a construção de usinas hidrelétricas na região como referência para refletir, não somente

³⁹ Ver Oliveira, Francisco. (1981). Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes. Em que pese as críticas já realizadas sobre alguns aspectos acerca da abordagem realizada pelo autor nesta obra, a mesma é ainda reveladora e singular sobre a peculiaridade desta política regional, que tem a SUDENE, como carro-chefe, pois toma esta experiência de planejamento regional tendo em vista as disparidades regionais.

sobre as conseqüências de projetos deste porte para as populações atingidas⁴⁰ e/ou deslocadas, mas também para compreender as particularidades de emergência e modalidade destes movimentos sociais no Nordeste.

Sendo assim, tomamos como exemplos as usinas hidrelétricas de Moxotó e Sobradinho, "interpretadas" no que refere à reação popular, como modelos de experiências de expulsão e fracasso, respectivamente. Para efeitos de análise, tomamos o resgate de tais experiências tendo como eixo os principais aspectos indicados e sugeridos pela literatura de impactos de PGE para análise do tema⁴¹.

2. 1- Moxotó: uma experiência de expulsão.

As obras de construção da usina hidrelétrica de Moxotó, atualmente denominada Apolônio Sales, em homenagem ao idealizador da CHESF, tiveram como referência, não somente a conjuntura política autoritária do estado, consumada com a ditadura militar, mas também, a concepção de desenvolvimento baseada em "mega-projetos" e a crise dos preços do petróleo no âmbito do setor elétrico.

A usina teve suas obras iniciadas em 1970 e sua conclusão em 1977, sob a responsabilidade da CHESF, tendo como propósito garantir a regularização no rio São Francisco. Isso resultou em 89,2

⁴⁰Segundo Araújo(1991:17) a categoria atingidos tem como pressuposto a concepção de vítimas do setor elétrico. enquanto Vainer (1996:194) considera que o termo na sua idéia original está baseado na concepção de passividade e que no processo constitutivo da luta, a partir dos movimentos sociais, modificam seu significado de forma contestatória. Palmeira(1992:48) designa-o como manifestação da vontade de luta ante o processo de expropriação.

⁴¹ Neste sentido mesclamos a perspectiva adotada por Catullo e Sigaud, no início da exposição, onde se ressalta os seguintes elementos: conjuntura, atores envolvidos, etc como necessários para analisar as conseqüências dos PGE, e no que se refere a sugestão de Sigaud, incorporamos os aspectos relativos aos efeitos sobre as organizações sociais.

km de área inundada para formar um reservatório de 100 Km², o que implicava na inundação parcial de áreas agricultáveis dos municípios de Glória e Paulo Afonso no estado da Bahia; Petrolândia, em Pernambuco e Delmiro Gouveia, no estado de Alagoas. Cabe ressaltar que Glória teve sua sede municipal urbana totalmente inundada. Em termos de deslocamento populacional total, implicou no deslocamento de 1.007 famílias⁴².

Além de não constar na história da empresa documentos ou estudos sobre as conseqüências em decorrência da construção da usina, observamos também que esta não recebeu uma avaliação de outras esferas⁴³ ou como cita Filho(1984:01):

"(...)foi uma experiência que não chegou ao conhecimento público, mas está presente na memória de um passado(...) que hoje é importante para se compreender a maneira como a população atingida pelas obras da barragem de Itaparica reage."

Tal experiência é entendida como exemplo clássico de expulsão, tendo em vista o fato de que os trabalhadores foram retirados de suas terras e submetidos à condições subumanas de moradia, sem poderem exercer nenhum controle ou reação naquele período. Observamos também, que a postura e tratamento da empresa, não somente em relação ao deslocamento, mas também em relação à infra-estrutura dos novos locais de moradia desta população,

⁴² Apud Viana. Aurélio (1992)

⁴³Isto é visível quando observamos que sobre Moxotó são raros os trabalhos produzidos academicamente exaustivamente sobre área, a exceção fica por conta do texto de José dos Reis Santos Filho(1984) que em nossa pesquisa bibliográfica figurou-se como único. Cabe esclarecer que enfatizamos tal aspecto pelo fato de que as referências encontradas sobre tal experiência apareceram com muita frequência nas entrevistas realizadas com as lideranças do movimento sindical em Itaparica.

é igualmente exemplo clássico de irresponsabilidade e descaso por parte dos órgãos responsáveis pela construção de tais projetos na área.

Encontramos no supracitado estudo relatos expressivos da população naquele momento, particularmente, quando da desocupação da área, que sobre a forma de evacuação, os agricultores eram transferidos sem qualquer infra-estrutura, como indica esta passagem :"(...)foram 15 dias tendo como proteção apenas a sombra de imbuzeiros."(op. cit:10/11).

No que se refere à denúncia desta situação, indica-se que houve uma reação por parte da igreja onde os vigários realizaram denúncias através de sermões, reuniões do clero, imprensa, etc.

Quanto a uma reação popular fica evidente a ausência de uma mobilização dos trabalhadores naquele período e tendo como justificativa, não somente a conjuntura de repressão do governo militar, mas também a ausência de sindicatos na região e, por extensão, a incipiência em termos de experiência e confrontos deste estilo.

Em que pese a ausência de mais informação sobre a experiência ou de informações que sinalizem mobilização ou ações coletivas de resistência, no estilo tradicional ou autêntico referendado por organizações sindicais, ou ainda, para clarificar o que se denominou como "mobilização nula"⁴⁴, buscamos, com base no estudo os elementos que possam referendar o que denominamos de primeiros passos para a constituição de uma reação na área ou as alternativas de enfrentamento à situação pela população.

Deste cenário, tomamos uma situação bastante significativa como exemplo: o dia de realização da feira no município.⁴⁵

⁴⁴Tal caracterização tem como fundamento a interpretação realizada por Silva Duqué (1997) quando se refere a reação da população em Moxotó. Ver neste sentido a obra do autor.

⁴⁵Os moradores da cidade-mutirão queriam a feira nas segundas-feiras. em Quixabá, já o prefeito de Nova Glória reivindicava para si, também nas segundas-feiras.(op.cit.31)

Como indica Filho formou-se uma comissão de defesa, coordenada com integrantes da CHESF, autoridades e agricultores, contudo logo surgiram divergências no interior desta comissão.

Como não houve "acordos" em relação à localização da feira, esta ficou ocorrendo simultaneamente nos dois locais o que implicou em constantes atritos e confrontos entre agricultores, policiais, prefeito, etc. o que perdurou durante um certo tempo.

Entretanto, em função da proximidade das eleições no município naquele período, o prefeito decidiu apressadamente que a feira ocorresse nas segundas-feiras em Quixabá. Como indica Silva, este dilema significou: "(...) um sinal contra os poderes que chegaram na região para acabar com o destino de uma gente. Era, no fundo, a retomada deste destino." (op.cit: 34)

O fato de tratar-se de um fragmento não elimina a possibilidade de entendermos que as conseqüências da usina de Moxotó, em termos de deslocamento, e a ausência de uma reação da população estão além da conquista com relação à localização de uma feira, pois tal "incapacidade" é reveladora da ideologia do planejamento energético daquele período no que se refere à (des)preocupação quanto às conseqüências de projetos deste porte para instâncias do cotidiano das populações.

Consideramos ainda, que esta postura da população local apesar de concretamente não ter alcançado resultados significativos quanto à resolução dos problemas causados, como pagamento de indenização das benfeitorias, ou mesmo a conquista de um projeto de reassentamento, etc gestou um sentimento de indignação que se projetou extra-temporalmente constituindo-se em elemento de difusão e constituição de uma outra postura política dos agricultores frente à CHESF, em projetos posteriores na área, analisados em seguida.

2. 2 - Sobradinho : uma experiência de fracasso ?.

A usina hidrelétrica de Sobradinho teve suas obras iniciadas em 1973, no governo Médici e concluída em 1979, auge do aumento de consumo de energia elétrica nos grandes centros urbanos e, por extensão, do investimento de projetos deste porte⁴⁶. Situada a 500 km a montante de Paulo Afonso, teve 4.225,9 km² de área inundada, deslocou 56 mil pessoas, inundou 04 sedes municipais (Casa Nova, Remanso, Pilão Arcado, Sento Sé) e áreas dos municípios de Juazeiro, Xique-Xique.

Em que pese o pouco tempo de construção desses empreendimentos, observamos diferenças, não somente no que se refere à postura da CHESF na área, mas também, à reação dos agricultores. Quanto a produção acadêmica e de outras esferas sobre a área, é significativa e distintiva se compararmos ao caso anterior⁴⁷.

No entanto, destacamos, principalmente os estudos que evidenciam a reação da população na área. Dentre tais estudos elencamos a apreciação feita por Pereira (1987) que aborda o papel da igreja em relação ao movimento sindical:

" (...) a igreja tendeu a assumir este papel se colocando como agente de mobilização e mediação política dos camponeses e ainda como elemento construtor de sua identidade de classe, e a nível externo na denúncia da situação do campo criando

⁴⁶Ver neste sentido Leite. Antonio D. 1997. A energia do Brasil. Em tal obra o autor realiza uma ampla abordagem retrospectiva e histórica da evolução da política de energética no Brasil.

⁴⁷ Ver neste sentido que há uma produção densa e exaustiva sobre a área e com uma ampla gama acerca dos enfoques ou abordagens, tanto na esfera acadêmica bem como no que se refere a institutos de pesquisa e investigação.

um espaço de legitimação política para as lutas e reivindicações desse grupo social."(ibidem:05)

Esta mobilização foi capitaneada pelo bispo D. José Rodrigues de Souza que percorria toda a região falando com a população, bem como realizava denúncias nos programas de rádio relatando os fatos e problemas da região.

Entendemos assim que a ação do campesinato local estava como que lastreada por esta performance da igreja, já que mesmo com a existência de sindicatos na região, estes trabalhadores eram ligados as oligarquias locais e sem experiência de trabalho sindical o que de certa forma legitimava a ação da empresa que ignorava tais entidades.

Apesar da incipiência e mediação do movimento sindical, este só veio atender para a dimensão do problema a partir dos encontros do Vale, em 1977, dos quais resultou a formação de Pólos sindicais, com o objetivo de aglutinar os sindicatos com problemáticas similares sob os auspícios das federações e confederações de agricultores.(op.cit:20).

Além de contar com esta nova perspectiva, os camponeses tiveram a contribuição de técnicos, em que pese as críticas realizadas sobre tal aspecto, que trabalhavam na área, especialmente da ANCAR-BA que consistia em:

"(...)desvendar a realidade social para a população levando-a a ter uma consciência critica desta realidade para que pudessem compreender suas relações de dependência na área(...) que sua melhor alternativa está no rompimento desta relação."
(idem:27)

A partir destes aspectos, bem como em decorrência do avanço das obras, a população foi organizando-se e pressionando a empresa para solucionar os problemas⁴⁸; ou seja, os problemas começaram a fazer parte da esfera de ação dos sindicatos. Segundo ainda esse autor

"O processo de mobilização e formação da identidade coletiva dos camponeses, desencadeada por D. José, ganhou força e se consolidou na medida em que este grupo social passou a buscar, reconhecer e legitimar a igreja como instância de mediação."(idem: 68).

Machado (1987:61) analisa a mesma experiência enfatizando, que:

"O movimento sindical não passava de um imenso vazio, não existia um trabalho articulado, mas apenas vozes isoladas e sem respaldo organizativo(...) sem um trabalho definido e ordenado em relação à questão da relocação e a tantas outras que se sucederam."

Em tal estudo, o autor enfatiza que este quadro tinha no seu contorno os seguintes agravantes: o fato da região de Sobradinho ter sido definida como área de segurança nacional; desconhecimento/falta de informação quase que total das questões básicas que surgiriam e dos problemas que teriam que se defrontar. Daí o controle social e político maior, que de certa forma inviabilizava

⁴⁸A maioria das terras na área de Sobradinho a serem indenizadas eram devolutas, o que implicou somente enquanto direito para a população a indenização das benfeitorias. (Apud in: Pereira :12)

a possibilidade de construção de um "autêntico" movimento sindical na área.

Mesmo com este nível de atrelamento do movimento sindical à igreja e aos órgãos responsáveis pelo trabalho na área, o autor ressalta que houve "avanços" desta relação.

"Em junho de 1978, a diocese de Juazeiro esteve reunida para discutir os problemas com a CHESF e Eletrobrás(...) e apresentou um documento destacando os aspectos prioritários a serem atendidos como: terra, lotes de terra para cada família; regularização fundiária e reforma agrária(...); instrumentos de produção (área desmatada, sementes, etc); organização dos trabalhadores segundo seus interesses, ou seja, estímulo a estruturação de sindicatos; e dos serviços de saúde, educação, etc." (idem:67)

Entendemos desse extrato que a construção deste movimento foi substanciada pela mediação da igreja, não somente no que se refere aos aspectos relativos à infra-estrutura do reassentamento, mas também, quanto ao caráter organizativo das entidades sindicais, que impôs ao Estado a elaboração e apresentação de alternativas para a população a ser reassentada.⁴⁹

È a partir destes dados que buscamos a interface da trajetória do movimento sindical dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco, ressaltando-se os principais fatos evolutivos dessa

⁴⁹Como indica Silva Duque(1997) 03 foram estas alternativas apresentadas pela CHESF: A chamada solução própria, que consista no pagamento aos agricultores que optassem por sair da área; o projeto Serra do Ramalho que consistia em mais um projeto de colonização para viabilizar a retomada das atividades produtivas em lotes, e o reassentamento na Borda do lago.

trajetória e suas modificações ao longo dos anos, que ilustram a sua singularidade frente a outros movimentos.

Porém, ressaltamos como aspecto de fundamental importância a conjuntura da qual se decidiu pela construção de Itaparica pois a mesma apresenta outros e novos elementos, tanto no que se refere à performance das instituições e órgãos, bem como no que se refere às estratégias e práticas das populações deslocadas.

2.3 - Itaparica: experiência singular

A usina hidrelétrica Luiz Gonzaga, antes denominada Itaparica⁵⁰, conforme dados da empresa, foi implantada no início do ano de 1974, a 50 km a montante de Paulo Afonso, vizinho à cachoeira de Itaparica trazendo novos elementos para a história do vale do São Francisco. Sua construção inundou 834,0 km² de área, implicando no deslocamento de 40.000 pessoas com a inundação parcial e/ou completa de 07 municípios: Petrolândia, Itacuruba, Floresta e Belém do São Francisco, em Pernambuco e Rodelas, Glória e o povoado de Barra do Tarrachil em Chorrochó, no Estado da Bahia. Cabe ressaltar que dentre estes Rodelas, Petrolândia e Itacuruba tiveram suas sedes municipais totalmente inundadas.

No que se refere à produção sobre o tema, é significativa a visibilidade e expressividade que ganha em termos acadêmicos, tendo em vista a ampla gama de estudos realizados por institutos de

⁵⁰ www.CHESF.gov.br capturado em janeiro.1998. pg.01

pesquisa de renome⁵¹, bem como por parte da CHESF⁵², entidades de apoio aos movimentos populares, etc⁵³.

Tais elementos somados à conjuntura de abertura e liberdade democráticas têm significativa importância nos aspectos que delineiam a trajetória do movimento sindical e que se referem, não somente ao projeto em si da barragem, mas também, da história, postura e tratamento da empresa para com os agricultores.

Neste momento, centramos nossa atenção para a produção acadêmica realizada e quando necessário, faremos referência a outros tipos de publicações. Observamos que esta produção apresenta vários enfoques com relação à abordagem sobre o tema, entretanto, destacamos os estudos relativos aos aspectos da constituição de ação política e trajetória do movimento sindical na área. Dentre estes, destacamos o estudo realizado por Pandolfi (1986), que enfatiza a atuação da população local, particularmente a população da zona rural como irradiadora deste movimento. Essa autora chama atenção para o fato desta população ter sido inicialmente representada por sindicatos, constituindo-se em aspecto importante, já que estruturaram-se sob uma pluralidade de questões comuns e particulares, e que esta potencialidade de agregar agricultores e sindicatos tão diferentes, marca a singularidade e trajetória desse movimento. Ressalta que além deste aspecto, outros constituíram esta singularidade, como por exemplo, o distanciamento da orientação dogmática da igreja, buscando elementos para a construção de uma consciência mais nítida, não mais mediatizada por representantes da igreja.

⁵¹ Ver neste sentido a produção realizada pela FUNDAJ (1987 a 1994), que além de ter realizado estudos de "encomenda" para a CHESF, apresenta estudos analíticos e críticos sobre o tema na área.

⁵² Ver neste sentido alguns estudos realizados pela empresa, tais como os volumes relativos aos Estudos de Impactos ambientais (1987) e o Plano de desocupação do reservatório (1985).

⁵³ Ver neste sentido: Rede Brasil, com página na Internet; Koinonia; CEDI; etc que divulgam de forma bastante significativa e intensa as informações relativas às ações do movimento sindical.

Considera, então, que em função desta organização prévia para os primeiros confrontos obteve-se, sucessos, como por exemplo, a realização do cadastramento da população em que o movimento sindical impôs certas condições, dentre elas, a de que o referido cadastramento deveria ser executado pelos próprios membros das entidades sindicais. Paulatinamente à necessidade de afinação interna do movimento para com o conjunto, surgem demandas que solicitavam outros encaminhamentos, e assim se inicia a fase de grandes manifestações e fatos na área.

Segundo Pandolfi, neste período, a dinâmica interna do movimento se evidenciava através de três níveis: Em um primeiro, o Pólo sindical, cuja coordenação era constituída por representantes de todos os sindicatos da área atingida. Naquele período, treze representantes de sindicatos; uma entidade de assessoria (CDDHSF) e as representações por comunidades nas áreas. No interior dos sindicatos, como ressalta essa autora, conviviam trabalhadores de distintas categorias, podendo o movimento sindical, através do Pólo sindical ser entendido como

"um todo heterogêneo, mesclado pela diversidade de lutas; dos níveis de capacitação de suas lideranças e pelo alcance das modalidades de atuação em cada município."

(op.cit.32)

Considera ainda, que a performance do movimento no momento da realocização dos trabalhadores teve como adendo o fato de terem apropriado-se, com base nas atividades realizadas pela assessoria, de um saber até então disposto somente pelos órgãos públicos e assim transpôs barreiras que determinavam as desigualdades nas negociações. E a apropriação deste saber

materializou-se na aprovação e encaminhamento de demandas tomadas coletivamente, por representatividade na população. Além disto, este saber resultou na construção de uma rede de articulações gestadas pelo movimento sindical, mediante à inserção nas federações, confederações e centrais sindicais dos Estados o que potencializou este movimento sindical, contribuindo para uma atuação precursora na construção de uma identidade coletiva.

Esta atuação na concepção da autora resultou de uma duplicidade de fatores: em primeiro lugar, a unidade favorecida pelas práticas produtivas em pequena escala existentes na área, e em segundo lugar, pelo prenúncio de desapropriação das relações prevaletentes. Os primeiros momentos da trajetória do movimento sindical em Itaparica, expressos através das estratégias, é sintetizado pela autora como "formas de lutas com certa espontaneidade", e a estas se agregam basicamente três eixos: a conquista do reassentamento, a grilagem de terras na região e os conflitos que envolviam disputas entre índios e posseiros.

Sendo assim, a reação da população é representada pela autora, a partir das seguintes ações: ações coletivas de enfrentamento direto, visando à mobilização e sensibilização da opinião pública sobre o problema na área; ações judiciais ; negociação com órgãos públicos e articulação com entidades civis e classistas.

Conclui a autora, que a atuação e importância dos sindicatos como forma institucionalizada de expressão ou mediação dos movimentos constituiu-se em elemento preponderante para a performance do movimento sindical na área. Por extensão, esta organização, que possibilitou a criação do Pólo sindical, mostrou ser um instrumento valioso na construção de uma autonomia financeira e das relações políticas, particularmente sobre este último aspecto, na medida em que rompeu com laços de dependência em nível regional,

bem como em nível nacional, distintamente do movimento sindical em Sobradinho que também partilhou destes encontros do Vale.

Com o agravamento dos problemas na área, encontramos em Silva (1990), um novo cenário e caminhos para se refletir sobre a reação do campesinato em Itaparica, pois o referido autor também enfatiza a construção das formas de representação política deste campesinato tomando como exemplo a experiência de Sobradinho versus Itaparica. Porém, toma como suposto que tais reações pretendiam, de forma distinta, preservar a autonomia dos agricultores, considerando que decorrente do processo de luta, estes criaram uma nova identidade de classe, através de novas referências sociais, novos vínculos de solidariedade, etc. Considera ainda, que a reação ou resistência de tal campesinato, tanto em Sobradinho quanto em Itaparica, deve ser entendida como uma luta por direitos, e não, empecilho ao empreendimento, concepção esta recorrente no discurso dos órgãos empreendedores de tais obras. Neste estudo, o campesinato é compreendido enquanto sujeito político em confronto com o Estado. Na sua descrição Silva(op.cit:64) considera que as articulações anteriores, no caso de Itaparica, propiciou a consolidação de uma identidade de classe, existente já mesmo antes do processo de desestruturação causado pela barragem. Ressalta que a população em Itaparica, entendida e representada pelo movimento sindical favoreceu-se pelos seguintes pontos: a conjuntura política nacional, o fato de já exercerem atividades relacionadas à irrigação, a experiência negativa de outros projetos; inserção dos religiosos enquanto aporte à estruturação do movimento e o acesso à informações importantes sobre o processo e andamento do projeto de construção da barragem através da assessoria. Segundo esse autor, esta assessoria exercia de fato o papel de assessoria, literalmente falando, e não de representação dos trabalhadores rurais. Entretanto, chama a atenção

nesse estudo para o fato ocorrido em Itaparica onde os assessores e trabalhadores se conjugaram para definir a reação campesina, ou seja, os elementos que definiram e redefinem a representação política na área.

Ainda segundo Silva, as formas de representação do movimento foram criadas ou incorporadas em sintonia com as demandas materiais e subjetivas, o que possibilitou que politicamente fossem criadas ou reestruturadas as organizações sindicais existentes, e ainda pelo fato de incorporarem outras categorias e, por extensão, demandas.

No processo de luta, a conquista da representação política pelo movimento sindical na área, para o autor significou e assegurou o reconhecimento social de uma cidadania gestada e elaborada a partir dos constantes conflitos.

Mais recentemente Silva Duque (1997) levantou dados acerca do tema, tomando como referência a forma como a população rural vem produzindo um chamado "novo" espaço agrário. Quando se refere aos impactos provocados pela construção da barragem, questiona a abordagem tradicional antropológica que enfatiza a reduzida capacidade destas populações para inovações culturais e técnicas, considerando que essa abordagem não coloca em questão a própria intervenção que provoca os impactos e, que por extensão, desconsidera totalmente outros parâmetros que incorporem componentes políticos e estruturais na análise. Na sua concepção, o movimento sindical ou a reação construída na área teve como referência o fato ou necessidade da população organizar-se enquanto "categoria social" (grifo nosso), e assim realizar manifestações reivindicatórias e de denúncias. No dizer desse autor, a resistência dos trabalhadores na área surge em contraposição à política desenvolvida pelo setor elétrico, mas também em decorrência da forma com que as

lideranças sindicais partilharam desta relação com o Estado, "participando deste projeto não apenas como atingido, mas enquanto beneficiário deste", apesar da desestruturação da base coletiva da organização, a exemplo dos sindicatos.

Com a conquista do reassentamento, ressalta esse autor que iniciou-se uma nova etapa nesta relação do Estado frente aos atingidos, pois a população rural assumiu um papel de agente ativo quando se organizou para garantir a sua reprodução enquanto categoria econômica e social. Considera ainda que Itaparica emerge enquanto projeto, em um momento de crise do setor elétrico, e também em função do processo de redemocratização. Outros autores, referendaram essa questão vendo que os movimentos sociais passam a ter importância e representatividade e, dessa forma este movimento assumiu uma postura "propositiva" (grifo nosso) no sentido de construir alternativas para o futuro, obrigando a CHESF a re-orientar sua ação.

Considera contudo, que para tornar-se "sustentável", não só os espaços das relações de produção, mas também, as instâncias internas do movimento sindical, torna-se necessário a participação efetiva da população, tendo em vista a construção de uma emancipação em todos os sentidos. É exatamente a partir desta "emancipação" que incide a nossa reflexão, tomando como base as relações sociais nas áreas desapropriadas que em decorrência das propostas seculares de modernização transformam-se. Face à emergência de movimentos sociais, tem sido possível interferir, senão questionar tais políticas de desenvolvimento para o Vale do São Francisco. Entendemos assim que tais movimentos expressam, através de suas estratégias, importantes mudanças em nível organizacional e institucional.

Consideramos ainda, que a mudança qualitativa nas táticas de lutas se ampliou e se fortaleceu, em decorrência dos problemas na área, e é sob tal heterogeneidade que nos debruçamos haja vista que estas táticas se metamorfoseiam na trajetória deste movimento.

Como foi indicado anteriormente, há mudanças em nível institucional que marcam e redefinem a problemática, bem como a emergência de outros movimentos sociais em outros Estados.⁵⁴

Entendemos que as mudanças introduzidas no Vale, nas últimas décadas, além do caráter técnico concernente a equipamentos, relações de produção, etc., também têm alterado as estruturas sindicais no meio rural. Nestas mudanças o Estado, até então, tem sido o carro-chefe, enquanto gestor de tais projetos, imprimindo e gerindo tais mudanças.

Todavia como indaga Martins(1996:64) esta mudança que se dá com a participação das populações atingidas, no caso de projetos de grande escala, viria legitimar tal participação ou seria uma síntese da reciprocidade de conseqüências em que os grupos vitimados lançam contradições, tensões e desafios? Ou sinalizaria para mais uma das facetas destes movimentos sindicais que se renovam e/ou institucionalizam e, por extensão, modificam as relações de mediação capitaneadas geralmente pelo poder local, transformando-se por excelência em mediadores perante o governo federal e aos bancos multilaterais?

Como observamos, a experiência de Moxotó, exemplo pioneiro de construção de projeto hidrelétrico no Nordeste, com expulsão e deslocamento da população não houve parcimônia, nem preocupação

⁵⁴Encontramos referências a projetos deste porte na região mineira entretanto por se tratar de abordagens memorialistas, pouco esclarecem ou exemplificam a reação das populações atingidas. Ver neste sentido Ferreira. Rosa (1996) intitulado :As águas e o tempo: memórias de Nova Ponte que retrata as mudanças em decorrência da construção da UHE de Nova Ponte, pela companhia energética de Minas Gerais e que atingiu 08 municípios.

em realizar tal deslocamento da população com um mínimo de condições infra-estruturais. Entretanto ressaltamos a capacidade desta população, no que lhes foi possível, em contrapor-se a tal perspectiva de modernização compulsória, reivindicando a manutenção de alguns dos hábitos mais elementares do seu cotidiano, como por exemplo, a oposição em relação ao local da feira.

Além disto, consideramos que, mesmo com a ausência de organizações sindicais ou mobilizações coletivas no sentido clássico, ou seja, sindicatos que pudessem constituir-se em referência para a mobilização da população, criou-se um sentimento vivo do passado com histórias e testemunhos a contar, meio de contrapor-se ao sofrimento sepultado da população que se encontra presente na memória, memória de um passado vivido. (Filho, op.cit)

Quanto a Sobradinho, apesar de quase toda a literatura⁵⁵, considerá-la como experiência amorfa, ou que a constituição do processo de consciência política tenha sido avalizado/mediatizada pela igreja observamos a importante contribuição para os segmentos rurais de outros projetos e que implicou em mudanças nas estratégias tanto dos movimentos sociais quanto dos organismos responsáveis.

Nesse sentido, entendemos a necessidade de identificar as estratégias realizadas pelo movimento sindical em Itaparica, a partir deste novo momento o que o torna singular em comparação aos anteriores, já que não somente os primeiros passos se deram de forma diferenciada e articulada, mas também toda a sua trajetória até o presente momento. Tudo isto passou e passa por transformações de ordem estrutural, quanto aos eixos de luta, etc., no entanto, estas diferenças expressam e fundamentam a organização e reorganização dos espaços social e politicamente construídos.

⁵⁵ Cabe ressaltar a observação de SIGAUD(1986) que entende a reação da população de Sobradinho através das relações sociais, baseadas na parentela que assume uma forma/função política.

CAPÍTULO 3

A FORMAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA DO MOVIMENTO SINDICAL EM ITAPARICA.

Para resgatar a trajetória do movimento sindical em Itaparica, tomamos como referência sua configuração organizacional da área, já que esta se apresenta reveladora pela estruturação e re-estruturação empreendida ao longo dos anos, com a inserção de entidades diversas. Quanto à trajetória do movimento sindical, empreendemos, enquanto recurso metodológico, um recorte para retrata-lo e assim recorreremos as suas várias fases. A primeira, antes da construção da barragem, relativa aos principais aspectos e fatos da constituição do movimento sindical, a partir dos sindicatos até a criação do Pólo Sindical do Submédio São Francisco. Em uma segunda fase, destacamos os aspectos relativos à interiorização do processo de luta até a conquista do acordo em 1986. Uma terceira fase, após a formação do lago, retrata as modificações no que se refere à retomada das relações produtivas até as novas formas de representação política e, por fim, as estratégias relativas às reivindicações para a conclusão dos perímetros irrigados, bem como as modificações de caráter estrutural e organizacional. Consideramos que a interface destes aspectos sinaliza para a explicação da formação sócio-política deste movimento sindical e que o tornam singular tendo em vista a história do sindicalismo rural no Vale do São Francisco.

3.1-Configuração organizacional da área.

a)Os sindicatos.

A articulação das comunidades e municípios, no início de construção das obras das barragem, que foram deslocadas total e/ou parcialmente entre os estados da Bahia e Pernambuco(Quadro 01), teve como referência os sindicatos de trabalhadores rurais.

Estes sindicatos foram renovados e/ou criados em toda área e, dentre estes, destacamos a atuação do Sindicato dos trabalhadores rurais de Petrolândia, situado naquele município, que se constitui como articulador de todo processo e, que ao longo dos anos, possibilitou a ampliação para os outros municípios e sindicatos, através de uma trajetória singular frente aos demais.(Quadro 02)

Quadro 01: Caracterização da área / municípios e pop. deslocada.

Municípios	área Inundada		Pop. deslocada.	
	(km2.)	%	Urbana	Rural
Petrolândia *	143,10	8,9	12.015	6.400
Itacuruba	106,40	27,2	2.635	2.875
Belém	46,40	2,6	—	3.335
Floresta	162,70	3,4	—	2.870
Rodelas	149,90	5,3	2.885	3.180
Glória	101,50	5,4	—	1.975
Chorrochó	6,30	0,24	1.300	585
Total Geral	716,30	—	18,835	21,220
TOTAL			40.055	

Fonte: Projeto Itaparica. A força que vem do São Francisco. s/d.p.03

* Petrolândia, Itacuruba e Rodelas foram as cidades que tiveram suas sedes municipais totalmente inundadas.

Tais informações irão afigurar-se importantes quando posteriormente analisarmos a atuação política de cada uma delas, através de suas entidades representativas, pois é deste contingente populacional da zona rural que fundamentalmente se constitui o movimento sindical na área.

QUADRO 02: Sindicatos criados e/ou renovados.

Estado/municípios	Sindicatos (ano de fundação)
Pernambuco	
Belém do São Francisco	Delegacia sindical (1980)
Cabrobó	Delegacia sindical
Floresta	1977
<u>Ibimirim</u>	Delegacia sindical (1971)
Inajá	Delegacia sindical (1971)
Itacuruba	1971
Orocó	1988
Petrolândia	1970
Santa M ^a . da Boa Vista	1989
Tacaratu	Delegacia sindical(1971)
BAHIA	
Abaré	Delegacia sindical
Chorrochó	*
Glória	1978
Macururé .	*
Paulo Afonso	1978
Rodelas	1976

Fonte : Viana, Aurélio et al. O Pólo Sindical e a luta dos atingidos pela Barragem de Itaparica. Rio de Janeiro. CEDI. 1992 (adaptado)

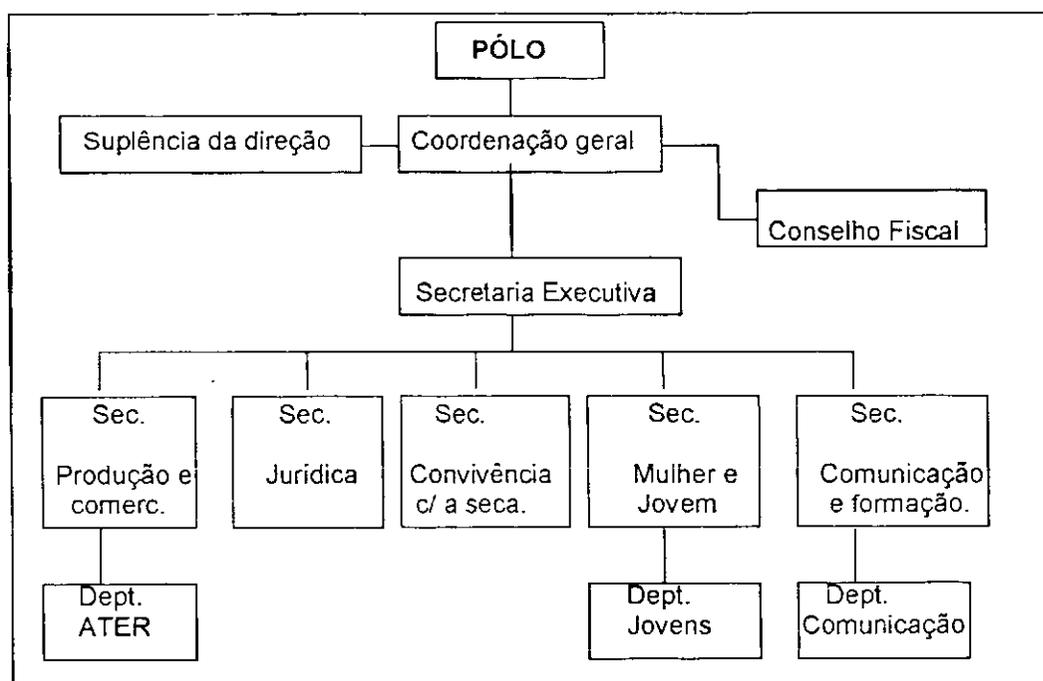
* sem informação.

b) O Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco.

A partir desta articulação entre os sindicatos dos 02 Estados, a luta se amplia e agrega outras entidades. É neste contexto que surge o Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, em 1979, que passa a representar os municípios que serão atingidos pela barragem .

Internamente, naquele período de criação, o Pólo Sindical congregava os representantes de 13 sindicatos, porém com a formação do lago, outros sindicatos se incorporam à estrutura da entidade. Atualmente, além dos novos sindicatos, a entidade tem uma outra configuração organizacional resultante de um plano de reestruturação ocorrida em 1993, onde se criou secretarias e departamentos.(Figura 01)

FIGURA 01 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO PÓLO SINDICAL DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO.1998



Fonte: Informativo do Pólo Sindical do Submédio São Francisco. 1998.pg.12

c)As associações comunitárias.

Em 1988, além da formação do lago, a população é deslocada para agrovilas padronizadas(Quadro 03).É quando surge também a necessidade de novas formas de reorganização e representação política, que funcionassem como elo, entre os reassentados nestes novos locais e as direções de suas entidades, tendo-se assim as associações comunitárias.(Quadro 4)

Quadro 03: Caracterização das comunidades por agrovilas.

Localização	Nº Agrovilas	Origem da pop.
Pernambuco Borda do Lago(Pe)		
Petrolândia	26	Itacuruba. Floresta e Belém.
Brígida	10	
Caraíbas	47	
Bahia Borda do lago (Ba)		
Glória	14	Rodelas e Chorrochó Glória e Rodelas.
Rodelas	05	
Pedra Branca	19	
Jusante	10	

Fonte: Rel. de ativ. anuais do Pólo Sindical do Submédio S. FCº.1990.

Quadro 04: Associações comunitárias.

Localização	Nº
Petrolândia	04
Brígida	02
Caraíbas	08
Glória	03
Rodelas	02
TOTAL	24

d) As cooperativas e as entidades informais.

Entre a mudança para as agrovilas e a retomada das relações de produção nos perímetros irrigados foram 05 anos de espera e ociosidade. Somente entre 1992 e 1993, se inicia um plano de reestruturação do reassentamento e com este surgem as cooperativas(Quadro 05) e entidades informais de fomento às relações de produção que têm no seu entorno aspectos diferenciados e conflituosos.

Quadro 05 - Cooperativas

Localização	A	B
Petrolândia	CoopBarreiras Cooperagri.	Capim
Brígida Caraibas.	Cooperança CoopBran.	
Glória Rodelas	Coopag Coopar	Cootar

Fonte : Pesquisa de campo.1998

A - cooperativas integrantes do Movimento sindical.

B- cooperativas integrantes apenas do reassentamento.

No que se refere às entidades informais de fomento às relações de produção, em um primeiro momento, tivemos o que se chamou de "ATER dos consórcios", que por ser estruturada com a

quanto "sofisticadas", se compararmos a outros ribeirinhos do Vale do São Francisco⁵⁷.

Segundo este entrevistado, foi a partir da troca de amizade e de informações com integrantes daquela diretoria, que tornou-se possível cautelosamente construir o processo de remontagem do sindicato e trazer para o sindicato a problemática da barragem, em contraponto à gestão anterior que não vinculava os problemas da área para serem resolvidos e encaminhados pelo sindicato.

Esta nova gestão, iniciada em 1978, se dá após alguns fatos, senão hilariantes, como por exemplo, a recomendação de que o ex-presidente deveria ele próprio fazer "sua cartinha" de renúncia.

A partir daí, se iniciavam as atividades de organização interna deste sindicato :

"Tinha muitos funcionários por causa do convênio médico, tudo atrasado , não se pagava FGTS, tudo à toa. Se procurava alguma coisa no arquivo do sindicato e não se encontrava nada, mas tudo bem... naquele tempo eu podia dizer que não tinha noção de empresa e mesmo sem entender tão bem de sindicalismo, mas eu já sabia como era que devia agir. Eu achava que tinha que organizar o sindicato como entidade."

(pres. da CoopBarreiras/ pres. da 1ª gestão do Str. de Petrolândia)

Dessa forma, além de organizar internamente a entidade, esta gestão buscou realizar contatos com as bases, ou seja, fazer com que as pessoas participassem e de certa maneira

⁵⁷ A irrigação no vale datado da década de 40. pode ser dividido em 03 etapas: entre 1948/1953 com a instalação de rodas d'água; entre 1954/1965, com o uso de motores a diesel e a partir de 1965 com o aparecimento de eletrobombas. In: Silva, José de carvalho. 1992.

acreditassem no sindicato, fase que conforme esse entrevistado durou mais ou menos um ano:

"A gente arrumou a diretoria do sindicato e começamos a ir realmente prá fora, começamos a nos envolver com a questão da barragem e fomos expandindo. (...) o sindicato não fazia o que era prá fazer, só fazia assistencialismo, tinha que fazer outras coisas, que também tem que fazer, tinha ai ainda a dificuldade do povo acreditar."

(pres. da CoopBarreiras/ pres. da 1ª gestão do Str. de Petrolândia)

Observamos duas questões: a primeira, a dificuldade em realizar trabalhos com as bases, em função da atuação da gestão anterior e a segunda, bastante significativa, quanto à construção da credibilidade da entidade junto às bases, fazendo com que o povo acreditasse no fato de que a barragem iria ser mesmo construída. Este último aspecto que podendo ser relacionado à questão das representações das comunidades sobre projetos deste porte.

A partir de visitas nas áreas que foram atingidas pela barragem é que se deu a aproximação com integrantes da ala progressista da igreja católica, que já atuavam na área e que, de certa maneira, contribuiu para criar a afinidade entre as bases e o incipiente sindicato, como afirma nosso entrevistado :

"Foi quando começou com a própria Josefina e o próprio Alcides, é que começou a movimentar, a discutir bem as questões, e tinha ainda o Dom José Rodrigues, o bispo de Juazeiro da Bahia, que começou a vir por aqui, a gente trabalhou com ele, já

andando para os outros municípios, ativando os outros municípios”.

(pres. da CoopBarreiras/ pres. da 1ª gestão do Str. de Petrolândia/78)

Este fato ilustra, também, como a experiência de Sobradinho chegou ao conhecimento da população em Itaparica, já que tais atividades foram realizadas conjuntamente com o apoio do Bispo de Juazeiro, somando-se ao trabalho dos integrantes da ala progressista da igreja. Tais atividades resultaram na quase completa aglutinação dos sindicatos envolvidos ou que seriam atingidos pela barragem :

“Na realidade em função desta luta ou para esta luta, o sindicato de Petrolândia foi o mais importante, foi a partir dele que se expandiu esse movimento, que se fundou os outros sindicatos nos outros municípios, ou se ativou sindicatos que viviam paralisados, como era o caso de Rodelas e Itacuruba, sindicatos que não atuavam e que agente acabou ativando eles. Até no sindicato de Floresta agente começou a dialogar. ”

(pres. da CoopBarreiras/ pres. da 1ª gestão do Str. de Petrolândia/78)

À medida em que foi se fortalecendo o movimento, com a criação e ativação de sindicatos, bem como com os trabalhos de base nos municípios, se acirra também, de outro lado, o confronto com a CHESF, como se o crescimento do movimento que começava a ganhar forças e ter visibilidade, passasse a incomodar e a preocupar a empresa.

Nesse período, acontece a 1ª concentração dos trabalhadores com aproximadamente 2.000 agricultores tendo como

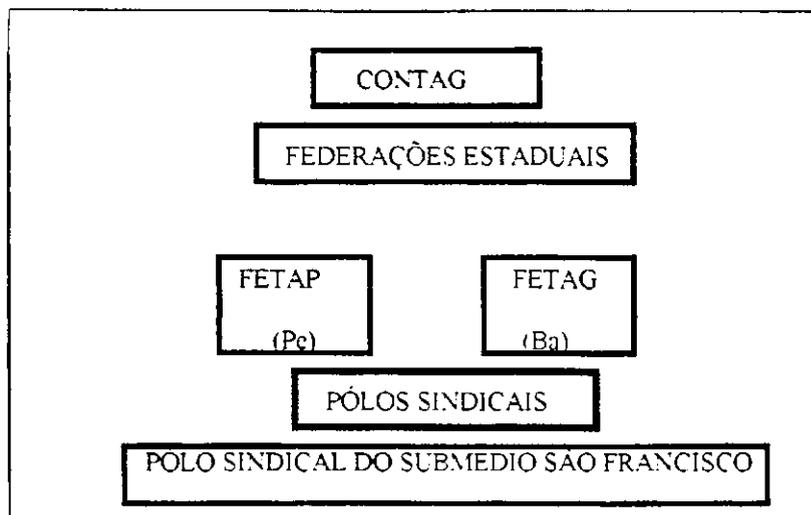
exigência as seguintes questões: mapa de localização da barragem, indenizações das terras e benfeitorias e construção de núcleos residenciais, etc. Esta fase já sinalizava para a necessidade de legitimação do conjunto do movimento sindical como um todo, e para a ação coletiva dos trabalhadores dos sindicatos da região, exigindo, também, a necessidade de ampliar os contatos com outras entidades. É neste contexto que se dá a articulação com as entidades ligadas à representação dos agricultores nos Estados supracitados e que, de certa forma, substancia a criação do Pólo Sindical⁵⁸:

"(...)A idéia de criar isso que hoje se chama Pólo Sindical surgiu porque a gente tinha que assumir os municípios, a gente precisava falar por estes municípios, a gente já entendia que não podia ser só Petrolândia e sim uma luta conjunta, juntar todos os municípios⁵⁹, falar pelos outros municípios sem estar autorizado, Ai essa idéia foi crescendo de ter um que representasse, que pudesse responder a todos."

(pres. da CoopBarreiras/ pres. da 1ª gestão do Str. de Petrolândia/78)

Ressaltamos que esta articulação tinha como propósito aglutinar os sindicatos na região, com problemas comuns, em torno das Confederações e Federações de agricultores em ambos os Estados, como podemos observar na figura abaixo.

⁵⁸ Cabe ressaltar que os Pólo sindicais pernambucanos estão divididos por zonas: Zona da Mata, existem 2 pólos: Zona agreste três, Sertão cinco, dentre estes o Pólo sindical do Submédio São Francisco.
Fonte: Quadro ilustrativo do Str. de Petrolândia, s/d, s/l.



Organograma do MSTR. Fonte: Memória do encontro de Mulheres.1998.

Contudo, na região em estudo, além de dificuldades assinaladas quando do momento da primeira gestão, tinha o agravante de que cada sindicato apresentava uma realidade distinta, cabendo assim ao Pólo sindical aglutiná-los, tendo em vista o projeto da barragem.

Observamos que neste cenário, onde cada sindicato tinha as suas particularidades, somente uma articulação dos sindicatos, tendo como eixo de luta uma questão central, tornaria possível a consolidação deste movimento. Assim foi de fundamental importância a aglutinação com agricultores que tiveram experiência neste tipo de confronto, a exemplo dos agricultores do município de Glória.

Neste sentido, a atuação do sindicato de Glória, tornou-se fundamental e tem como explicação o fato de que a área já tinha tido, anteriormente, suas terras parcialmente, atingidas pela barragem de Moxotó e com a barragem de Itaparica se completaria, totalmente, a inundação. Constatamos que esta atuação de Glória singulariza-se não somente no interior do movimento sindical na área, mas também em outras esferas pois que registra-se a sua contribuição para a

fundação do PT no município na década de 80 e, entendemos como estas lideranças neste contexto puderam ter e atualmente tem uma participação mais proeminente no movimento.

Em 1979, esse movimento chega na sua primeira fase com a aglutinação quase completa dos sindicatos envolvidos e com uma questão central tomada como meta para os anos seguintes: o acesso a informações sobre a construção do projeto da barragem.

3.2.2- A interiorização da luta e o Acordo.(80/87)

Entre 1980 e 1987, o movimento sindical incorpora aspectos fundamentais para o seu desenrolar, não somente no que se refere à busca de tais informações, mas também, pelo caráter de exteriorização e interiorização das lutas que passam a ser realizado na área.

O ano de 1980 é marcado pela realização das grandes concentrações realizadas pelos agricultores na área para reafirmar as reivindicações anteriores, basicamente em função do mapa da barragem, sendo que uma destas resultou na conquista do mapa.⁶⁰ Também é a fase dos primeiros e principais confrontos entre a CHESF e o movimento sindical. Isto demonstra ser bastante significativo, pois tendo como representação uma entidade, e não mais sindicatos, a empresa não reconhecia a representação dos trabalhadores e estes se valiam ou buscavam meios e práticas para forçar um diálogo, como ressalta o presidente do sindicato de Petrolândia na época:

"Para começar a conversar com a CHESF, eu tinha que traficar alguns absurdos, como por exemplo, um

⁶⁰ Cf. Hora de mudar, é hora de lembrar. Cartilha do Pólo Sindical do Submédio São Francisco que retrata detalhadamente as concentrações realizadas pelo movimento sindical. 1988

dia a gente tampou a rede de esgotos do acampamento prá eles vim vê o que tava acontecendo né! ai vieram e conversaram um pouco, no DOI, foi de certa forma uma invasão(...)e nós dissemos : Quando vocês entram na roça do povo vocês pedem licença prá entrar ? Não! então aqui vai ser do mesmo jeito, sem pedir licença e entramos."

(pres. da CoopBarreiras/ pres. da 1ª gestão do Str. de Petrolândia/78)

Este depoimento nos sugere, não somente entender a atitude da empresa, com a invasão das roças e outros tipos de violência contra os agricultores, como indica o entrevistado, mas também a natureza dos primeiros confrontos dos trabalhadores e sua opção pelo confronto direto e "ilegal".

Aproveitando-se deste vigor dos sindicatos envolvidos e reunidos na área, além da expressividade que passa a ter os movimentos sociais, neste período da conjuntura, o movimento sindical, através do Pólo, começa a contar com o apoio de entidades no meio rural, dentre estas, o apoio da CPT/ Projeto Dois, de Recife, em nível de assessoria e ainda parcerias com entidades, instituições, partidos, particularmente, o Partido dos Trabalhadores.

Souza (1990: 36), se referindo a este momento, enfatiza que ocorreram atividades de fortalecimento do movimento sindical, inclusive com a participação em congressos nacionais, etc., o que, sobremaneira, evidenciava que a CHESF não poderia mais desprezar as reivindicações do movimento sindical e sua organização.

Neste período, o movimento sindical elabora de um Plano de Diretrizes para o Reassentamento, apresentando as seguintes reivindicações: área irrigada de 06 há, área de sequeiro/criatório,

irrigação por aspersão, administração do projeto pelos trabalhadores, casa para todos, escolha e desapropriação das terras.⁶¹

Este Plano já se diferenciava de outros, não somente pelo fato de reunir um conhecimento técnico com o saber popular dos trabalhadores, em decorrência dos trabalhos de assessoria na área, mas também, se comparado com as estratégias das populações atingidas por barragens nos casos anteriormente estudados.

De posse deste Plano, o movimento sindical intensifica também as estratégias de resistência frente à empresa, destacando-se, entre estas a ocupação simbólica realizada pelos trabalhadores nas dependências da obra, em 1985. Em contraposição, a empresa prorroga o projeto da barragem e, por extensão o atendimento de tais reivindicações.

No entanto, o que demonstra ser significativo desta fase ou período e, inúmeras vezes enfatizadas nas entrevistas, são as grandes manifestações⁶² realizadas pelo movimento sindical na área e a conquista do Acordo de 86, resultado de uma destas manifestações quando foram paralisadas as obras da barragem, por seis dias, o que projetou nacional e internacionalmente o movimento, e que dentre seus principais pontos reivindicava a participação dos trabalhadores em todas as fases do projeto⁶³.

⁶¹ É hora de lembrar. é hora de mudar. (Apud. pg.11)

⁶² Entre agosto de 1979 a dezembro de 1986 ocorreram grandes mobilizações reunindo centenas de trabalhadores. ressalta-se deste período a ocupação e parada da obra em dezembro/1986 onde se assinou o acordo que garantia uma série de reivindicações dos trabalhadores. In: Cartilha Hora de mudar, é hora de lembrar produzida pelo Pólo Sindical do Submédio São Francisco. 1988.

⁶³ Ver Anexo 07 : Acordo entre CHESF e Trabalhadores rurais atingidos pelo reservatório da UHE de Itaparica. 1986.

3.2.3 - A mudança para as agrovilas às novas formas de representação política.(88/91)

Apesar da importância do acordo, este não inviabilizou o cronograma de formação do lago, que se iniciou em 1987, paralelo à mudança da população para as agrovilas, com inúmeras pendências relacionadas, não somente às indenizações das benfeitorias, mas também, no que referia às condições infra-estruturais das agrovilas⁶⁴.

Por conta deste cenário de desestruturação espacial, devido as grandes distâncias entre as áreas, com a mudança para as agrovilas surge a necessidade de outras formas de representação política para encaminhar as reivindicações da população. A população "evacuada" foi deslocada para projetos de reassentamento⁶⁵, assim caracterizados : Os Projetos da Borda do lago (Bahia e Pernambuco) e Projetos especiais, sendo os primeiros aqueles implantados nas margens do lago e os Projetos especiais, os que já estavam elaborados para serem realizados na área do Submédio São Francisco.

Em Petrolândia, cidade que integra os Projetos da Borda do lago, em Pernambuco, são divididos em blocos de 26 agrovilas, totalizando 1.342 famílias reassentadas, sendo que 1.116 residem em

⁶⁴Os serviços essenciais, tanto quanto a viabilização dos projetos de irrigação e áreas de sequeiro que viriam " minimizar" os efeitos dos impactos no que refere as relações produtivas foram negligenciados. Além destas questões, constatou-se outros agravantes provenientes do enchimento do lago, como o surto de gastroenterite que provocou várias mortes na região, bem como o extermínio de peixes do Rio São Francisco, devido a baixa oxigenação de água do lago, provocada pela proliferação de algas azuis. As entidades ambientalistas só foram notificadas oficialmente quando a situação já não possibilitava o resgate de plantas e animais, mediante a extensão da área atingida e a falta de recursos materiais. E que mais de 250 casos de internamento foram registrados em função do surto de gastroenterite que implicou em 27 óbitos na região.(O Jornal Tribuna da Bahia(24/04/1988).

⁶⁵ Segundo Palmeira(1997:48/49) designa reassentamento são os lugares/espacos onde projetos promovidos pelas companhias energéticas tendem a restituir as condições das relações de produção de pequenos proprietários desapropriados por PGE, enquanto que Pantoja (1991) considera que além de serem resultados da política governamental que toma como objetos/beneficiários os pequenos agricultores são também espacos onde se criam estratégias e mecanismo para viabilidades, econômica, social, ambiental e política pelos agricultores.

agrovilas e 226 moram na cidade. Estas pessoas são denominados de pára - rurais, ou seja, trabalhadores rurais que trabalham nas suas antigas atividades de campo, mas que optaram por morar na cidade.

O Projeto Caraíbas, integrante dos Projetos especiais, se localiza em Santa Maria da Boa Vista e recebeu o maior número de reassentados (1.440 famílias, totalizando 11.000 pessoas) oriundos de Floresta e Belém do São Francisco. Situação similar a do Projeto Brígida situado no município de Orocó (Pe), que apesar de ter recebido um número menor de reassentados (428 famílias, totalizando 2.500 pessoas) oriundos de Itacuruba, teve que se adequar às novas mudanças, em termos de relacionamento político com o movimento sindical. Mas, significativo é o caso do município de Floresta que teve sua população rural reassentada em Santa Maria da Boa vista, em Pernambuco.

Quanto aos Projetos da Borda do lago, no lado baiano, além da nova cidade de Glória, criaram-se 14 agrovilas, em Rodelas 05 agrovilas e, no que se refere aos Projetos especiais criou-se o Projeto Pedra Branca, em Curaçá, com 19 agrovilas, totalizando 4.550 pessoas oriundas de Rodelas e Chorrochó e o projeto Jusante, com 10 agrovilas com agricultores oriundos de Glória e Rodelas.

Constatamos que a mudança alterou significativamente várias dimensões. Dentre estas, destacamos a da representatividade ou de base sindical, pois nem todos os municípios atingidos possuíam sindicatos atuantes, enquanto outros tiveram que se adequar a nova situação, como é o caso de Rodelas, haja vista que uma grande parte de seus associados optaram por se deslocarem para outras áreas, além do fato da maioria das famílias terem vindo da velha cidade, sendo outros os pára - rurais.

Em Glória, há 2 tipos de projetos de reassentamento: os que foram atingidos pelas águas da barragem e aqueles que foram desapropriados para a instalação de projetos de irrigação.

Esta fase também é toda marcada pela reação dos trabalhadores, diante das condições adversas colocadas pela CHESF quanto aos problemas de infra - estrutura nos novos locais de moradia, e ainda, pelo fato de que as famílias de trabalhadores foram transferidas sem o recebimento de indenizações, particularmente os moradores de Barra do Tarrachil, que não tinham recebido nenhuma proposta.

Muitas manifestações ocorrem, algumas de caráter contestatório institucional, como ocupações aos escritórios da CHESF, pronunciamentos nas assembleias legislativas dos Estados da Bahia e Pernambuco, denunciando a situação e os principais problemas neste cenário.

Além destes encaminhamentos em nível local, regional e nacional, ocorre também, por solicitação e pressão do movimento sindical, uma inspeção do Banco Mundial em toda área.

Em termos de estrutura interna, o movimento sindical recorre a atividades de reorganização das comunidades com a realização de reuniões em todas as agrovilas para a escolha de uma nova forma de representação política, de maneira que os reassentados nos novos locais de moradia dessem continuidade ao elo, entre aqueles e a direção de suas entidades, que tinham como função levantar e debater os problemas dos projetos.

Isto é significativo também, porque neste momento surgem novas lideranças para o movimento sindical, como ilustra este depoimento de um dirigente, sobre tal período

"Quando surgiu o reassentamento de Itaparica, eu fui reassentado e aí houve uma reunião na comunidade realizada pelo sindicato para escolher representantes e nesta reunião estavam presentes 55 famílias e mim elegeram representante de comunidade, por unanimidade e eu fiquei fazendo papel. Aí comecei a participar das reuniões, vir pro sindicato, reunião também da prefeitura, nas escolas e a partir daí foi que eu me associei, não perdia nenhuma reunião, e começava a ouvir os problemas da minha comunidade."

(Atual presidente do Str. de Petrolândia)

Este fato é bastante significativo, pois além de possibilitar o surgimento de novas lideranças, possibilitou também que os sindicatos fossem renovados, não havendo possibilidade de que estas representações pudessem se sobrepor aos sindicatos, mas sim, somar-se a estes.

Enfatizamos, que este não foi um caso isolado, pois ocorreu em quase toda área de atuação do movimento, com exceção dos novos locais onde os agricultores começaram a participar de outros fóruns de discussão política, tais como em Itacuruba. Observamos ainda, que tal encaminhamento em outras áreas ocorreu de acordo com a disponibilidade dos que ficaram em seus locais, já que em alguns municípios, os dirigentes sindicais foram deslocados para projetos distantes, o que de certa forma acabou, em algumas áreas, esvaziando o movimento, como foi o caso de Rodelas

"Quando houve a mudança, todos os diretores do sindicato, tinham se mudado prá outras áreas. As coisas do sindicato, que não tinha sede própria, veio

para minha casa e ficou assim meio espalhado, ai eu comecei a dizer que não tinha ninguém, não tinha representante dos trabalhadores, não tinha diretor. Ai começou a ter uma comissão que era : eu, como sindicato; a igreja e um rapaz da EMATER. Fizemos essa comissão era mais prá nós enquanto pessoas, não era enquanto instituição, ai começamos a ir para as agrovilas, discutir com o povo, escolher o representante de agrovilas prá poder chegar na CHESF e se apresentar. Ai quando chegou em agosto tinha que ter eleição, senão o sindicato ia fechar, tinha que começar a se reconstruir, se reestruturar, ai teve uma eleição com os trabalhadores e eu fui escolhida prá ser presidente do sindicato."

(pres. do sindicato de Rodelas/ coord. da secretaria mulher e jovem do Pólo sindical)

É interessante registrar, não somente a contribuição dos integrantes da ala progressista da igreja, que se soma à participação de outros integrantes, relacionados a área de assistência técnica do Estado, como também constatarmos que mesmo "espalhado", como diz a representante do sindicato, quando se refere aos documentos, o sindicato, a base e os dirigentes reestruturam-se face a nova realidade.

Assim, esta nova fase do movimento foi marcada pela reconstituição, de laços sócio-culturais e pela necessidade de uma consciência política que agregasse os elementos concernentes ao cotidiano de suas vidas, quanto à conquista efetiva do projeto de reassentamento.

para o movimento sindical aqui, local. Do mesmo jeito que foi construída uma nova história no sindicato de Petrolândia, a partir de 88 uma nova história passou a ter por conta desses fatos."

(pres. da Coop Barreiras/pres. do Str de Petrolândia/78)

Além destas questões, uma das dificuldades mais evidentes tem sua origem na paralisação das atividades produtivas, antes da formação do lago e que implicou no recebimento de uma VMT (Verba de Manutenção Temporária, paga pela CHESF aos trabalhadores, naquele período ao equivalente a 2 SM) que reforçava, como era destacado pelo movimento sindical, dentre outros fatores, propiciadora do ócio e da violência entre os agricultores nos novos locais de moradia.

Percebendo o raio de ação do recebimento da VMT pelos agricultores, o movimento sindical estabeleceu um conjunto de atividades para serem realizadas pelas comunidades, dentre estas, o desmatamento considerado como

"A base para incorporar os reassentados nas atividades produtivas, onde se vislumbrava a possibilidade de aumento de renda, bem como diminuiria o índice de desocupados e por extensão da violência nos projetos."⁶⁶

Tal fato torna-se significativo, porque tal atividade funcionaria mais adiante como embrião da perspectiva de autogestão,

⁶⁶ Relatório de atividades anuais do Pólo sindical.1990.pg.08

através da criação das cooperativas, bem como possibilitaria a consolidação das bases no sentido socio-político.

Em nível produtivo, os trabalhadores contaram com assessoria especial quando foi elaborado um plano de produção agrícola e pecuária, mediante o uso de tecnologias alternativas, objetivando

"Preparar as lideranças para passar de uma luta com caráter reivindicatório para uma forma organizativa de caráter econômico, onde apreenderão e saberão gerir os projetos de irrigação."

(Relatório de ativ. do Pólo sindical. 1992.pg.08)

Este encaminhamento foi interessante pelo fato de que tal perspectiva permitiu alterar o conteúdo das lutas e implicou em investimentos do movimento sindical na capacitação dos agricultores com referência às questões produtivas, de natureza política, como gerir/administrar os perímetros irrigados.

Esse período foi marcado também pela ampliação de novas articulações com entidades, como por exemplo, a OXFAM, CUT, MAB, FETAPE, OAB, AATR, etc e em nível local se participa de discussões sobre a lei orgânica municipal.

Em 1991, o movimento sindical coloca a necessidade de "sair da defesa, agir com organização e articulação", momento em que a bandeira de luta passa a ser concretamente a conclusão das obras nos perímetros de irrigação e, dentre outras atividades decide por denunciar, nos meios de comunicação, a situação em que se encontravam os trabalhadores atingidos, através de um dossiê.

Entretanto, o movimento constata que nem para o Banco Mundial, nem para a CHESF o reassentamento era prioridade, fato que se agravava pela razão de que em algumas localidades os perímetros irrigados já se encontravam em operação, o que trazia uma

série de implicações, de caráter político e produtivo, particularmente para os que se encontravam em atividade. Por este motivo, os documentos do Pólo Sindical ressaltavam que

"Devia-se garantir que o processo produtivo ficasse nas mãos dos trabalhadores, sem que esse fuja das mãos dos trabalhadores para as empresas, recriando assim as formas de exploração dos trabalhadores."

(Apud Relatório de ativ. do Pólo Sindical.1992. pg.12)

É significativo essa observação, pelo fato de que a diferença da entrada de operacionalização dos perímetros reflete, como observamos atualmente na atuação das entidades e nos rumos do movimento sindical na área. Particularmente, e de forma oposta tomamos como exemplo a cooperativa de Glória e Rodelas, com períodos diferentes de entrada em operação, pois a primeira se apresenta como "exemplo de quem deu certo", no que se refere à articulação com empresas para comercializar a produção, bem como no que se refere à postura política e a forma de inserção das mulheres, enquanto que em Rodelas há uma outra gama de dificuldades, questão esta que analisaremos mais profundamente posteriormente.

3.2.4 - Retomada das relações produtivas e a criação de cooperativas.(1992/1997)

Em 1992, quando se iniciaram as atividades produtivas em algumas destas áreas se evidenciou para os agricultores, a necessidade de reorganização e redefinição de papéis e posturas, que desaguaram na elaboração de um plano geral de avaliação, sintetizando-se " como um processo rico e profundo".

A idéia deste plano consistiu em dar um quadro geral do reassentamento, e pretendeu dar conta da diversidade existente no reassentamento, tanto no que se refere às relações de produção, quanto em termos políticos, o que permitiu a elaboração de propostas coletivas. Elegeram-se assim, os temas a serem trabalhados, em que observamos a sintonia com o quadro de necessidades e demandas do reassentamento, dentre estas: elaboração de projetos para outras esferas do poder público para encaminhar as novas demandas, um plano de diretrizes para a produção e comercialização e propostas de natureza diversas quanto à capacitação de trabalhadores para a nova realidade.

Entretanto, o que se torna extremamente significativo nesta atividade ou plano de avaliação foi a sua metodologia:

"Os aplicadores de questionários foram os mais de 40 jovens, entre os dois Estados, que passaram por um treinamento onde se procurava resgatar a história do Pólo, seus objetivos, seu propósito com a avaliação e a importância dos mesmos, uma vez que eles eram parte dessa história." ⁶⁷

Tal perspectiva torna-se importante vez que se observa que tal medida teve um alcance a longo prazo, pois processualmente os jovens foram assumindo os cargos diretivos do movimento sindical. O resultado de tal avaliação subsidiou a realização de encontros nos municípios atingidos pela barragem. Avaliaram-se, também, os consórcios (HIDROSERVICE / GERSAR) instalados na área, desde outubro/1992, e dentre outras questões foi enfatizado que: "O relacionamento deste com o Pólo não é bom, pois eles não

⁶⁷ Relatório de atividades anuais do Pólo sindical. 1993.pg.04

reconhecem a direção e trata dos problemas com os sindicatos em separado⁶⁸."

Esta questão quando cotejada com as entrevistas dos profissionais da ATER evidencia, de forma mais clara o relato de um profissional da área social que atuava naquele momento:

"Quando eu cheguei aqui tinha um coordenador que fazia reuniões, não eram reuniões sistemáticas, a gente apenas socializava o que estava acontecendo em cada projeto, mas não tinha unidade, a gente sabe que empresa privada só quer lucro, só pensa em lucro, as decisões vinham da CHESF, CODEVASF, de cima para baixo, era imposto aos trabalhadores, não havia planejamento participativo, cada equipe fazia seu planejamento."

(assessora em organização para o processo político em Petrolândia)

Destacamos que afora as diferenças na condução das atividades, ou seja, a socialização das atividades tendo em vista um projeto do movimento sindical, observamos que os profissionais oriundos desta estrutura de ATER tiveram que incorporar uma outra forma de lidar, compreender e aceitar a representação do movimento sindical na condução deste aprendizado, aspecto que será analisado posteriormente.

Uma outra questão destacada neste plano se refere às relações de produção, basicamente quanto à necessidade de capacitação, pois dentre outros desafios, se ressalta agregar a questão do tempo à atividade de irrigação e a participação dos

⁶⁸ Relatório de atividades anuais do Pólo sindical dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco.1992. pg.04

agricultores no movimento sindical, pois como é sabido tal atividade requer disciplina e tempo, exigindo assim uma nova postura política - produtiva.

Paulatinamente, o movimento sindical vai agregando conquistas e obstáculos. No aspecto produtivo, já que 90% do sistema hidráulico estava implantado e 30% em operação, observamos dificuldades quanto à comercialização dos produtores, problemas de crédito, ausência de plano de produção e controle de pragas, etc., sugerindo-se que o movimento definisse um modelo de organização e gestão do projeto com um todo.

A proposta de autogestão surgida com o trabalho de assessoria especializada passa a se constituir em grande desafio, pois tornava-se necessário :

" Concretizá-la na prática, junto aos reassentados e para isto reforçou-se os trabalhos de base e a formação de associações produtivas, que podem ser consideradas os embriões destas entidades autogestionárias, mas o caminho a ser percorrido passa ainda por muita capacitação, para levar os reassentados a sentirem importância dos mesmos definirem seus destinos."⁶⁹

Vai se tornando dessa forma, premente a necessidade de consolidar e constituir um modelo para o projeto de reassentamento que incorporasse questões relacionadas ao processo produtivo, através de entidades autogestionárias que garantissem a viabilidade, não somente econômica, mas também, no que se refere à questão ambiental, educacional, formação para atendimento de demandas

⁶⁹ Relatório de atividades do Pólo sindical. 1994. pg.18

específicas, etc., e ainda, se integrassem os reassentados com as suas devidas diferenças (culturais, técnicas e sócio-culturais).

Observamos, também que o movimento contava com o desafio de implantar um modelo de projeto e esbarrava no fato de que as instituições governamentais tinham interesse em um modelo de desenvolvimento que contemplasse : "Os interesses oligárquicos de famílias e ainda dificultando as ações do Pólo, tanto no que se referia a produção, como nas questões sócio- estruturais."⁷⁰

Este momento, em que pese as dificuldades, é frutífero em capacitações, cujas temáticas eram: administração gerencial, crédito rural, gênero, políticas públicas, etc.

Um outro aspecto, impressionante, se refere à quantidade de entidades que surgiram na área, não somente em termos quantitativos, porém pela diversidade constatada como observamos depois em uma lista de seminário, realizado na área de Petrolândia.

Ainda sobre o plano de avaliação, destacamos as várias diretrizes de ação⁷¹ : pela necessidade de descentralização e qualificação no exercício da representação do Pólo sindical decidiu-se transformá-lo em uma entidade da sociedade civil, sem fins lucrativos, o que resultou em uma reestruturação política, através de uma nova estrutura organizacional, ou seja, uma nova configuração⁷².

Esta re-estruturação implicou na criação de núcleos sindicais, que foram transformados posteriormente em secretarias para

⁷⁰ Relatório de atividades do Pólo sindical. 1995.pg.08

⁷¹ Foram elaborados questionários a serem aplicados em várias instâncias : prefeituras, secretarias, gerentes de bancos, etc inicialmente no sentido de resgatar a história do processo e agregar novos interlocutores, bem como possibilitar que os próprios trabalhadores, já que foram os jovens do reassentamento que ficaram responsáveis pela aplicação dos questionários, de conhecerem a sua própria história. Internamente este fato tem uma importância fundamental para os momentos posteriores do movimento, haja visto, que são estes jovens hoje, que se tornam público-alvo de processos de capacitação e renovação das lideranças.

⁷² É datada deste período a discussão sobre a legalização do Pólo sindical, enquanto entidade legal e das discussões sobre a criação de associações, como entidades-embriônicas para a construção do processo de autogestão. (Relatório de atividades anuais do Pólo sindical. 1993) Ver Anexo 8

atender as novas demandas dos reassentados, o que resultou na construção de uma proposta coletiva em nível da intervenção no reassentamento, de organização e avaliação interna.

No que se refere à esta re-estruturação no Pólo Sindical, destacamos a criação da secretaria da mulher para atender demandas específicas que atenderiam as necessidades das trabalhadoras e promoveriam a sua capacitação através da realização de oficinas. Um primeiro trabalho resultou em oficinas onde eram discutidas as relações sociais de gênero, conscientizando as mulheres para a conquista de seus direitos e engajamento no movimento sindical.

Como afirmamos, outros sujeitos surgiram neste cenário, como os jovens⁷³, que expressivamente e numericamente compareciam e participavam das atividades, o que implicou na redefinição da Secretaria da mulher, com a criação de um departamento que agora incorpora as necessidades desses jovens, na medida em que estes em sua maioria são filhos(as) de reassentados. Foi criado, ainda, departamento de comunicação, que da mesma forma está também, subjugado à secretaria de comunicação além do departamento de ATER.

Internamente esta elaboração coletiva do movimento desdobrou-se em encontros realizados em todas os projetos da região onde a discussão teve como resultado a elaboração de um programa de administração e gestão do reassentamento, que dentre outras questões, imbricou na nova estruturação do próprio Pólo sindical, bem como dos sindicatos.

Afora as implicações de caráter político e interno, resultante desta re-estruturação para incorporar as novas entidades, já que os

⁷³ Criou-se o departamento de jovens, ligado diretamente a secretaria da mulher e que atualmente realiza trabalho de parceria com a Koinonia.

sindicatos de outros Pólos sindicais, tais como os sindicatos de Orocó em 1988 e Santa Maria da Boa Vista, em 1989, passaram a fazer parte nas instâncias deliberativas, além da incorporação de representantes de associações e cooperativas.

No caso específico dos sindicatos ressaltamos que o sindicato de Rodelas :

" Passou por um processo de reestruturação muito bonito, com a participação alegre e ativa dos jovens, e tem uma diretoria composta na sua maioria de mulheres e cuja presidência é realizada por uma jovem que também é atual secretária executiva do Pólo sindical."⁷⁴

Contudo, é basicamente as questões relacionadas às relações de produção que passam a ser o eixo condutor das discussões no interior do movimento sindical, particularmente em função desta diferença de andamento, diversificado em várias áreas.

Dentre os encaminhamentos tomados pelo movimento sindical⁷⁵, decide-se por buscar uma assessoria de entidades para formular e financiar uma proposta de assistência técnica baseada no cooperativismo, fundada na participação dos trabalhadores quanto à administração das atividades. Perspectiva esta que sinalizou não somente para busca de créditos, mas também para a capacitação quanto assistência técnica, operação e manutenção, ou seja, um projeto que ampliasse o raio de ação e participação dos trabalhadores e daí o estímulo a criação de cooperativas.

Daí que os principais eixos de reivindicações do movimento se ampliam no sentido de incorporar questões de ordem

⁷⁴ Relatório de atividades do Pólo sindical. 1996. pg. 10

⁷⁵ Informativo Pólo Sindical do Submédio São Francisco. PE/BA. fev. 1998.

estrutural, de formação das lideranças, da inserção dos novos atores e das questões de ordem produtiva.

As questões de caráter estrutural dizem respeito à formação de novas entidades que correspondessem aos anseios e expectativas dos reassentados, pois

" Havia a necessidade de fazer um planejamento e que este se dê dentro das organizações produtivas, que devem nascer de baixo para cima, discutindo-se questões como: administração de projetos; responsabilidade pela infra-estrutura coletiva, etc."⁷⁶

Quanto à inserção dos novos sujeitos, particularmente dos jovens, toda a idéia baseou-se na perspectiva de que era necessária uma renovação social com interesse em resgatar o tecido social danificado pelas mudanças de costumes e culturais. As atividades relativas à inserção dos jovens, contou com assessoria da Pastoral diocesana, aspecto este que fica bastante evidente quando observamos nas entrevistas com estes jovens que a maioria vem da experiência dessas pastorais religiosas. O outro segmento inserido no movimento sindical foi os grupos de mulheres, pois considerava-se que : "essa participação gradativa, vinha se transformando num permanente desafio para o Pólo sindical."⁷⁷

Os assalariados também passaram a se constituir um outro segmento, particularmente no projeto Caraíbas. Observamos, assim que o processo de inserção desses novos sujeitos consistia em relacionar a diversidade de tais grupos em sintonia com as necessidades imediatas, tornando-se premente a potencialização dos segmentos, através da capacitação em dimensões estratégicas.

⁷⁶ Relatório de atividades anuais do Pólo sindical. 1995. pg.12

⁷⁷ Relatório de atividades anuais do Pólo sindical. 1994. pg.20

No plano mais geral, em termos de ampliação da luta, o movimento sindical estabelece intercâmbios e relações mais estreitas com a FETAPE, CUT, AATR, etc., bem como se preocupa com a privatização da CHESF. Paralelo a este processo constitui-se em atividades constantes, a reestruturação dos sindicatos, da capacitação das mulheres e jovens *pari passu* às questões mais gerais, da conjuntura local e nacional.

Dentre as várias atividades, cabe ressaltar a realização de um seminário sobre a conjuntura dos municípios, onde se destaca a performance e atuação dos sindicatos em toda área. Com base nesta atividade, se constrói um projeto de atendimento às demandas a serem encaminhadas pelo movimento. Paralelo a isto, se intensifica a criação das cooperativas, que em 1997, já contavam com quatro em todo reassentamento, tendo como dado significativo a experiência anterior dos trabalhadores na área do associativismo.⁷⁸

A cada fase do movimento sindical, temas, problemas, e segmentos surgiam, solicitando aprofundamentos e encaminhamentos. No que se refere à questão ambiental, temática esta já sinalizada como ponto de apoio dentro do modelo de gestão e produção dos perímetros irrigados, o movimento constituiu uma comissão especial com a participação de técnicos da ATER, representantes dos trabalhadores e a FUNDACENTRO / Pe, que resultou na criação de um fórum permanente do meio ambiente do Submédio São Francisco, cujas diretrizes destaca-se : "Programa de educação ambiental, estudos para identificar atividades produtivas sustentáveis e criação de modelo competitivo de exploração agroecológico."⁷⁹

No que se refere à temática das políticas públicas, realizaram-se ações e atividades tais como : cursos, seminários e

⁷⁸ Relatório de atividades anuais do Pólo sindical. 1996. pg. 18

⁷⁹ Relatório de atividades anuais do Pólo sindical. 1996. pg. 28

capacitações específicas (caprinocultura, corte e leite, poços artesianos, etc).

Torna-se interessante destacar que nesta fase, entre 1995 e 1997, também se qualifica e se amplia o processo de intervenção do movimento, pois solicitou-se a realização de um painel de inspeção, ocasião em que foi pleiteada a instalação de uma auditoria financeira e técnica, considerando que : "A primeira por suspeitas de desvios de verbas, e a segunda porque os sistemas de irrigação estavam comprometendo a viabilidade da produção"⁸⁰

Em nível interno, relativo à produção davam-se avanços significativos, já que se iniciavam os passos para se constituir uma ATER gerenciada pelos trabalhadores, através de suas cooperativas quando se oficializa a parceria Pólo Sindical / IICa e CHESF.

Cabe mencionar que na ocasião de solicitação do painel de inspeção⁸¹, o governo brasileiro foi contrário a instalação de tal recurso, já que se propunha a apresentar um plano de ação para solucionar os problemas na área. Entretanto, como sabemos entre este período e o momento atual, uma série de outros desafios e confrontos se deram na área em função do descumprimento do governo, por um lado, e de alteração do movimento sindical, por outro.

⁸⁰ Relatório de atividades anuais do Pólo sindical. 1996.pg.38

⁸¹ O painel de inspeção é um dos instrumentos do comitê do BM, criado em 1993, para prover um fórum independente para cidadãos que acreditam que eles ou seus interesses foram ou poderão ser diretamente prejudicados por um projeto financiado pelo banco. é em verdade uma instância de cidadania global. Segundo Viana(1997) esta modalidade de denúncia é resultante das articulações e pressões da soc. civil quanto às mudanças possíveis de serem concretizadas no que se refere aos impactos das políticas implementadas com recursos dos bancos multilaterais e do governo brasileiro.

CAPÍTULO 4

AÇÕES COLETIVAS DE RESISTÊNCIA E ORGANIZAÇÃO:

Desafios e perspectivas.

Consideramos que para entendermos os desafios e perspectivas do movimento sindical, torna-se necessário analisar suas estratégias de resistência e organização na atualidade, o que pela sua complexidade, foram caracterizadas e agrupadas por seus conteúdos. Entendemos assim que nos vários espaços⁸² (agrovilas, sindicatos, associações, etc) que configuram tal movimento, se encontram as estratégias de resistência, organização e mediação que por extensão caracterizam o movimento sindical e reassentamento na área.

Assim tal procedimento permite-nos visualizar por um lado aspectos importantes e, por outro, deixarmos de lado alguns de não menos importância. Em um primeiro lugar, destacamos as estratégias voltadas para a organização sócio-política dos reassentados, ou seja, as atividades realizadas, tendo em vista a organização das várias entidades, etc. que foram agregadas no decorrer do processo de luta. Em segundo, destacamos o papel da ATER entendida através das entidades informais, tais como o Núcleo Gestor e as coordenações compartilhadas consideradas como entidades de apoio às atividades produtivas e em que observamos alguns aspectos interessantes,

⁸²Segundo Moraes (1996:15) as formas espaciais são produtos históricos, pois resultam da ação humana sobre a superfície terrestre e que expressa a cada momento as relações sociais que lhe deram origem, manifesta na historicidade do desenvolvimento humano e que associadas a objetos exprimem a espacialidade de organizações sócio-políticas específicas que se articulam e possuem poder de influir na dinâmica da sociedade. Enquanto Santos(1997:41) indica que os espaços refletem uma totalidade empírica, resultante das relações históricas e espaciais, pois que espaço é o lugar material da possibilidade de eventos, de realidades. Já Esterci(1995:) se referindo a assentamentos, enquanto outra forma de espaço, considera que estes refletem a dimensão política decorrente da ação coletiva e que por extensão possibilita o fortalecimento de segmentos da sociedade que passam a questionar as reais funções do Estado.

dentre eles a interação singular entre os profissionais da ATER e agricultores. Em terceiro, as questões emergentes : a questão ambiental, relações de gênero e juventude, que entendemos como temáticas resultantes de alterações nas estratégias e práticas de sujeitos históricos, as quais delineiam as novas formas de atuação e performance do movimento sindical.

1. Organização sócio-política : "*Lembrar o que somos, onde estamos e para onde queremos ir*".⁸³

Em primeiro lugar, destacamos as estratégias voltadas para a organização sócio-política dos reassentados, através de algumas atividades(reuniões, assembléias e manifestações) realizadas pelas entidades integrantes do movimento sindical.

Cabe ressaltar que essas atividades foram classificadas da seguinte maneira: reuniões de articulação(envolvendo entidades componentes do movimento sindical e entidades de apoio e parceria) e reuniões de negociação (envolvendo as entidades do movimento sindical e empresas responsáveis pelo reassentamento) e manifestações. Quanto a estas, destacamos as atividades em que foi possível observar a inserção do movimento sindical na área e na sociedade(ex: a Ação Pró-Itaparica e a Caravana de mulheres)

Dentre as reuniões de articulação, destacamos a preparatória para a realização da Ação Pró-Itaparica; reunião no bairro do Mulungu, ocorrida em Paulo Afonso/Ba; as reuniões do coletivo e a assembléia ordinária ambas do Pólo sindical e uma outra de avaliação da parceria Pólo sindical/Koinonia.

⁸³Esta frase compõe o conjunto de atividades realizadas pelo movimento sindical durante o ano de 1998, enquanto reflexão e discussão sobre o papel das entidades no reassentamento a partir da previsão de privatização da CHESF.

Quanto às reuniões de negociação, destacamos a reunião do GERPI com o movimento sindical em Rodelas/Ba. Entendemos essas atividades enquanto estratégias que substanciam a atuação das lideranças do movimento sindical e, por extensão sinalizam para a constituição da ação política.

1.1 - As reuniões de articulação :

A realização da reunião preparatória para a Ação Pró-Itaparica teve como objetivo definir, selecionar e ajustar as comunidades para a realização do evento de mesmo nome. Nesta, foram discutidos os critérios de participação dos agricultores nas comissões que se formariam a partir da concretização do ato, a saber, a ocupação das dependências da CHESF em Paulo Afonso para pressionar o governo no sentido de resolver as pendências do projeto de reassentamento.

Contudo, além dos detalhes intrínsecos às comissões, foi possível constatar as divergências quanto à participação das lideranças do movimento sindical que no momento assumiam cargo eletivos, a exemplo dos vereadores, como verificamos nesta discussão que permeou tal reunião.

Após se decidir por um número de pessoas por projetos em cada uma das comissões⁸⁴, levantou-se uma discussão quanto ao caráter da participação dos políticos. Um assessor do Pólo sindical ressalta : (...)é necessário ter cuidado, pois estes não deveriam intervir na negociação em forma de discurso político", enquanto um vereador de um dos municípios retruca:

⁸⁴As comissões criadas foram : negociação, comunicação, saúde, alimentação, transporte e segurança enquanto suportes para a realização da ocupação.

"(...) Não vejo por que ter comedimentos, já que a nossa participação daria um peso moral ao processo e ainda mais pelo fato de que entendo todos como participantes do movimento sindical, independente do cargo que ocupamos fora ou no reassentamento".

Isso demonstra ser bastante significativo por um lado, a preocupação do assessor em garantir um nível de discussão e conotação do encaminhamento nas negociações e, por outro lado, a ausência de um processo de sensibilização quanto a inserção desta "modalidade" de liderança, no interior do movimento sindical. Fica evidente, na fala do agricultor e vereador, a importância da sua participação em eventos deste porte e sua condição no projeto como um todo. A discussão se ampliou para a plenária, contudo não houve uma definição clara de como se daria essa participação ou em que momento haveria a participação destes políticos na ocupação. Constatamos posteriormente, no ato em si da ocupação, que tal encaminhamento não ficou concretamente resolvido pelo tipo de intervenção, ambígua, que estes faziam durante as reuniões de negociação.

A segunda reunião, no Bairro do Mulungu, em Paulo Afonso/Ba teve como objetivo sensibilizar as comunidades residentes em torno da área onde ocorreria a ocupação. Foi encaminhada por alguns componentes da diretoria do Pólo sindical, assessores e integrantes de outras categorias de trabalhadores urbanos. Sendo possível observar em primeiro lugar a leitura que os indiretamente atingidos fazem, a partir desta intervenção de um morador do bairro, presente na reunião : "(...) quando ouvi falar de Itaparica, ouvia falar da inundação e lá em casa, minha mulher, soube que iriam afundar tudo até o cemitério e que até os mortos iriam boiar."

Essa afirmação reflete como o impacto da obra chega até as pessoas e qual a sua dimensão. Em outras falas, se ressalta o fato dos agricultores de Itaparica terem recebido casa, lotes e inclusive a VMT, entendidos como "uma coisa muito boa", e não como direitos adquiridos em função de um processo de luta, chegando a que alguns deles proferissem a seguinte argumentação : "(...)a gente até já quis ser um deles".

O que ilustra a ausência de um trabalho do movimento sindical nas áreas em torno do reassentamento, até mesmo porque esta comunidade está bem próxima à área do projeto e de desmistificação das conseqüências do recebimento da VMT para os próprios agricultores, já que o recebimento desta verba implicou na mudança de hábitos, como o consumo excessivo de álcool, em decorrência da ociosidade, e na crescente violência nas áreas ao redor do projeto.

A assembléia ordinária e a do coletivo⁸⁵ do Pólo sindical aqui são tomadas como reuniões de articulação pelo fato de ambas, além de constarem no estatuto da entidade, entendemos como momentos de articulação e afinação das entidades que compõem o movimento sindical.

A primeira teve como objetivo discutir a situação atual do reassentamento com seus associados. Nesta, estiveram presentes representantes das cooperativas, associações, sindicatos e projetos agrícolas, além de representantes do próprio Pólo sindical, da comissão especial do Núcleo Gestor e convidados. Particularmente quanto ao objetivo dessa assembléia informa-se que o " o objetivo central é avaliar, informar e se deliberar as ações que devem ser

⁸⁵ Estas reuniões ocorreram após a ocupação em Paulo Afonso. (setembro/98)

cumpridas nas bases e nesta conjuntura aí é muito difícil se agir sozinho."

A reunião em si se inicia com uma exposição sobre o histórico de Itaparica, ressaltando basicamente os seguintes pontos : a autogestão, o papel e lugar das entidades criadas; papel da ATER e a campanha de uma liderança nas eleições do Estado. Com a apresentação dos trabalhos de grupos realizados entre os agricultores percebemos alguns questionamentos, principalmente, acerca dos papéis das entidades, particularmente quanto ao papel do Pólo sindical onde os agricultores indagam se este é representante, articulador, ou fiscalizador ou ainda se seria uma entidade articuladora dos trabalhadores ?

Com discussão da plenária percebemos o grau de dificuldade naquele momento, que entendemos como decorrente do impasse criado pela presença do GERPI na área que, segundo a maioria dos agricultores torna-se um agravante, já que incide na organização e representação dos trabalhadores. Quanto ao papel dos sindicatos observamos que há graus diferenciados de desempenho e atuação, como podemos destacar nesta fala do presidente do Str. de Petrolândia se referindo à intervenção nas políticas públicas :

"(...) O nosso sindicato é bem representativo disto pois que na falta de médicos no município, o sindicato já faz a solicitação, denunciando e consegue assim intervir no processo estrutural "

Quanto ao papel das cooperativas, talvez pelo fato de ser esta uma questão muito freqüentemente discutida nas reuniões, é bem claro a sua acepção pelos agricultores : gerenciar a produção; contratar e administrar a ATER e conscientizar o cooperado através

da capacitação. Contudo nestas também é visível o grau diferenciado entre elas como indica a ressalva feita pelo presidente da Cooperativa de Glória : " Não se deve esquecer que uma cooperativa é uma empresa" o que entendemos pelo fato da mesma está à frente do processos de comercialização e produção em comparação as outras cooperativas do reassentamento.

Quanto ao papel das associações os agricultores enfatizam que além de organizar e articular os trabalhadores no que se refere ao social (lazer, cultura, etc), esta poderia assumir o papel de cooperativa nos lugares onde não houvesse, particularmente nas áreas secas, onde as associações funcionam como suporte do processo de construção das cooperativas.

Quanto ao papel das entidades de apoio, às atividades produtivas, se reconhece que no primeiro momento, havia a carência dos consórcios privados de mecanismos que possibilitasse a participação dos trabalhadores, onde se ressalta ainda que :

" O papel dos técnicos é que possibilitou um outro tipo de encaminhamento ao processo político, pois a ATER na primeira modalidade gestou cooperativas dissidentes, para germinar a discórdia entre os trabalhadores,"

(Liderança sindical do Str. de Petrolândia)

Na apresentação das sínteses sobre as outras entidades (Núcleo gestor, coordenações compartilhadas, etc) observamos uma série de questionamentos e críticas da maioria da plenária. Particularmente, quanto às coordenações compartilhadas. De uma forma geral as lideranças consideram que as atividades estavam sendo realizadas de forma isolada, sem uma integração entre os projetos e as áreas.

Onde se coloca a necessidade de cobrar o papel dos coordenadores, colocar em prática as diretrizes da ATER definidas em seminário⁸⁶, pois elas estariam soltas e deveria-se assegurar às entidades organizativas um planejamento mais integrado para fundamentar e encaminhar a construção da autonomia dos agricultores proposta em tais diretrizes. Particularmente, quanto ao Núcleo Gestor há muitas críticas basicamente pelo fato da mesma ser considerada quase inoperante e dispendiosa em termos financeiros.⁸⁷

Já a reunião do Coletivo, uma outra instância do Pólo sindical, constituída por 03 representantes (delegados) de sindicatos representantes das entidades que compõem o movimento sindical. Segundo o Estatuto da entidade⁸⁸, dentre estes representantes 01(hum) poderá ser indicado pelas organizações de produção e comercialização, ou seja, as cooperativas. Assim na reunião do coletivo, além dos representantes de sindicatos, estiveram também representantes das seguinte cooperativas: CoopBarreiras, Cooperagri, Coopag e Coopar.

Um dos objetivos desta reunião foi refletir sobre os rumos do movimento sindical, tendo em vista que o processo de descentralização do Pólo sindical, iniciado em 1993, e que se expandiu com a inserção de outras entidades, solicitando discussões tendo como foco o lugar e papel das entidades no movimento sindical em Itaparica (o próprio Pólo sindical, sindicatos, cooperativas e associações), tendo como perspectiva a unificação da luta.

Tais discussões ocorreram intensamente durante todo o ano de 1998, momento em que o movimento sindical tinha que encaminhar

⁸⁶ Diretrizes da ATER. Setembro. 1997

⁸⁷ Segundo conversas informais, naquela época, o salário pago individualmente pelo IICa aos componentes desta entidade correspondia a 6 vezes ao salário de um profissional de ATER (C\$. 1.900.00 reais) e o que solicitava os integrantes do movimento sindical é que fosse feito um redimensionamento desta verba para outros projetos.

⁸⁸ Ver Estatuto do Pólo Sindical dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco. Pg.04

as reivindicações internas e correspondentes ao reassentamento e ao mesmo tempo, defrontar-se com o processo, previsto, de privatização da CHESF.

Dentre os vários questionamentos realizados pelos agricultores ressaltamos a necessidade de unificar o movimento, em alusão ao fato da presença do GERPI na área para resolver as pendências dos perímetros irrigados e, que trazia dificuldades para o movimento sindical em nivelar as discussões com as bases.

Assim, o movimento sindical reflete o processo de constituição das entidades que o compõem tendo como perspectiva unificar a luta e buscar a unidade, como enfatiza uma das lideranças

"(...)até porque se investiu na criação de associações e cooperativas, e nos esquecemos um pouco dos sindicatos e isto tem causado problemas, mas é preciso definir como agir no conjunto, associações, cooperativas e sindicatos."

(coord. do Pólo sindical)

A distinção desta reunião para a anterior reside no fato de ressaltar-se os problemas internos, as divergências das entidades, etc. e enquanto os recursos ou trabalhos encaminhados pela assessoria do movimento sindical consistiu em inserir toda essa discussão tendo em vista a mudança na sociedade. Nesse sentido, entendemos que no que se refere ao papel do Pólo sindical, um agricultor ressalta a necessidade de entendê-lo como: parceiro no projeto de reassentamento. O que entende-se que para além deste papel de articulador no processo de luta, evidencia-se na fala desta liderança a característica de parceiro se referindo à necessidade de buscar alianças com as entidades presentes na área.

Os trabalhadores enfatizam também que com a re-estruturação do movimento sindical, no sentido de agregar as várias entidades do reassentamento, novos caminhos se abrem em nível representativo como enfatiza esta liderança sindical de Rodelas :

"Depois que o Pólo criou essas entidades atrapalhou tudo, na época da barragem eram os sindicatos, com os projetos vieram as associações e agora com a produção vem as cooperativas. E nesse momento nós temos que entender que o Pólo e os sindicatos não são entidades de produção e sim de representação, os dirigentes estão confundido tudo."

Ao mesmo tempo, tais diferenças são sugeridas enquanto instrumentos de aglutinação pela assessora:

" Existe um papel diferenciado entre as entidades e as organizações, mas precisamos vê-las como instrumentos de luta, somar e juntar. O pólo hoje tem uma face muito maior, mas seu papel é fazer com que todos esses elementos dêem um resultado maior."

Quanto ao papel dos sindicatos apesar de enfatizar-se a sua natureza classista, de instrumento de reivindicação dos direitos, se ressalta também a necessidade de ampliar o seu raio de ação em função da realidade na área, ou seja, ampliar suas atividades para a intervenção nas políticas públicas, como ressalta uma liderança sindical de Santa M^a da Boa Vista e vereador do P.T no mesmo município e que evidencia a leitura desta liderança sindical em decorrência de sua participação no mundo "oficial" da política, e sua

visão para os rumos, de ampliação da sua atuação para e no movimento sindical.

Há também intervenções que sinalizam para outros caminhos destas entidades como enfatiza esta liderança sindical :

"Estamos falando de instituições e hierarquias que são bem diferenciadas, o que tem acontecido é que os membros dos partidos políticos estão fazendo política dentro das cooperativas, e temos que acertar nossos caminhos, os sindicatos em direção à CONTAG e as cooperativas em direção à associação das cooperativas internacionais, que é um outro caminho institucional."

(liderança sindical de Glória-Ba)

Argumento este que tem como justificativa o fato dos projetos de Glória terem entrado em operação antes dos outros e já apresentarem uma performance singular e distinta dentro do reassentamento.

Há também críticas à forma pela qual tem se desenvolvido as atividades sindicais na área

"Acho que o sindicato é um órgão formador e informador, e hoje tá se esquecendo de tudo, precisamos de integração e cuidar também dessa coisa da hiper acumulação de papéis, e ainda da questão da informação."

(liderança sindical em Santa M^a da Boa Vista)

Constatação bastante interessante pois observamos a excessiva quantidade de reuniões das quais os agricultores participam, bem como a acumulação de vários cargos, causando inclusive uma certa confusão do seguinte estilo: na apresentação dos representantes das entidades tinha uma mesma pessoa representando duas entidades ao mesmo tempo.

A reunião de avaliação teve como objetivo refletir sobre a relação de parceria entre o Pólo sindical e a entidade Koinonia. Nesta, estiveram reunidas representantes de grupos de mulheres e jovens e assessoras em organização política da ATER. Cabe ressaltar que talvez pelo tema ou mesmo pelas dificuldades na inserção do tema, não havia nenhuma liderança masculina.

Basicamente o objetivo desta reunião foi avaliar as atividades desenvolvidas pelas mulheres e jovens. É retratado para os assessores da entidade a dificuldade de inserção das mulheres, a partir da experiência de Glória, onde foi preciso que as mulheres para integrarem formalmente a cooperativa realizassem uma série de atividades culturais e religiosas para arrecadar dinheiro para o pagamento da quota-parte⁸⁹.

Quanto aos outros grupos de mulheres existentes na área de Itaparica, a representante de Itacuruba coloca a dificuldade de encaminhar e realizar atividades na área pelo fato de que no momento o foco da discussão era a questão da compensação proposta pelo GERPI, que desvirtuava o trabalho, bem como o fato de estarem trabalhando na campanha de Neuma, a deputada estadual⁹⁰.

⁸⁹É interessante tal fato primeiro porque foi através dessa forma de arrecadação que elas resgataram a festa em homenagem a Santo Antonio de Glória, "desprezado" desde a época da construção da barragem de Moxotó, bem como são constantemente identificadas como exemplo.

⁹⁰Neuma Aguiar, reassentada, liderança do movimento sindical, e coordenadora da secretaria jurídica do Pólo sindical, graduada em geografia, foi candidata a deputada em "dobradinha" com Fernando Ferro.

Uma outra representante do projeto Brígida fala da dificuldade em constituir grupos de mulheres no projeto, pela ausência falta de assessoras, pois lá só existiam duas economistas domésticas.

A representante da secretaria da mulher e jovem do Pólo sindical enfatiza que as primeiras reuniões ocorridas sobre o tema foram muito difíceis para a construção e inserção da temática pela metodologia nas reuniões.

Uma assessora ressalta que há muitos problemas internos de aceitação da discussão de gênero e a partir de pequenas coisa se denota isto, como por exemplo a solicitação que fizeram ao movimento de que as mulheres que estivessem amamentando pudessem ter uma ajudantes, paga, para que as mesmas pudessem participar das atividades, entretanto houve resistência.

Um outro tema desta reunião se referiu à capacitação das mulheres, quanto às relações produtivas cujas representantes dizem que há dificuldade na administração e planejamento dos projetos pois a produção é realizada com base em agrotóxicos e, a perspectiva agroecológica ainda é incipiente dentro dos projetos, mas ai estaria uma brecha para a inserção das mulheres.

Quanto aos jovens, se ressalta a necessidade de realizar-se um diagnóstico para avaliar, não somente a gravidez precoce entre os jovens, como refletir sobre o fato de que as famílias cresceram após a mudança, embora o lote continua do mesmo tamanho, sendo preciso refletir como estas famílias poderão se sustentar no futuro. Se ressalta também quanto à capacitação deste segmento a realização de encontros e seminários, tendo como perspectiva a capacitação destes jovens em vários níveis, basicamente voltado para a constituição de agentes multiplicadores.

1.2 - Reuniões de negociação:

Como indicamos anteriormente, as reuniões de negociação compreendem as atividades em que estiveram presentes entidades do movimento sindical e os representantes dos órgãos responsáveis pelo projeto de reassentamento. Neste caso ilustramos tal atividade com a reunião ocorrida entre GERPI e trabalhadores em Rodelas.

Tal reunião contou com a presença das cooperativas apenas integrantes do reassentamento e cooperativas integrantes do movimento sindical. A primeira delas foi com os piscigranjeiros⁹¹ de Rodelas (total de 18 pessoas). O grupo interministerial explicou que o objetivo do trabalho era fazer uma avaliação sobre o processo de indenização e o valor das mesmas, ressaltando que "o valor da indenização, deve ser o valor de um direito e assim o critério seria justo, a partir de uma proposta justa". Cabe ressaltar que esta modalidade de projetos foi apresentado, no período de deslocamento, como uma das alternativas para os agricultores que já tivessem contato com irrigação. Entretanto como é possível observarmos nos relatórios de avaliação da FUNDAJ a constatação das várias falhas e problemas nestes projetos(de ordem técnica e de encaminhamento das atividades).

Um senhor que estava sentado bem à frente da mesa pergunta : " Se não é viável a piscigranja o que é que vai se fazer ? "

O representante do GERPI diz que "todos serão indenizados, mas há critérios que devem ser respeitados como o valor da atual casa, o valor da VMT, o serviço prestado pela ATER, ". Entretanto, não se aprofunda em nenhum desses critérios.

⁹¹ Trabalhadores rurais atingidos que no momento do deslocamento a CHESF ofereceu alternativas de criação de peixes em tanques, ao invés de lotes irrigados.

Os agricultores retrucam, mas o representante do grupo sinteticamente diz que " Todo o processo de avaliação deverá se levado para Brasília e o governo vai decidir estes prazos, e que depois eles retornariam para marcar uma data, mas enfatiza que só retornariam quando tudo estivesse definido." E a operacionalização do processo depende da aceitação por parte dos trabalhadores. Este é o primeiro passo, depois tudo seria liquidado e individualmente, acabando desta forma até com a VMT. Assim a proposta, é de que se assine um contrato, a adesão, com o aval de um advogado".

Um segundo grupo, presente nesta reunião, representado por 37 pessoas, sendo que destas 29 eram moradores de Jeremoabo, especificamente da área próximo ao Vaza-Barris, que teriam optado pela chamada "solução própria", ou seja, que no período do deslocamento receberam a indenização e resolveram "tocar" suas vidas em outros lugares, por não obterem "sucesso", estavam ali porque queriam uma solução para o caso deles. De forma bastante sintética o representante do GERPI enfatiza que a "missão" não contemplava a resolução destes casos. Onde fica bastante, neste contexto, a postura da empresa para com os resultados e conseqüências a posteriori para os reassentados.

Fica, também, bastante evidente que mesmo com o processo de luta empreendido pelo movimento sindical na área, através do Pólo, muitos foram os trabalhadores que "acreditaram" na proposta da empresa. Ainda nesta reunião estiveram presentes os representantes das cooperativas daquela área, entretanto a cooperativa integrante do movimento sindical em Itaparica não compareceu. Contudo tornou-se interessante perceber a relação do GERPI frente às outras cooperativas e a relação destas cooperativas em relação ao movimento sindical.

Inicialmente o presidente desta cooperativa (COOTAR) diz: "Não queremos tratar da questão dos projetos de irrigação, tendo como representante ou mediador, o Pólo sindical e, sim o GERPI. O representante do grupo pergunta o motivo ao que ele responde : "Nós cansamos e também porque não queremos envolvimento com política, pois esta só atrapalha o processo." O representante do GERPI toma a palavra e diz :

"A proposta do grupo junto ao IICa é capacitar outras pessoas, independente do movimento sindical, se pertencem ou não as cooperativas autogestionárias, pois se quer pluralizar e potenciar, todos, de informações, se pretende implantar o sistema de condomínio, onde o associado paga pelos serviços de forma democrática e justa, e não o sistema autogestionário !

Em clara alusão à proposta do movimento sindical, assim é a tônica de toda a reunião, foi possível observar a postura do grupo interministerial e das entidades integrantes do reassentamento, exceto as entidades cuja representação é feita pelo Pólo Sindical.

Cabe ressaltar que a ausência das cooperativas integrantes do movimento sindical, para além da confusão quanto ao local de realização da reunião, é ilustrativa também de como estavam sendo encaminhadas tais reuniões pelo grupo interministerial. Além disto reflete também o contexto no qual foram criadas as cooperativas e suas filiações. As cooperativas surgem em 1997, inseridas na proposta de autogestão do reassentamento, entretanto como vários foram os órgãos envolvidos em tal perspectiva tem-se atualmente um quadro bastante diverso e conflituoso.

É neste conjunto diversificado de cooperativas, que destacamos a existência de cooperativas integrantes do reassentamento e, as integrantes do movimento sindical.

Em Petrolândia se encontra a CAPIM e em Rodelas a COOTAR, ambas correspondendo ao primeiro exemplo. Uma das diferenças entre elas está no fato de que a primeira tem a sua história relacionada ao movimento e até possui ex - integrantes do mesmo, ou seja foi criada a partir da iniciativa dos reassentados. Entretanto por dissidências de encaminhamento para algumas questões romperam-se tais laços. Enquanto que a segunda, em Rodelas, tem em sua história de constituição a afinidade de seus integrantes com a administração municipal local, ou seja, são " apadrinhados " pelo prefeito. Segundo observações e conversas informais com algumas lideranças, essa cooperativa tomou tal caminho em função dos trabalhos dos técnicos no período, questão esta aprofundada mais adiante quando nos reportaremos às discussões realizadas internamente pelo movimento sindical.

A cooperativa de Rodelas, além da estrutura organizacional é diferenciada em relação às outras do reassentamento⁹², bem como observamos relações intrigantes entre àquelas primeiras. Um dos elementos desta relação conflituosa tem como referência o fato de que a cooperativa opositora (COOTAR) é entendida como a "cooperativa do prefeito" devido ao fato de que seu presidente é secretário

⁹² Tornou-se comum em toda área devido ao trabalho singular dos profissionais da ATER a preparação para a formação das entidades autogestionárias em várias instâncias, partindo da elaboração de seus estatutos; participação efetiva dos agricultores, etc. Assim a mesma apresentou uma estrutura discutida e diferenciada das demais, já que sua administração é realizada por um conselho formado por 08 pessoas, além do fato de que 40 % deste conselho é formado por mulheres. Informativo do Pólo sindical. Pg. 03 junho, julho, 1998

municipal da prefeitura local. Um outro aspecto são os laços familiares existentes entre os membros de ambas.⁹³

Já a cooperativa de Glória se apresenta em um outro estágio, digamos mais coeso, e pode ser até considerada como referencial para as outras. Buscando compreender essa performance diferenciada, encontramos uma estrutura voltada para a inserção do mercado, já que esta estabeleceu contratos de parceria com indústrias e empresas, tais como : PARMALAT, GREEN FACTORY, ETCA⁹⁴.

Cada uma destas cooperativas apresenta particularidades em função da realidade de cada projeto de reassentamento, ou melhor, das demandas efetivamente concretas e das reivindicações dos reassentados, bem como do contexto na qual as mesmas foram criadas. Temos como por exemplo a CoopBran, onde 80% da sua diretoria é formada por jovens e, teve como objetivo reintegrar a juventude, enquanto a CoopBarreiras se insere dentre as cooperativas que postulam re-integrar os reassentados tendo em vista os seus padrões anteriores de vida, já que eram irrigantes.

1.3 - Manifestações⁹⁵.

Consideramos como momento bastante expressivo a mobilização desencadeada pelo movimento, em março de 1998, intitulada Ação Pró-Itaparica que reuniu todos os agricultores e que

⁹³ Tal elemento merece relevância pelo fato de que os mesmos interferiram no processo de constituição das mesmas, bem como após o processo, já que a troca de insultos publicamente é comum entre os mesmos, estando para além de questões meramente políticas.

⁹⁴ Na longa entrevista com o presidente da Cooperativa foi possível observar que a mesma já realizava contratos de produção com empresas para comercialização de tomate; representação comercial de insumos agroecológicos para toda área, bem como estava em articulação com a ETFPe para que os jovens pudessem ter aulas voltadas especificamente para sua realidade. Além disto no momento da pesquisa estava em vias de realizar um curso de papel reciclado nas agrovilas.

⁹⁵ A caravana de mulheres, ocorreu por ocasião das comemorações do 1º de maio, idealizada e promovida pela Sec. de mulher e jovem do Pólo, consistiu em percorrer todas as áreas do Projeto Itaparica.

poderíamos denominá-la como uma "re-edição" da paralisação das obras em 1986, que resultou na assinatura do acordo. Esta também reflete o posicionamento do movimento sindical frente aos problemas na área. O objetivo desta atividade consistiu em pressionar a CHESF e o governo federal para resolver as pendências relativas à conclusão do reassentamento. A mobilização resultou na ocupação, pelos trabalhadores de todos os projetos, da parte administrativa da CHESF, em Paulo Afonso.

O contexto no qual se realizou a ação é muito importante: cinquentenário da CHESF, quando a empresa anunciaria em grande estilo para empresários locais, nacionais e internacionais o modelo de privatização.

A organicidade da mobilização foi toda realizada pelo Pólo sindical e suas entidades. Com a ocupação propriamente dita, se entregou um manifesto do movimento sindical⁹⁶ aos representantes da empresa, que de imediato solicitavam que fossem suspensas os trabalhos e atividades da empresa.

Além dos detalhes e acontecimentos que ocorreram durante o acampamento e processo de negociação envolvendo agricultores, representantes dos órgãos responsáveis, cabe ressaltar as várias atividades realizadas pelas lideranças do movimento sindical para repassar as informações que se constituíram em atos públicos com a presença de representantes de entidades. Dentre estes a presença dos jovens aqui ilustrado com o seguinte extrato da liderança deste Dept ° :

" (...)a juventude também tem esperança nesses projetos é por isso que a juventude tá aqui presente ela acredita num projeto pra poder ter uma família,

⁹⁶ Ver Anexo 09:Manifesto do Pólo sindical. Março.1998

então todo mundo tá aqui juntos pra lutar pra que tudo aquilo, que aconteceu em 86 não seja em vão".

É possível observar e constatar o raio de ação daquelas atividades realizadas pelo movimento sindical em 1993, que incluiu a participação deste jovens no processo de avaliação do movimento, pois para além da inserção gradativa em várias esferas e instâncias, observamos também, o conteúdo desta inserção em relação ao aspecto produtivo, como possibilidade de reconstituição de algumas das esferas fragmentadas pelo impacto do projeto em suas perspectivas de vida.

Outros pronunciamentos de representantes de entidades de apoio, vereadores, vice-prefeitos e representantes das entidades que compõem o movimento sindical, parlamentares federais e municipais, etc. ressaltaram também informações quanto ao estágio das negociações e os problemas enfrentados aos longos dos anos pelo movimento sindical na área e a atuação destes.

Com o "avanço" nas negociações se decide pela saída das dependências da CHESF, pois assegurou-se a vinda do GERPI para a área. Procedeu-se assim a uma consulta em cada um dos projetos, o que aconteceu em pequenas assembléias nas barracas do acampamento, e se finaliza com uma grande assembléia com lideranças dos sindicatos, cooperativas e associações, etc que por unanimidade decidem sair do acampamento," mas não do estado de mobilização como ressaltou uma liderança."

Tais depoimentos ressaltaram em um primeiro momento a legitimidade da ação, já que o momento em questão solicitava uma determinada postura do movimento sindical, como podemos observar neste depoimento :

"Na nossa discussão foi aprovado, a partir de agora o Pólo sindical não aceita mais discutir com o governo os projetos em produção sem antes o governo não despertar para a discussão dos projetos em estudo, que é o caso do projeto Jusante, Barra do Tarrachil, Belém, Itacuruba e o projeto em Petrolândia. O governo vai ter que assumir o compromisso de só se retirar só quando tiver comprovadamente, certo, de todos estes projetos estão realmente em condições de funcionar, em condições de os trabalhadores se tornarem autônomos e assumir toda a sua responsabilidade sobre eles."

(pres. da COOPAG- Glória-Ba)

Dessa forma, é possível observar como as diferenças resultantes da situação de projetos em produção e projetos em estudo constitui-se em ponto de pauta e objetivo da unidade do movimento sindical, que constroi-se não somente nas atividades internas ao movimento, bem como em momentos como este de negociação com as empresas responsáveis pelo projeto.

Ainda assim observamos que a necessidade de conclusão dos projetos tem como propósito, como acredita os integrantes do movimento sindical, assegurar a construção de uma autonomia dos agricultores na região a partir dos perímetros irrigados criados.

Em outro depoimento destacamos a politização e organização do movimento ressaltando-se o papel do Pólo Sindical :

"Quem pensava o Pólo sindical estava fraco se enganou, cada vez mais estamos forte e o importante é continuar sendo representado pela juventude e da sua presença em massa e Rodelas vai ser diferente

com os outros e apoia as decisões de sua entidade representativa, não é ? Vamos suspender nossa discussão por enquanto essa comissão não vai parar, junto com todos vocês e dos parlamentares que estão aqui, não vai parar um minuto sequer enquanto não alcançar o que viemos buscar aqui.

(liderança sindical de Rodelas)

Ou ainda em outro pronunciamento quando se ressalta a importância e o papel da assistência técnica :

" O Pólo sindical está de parabéns de qualquer organização de trabalhador respeitável neste país, Renovo que a equipe de assistência técnica que hoje cobre a ação dos trabalhadores marcaram presença acredito que de todos os projetos e esse pessoal precisam ser conhecido como aliados porque este grande ganho é mais uma conquista da gente."

Foi ressaltado, também o aspecto repressivo, e durante a realização do acampamento, nas reuniões entre os trabalhadores observamos a presença de policiais

"(...)nós fomos civilizados, fomos competentes, isso era o receio deles, que trabalhador rural é bicho do mato, mostramos que somos gente igual a eles, que temos nossa educação, e sabemos manter a ordem, eu estou dizendo os companheiros viram que até a polícia federal veio prá qui pra Paulo Afonso, pra que? Polícia Federal entrou aqui tá convivendo com agente, vigiando agente em nossas reuniões, isto é um absurdo." (Lid. do movimento e vereador do PT em Pernambuco)

Entendemos assim, que a realização desta mobilização pelos agricultores serviu para pressionar o governo federal frente à situação da área, já que imediatamente durante a mobilização, o governo federal liberou um montante de verbas para a sua conclusão, bem como serviu para aglutinar todos os agricultores em torno de suas entidades evidenciando o papel e importância do movimento sindical.

Como resultado desta ação, a partir de março deu-se início à reuniões do GERPI, na área, como aquela em Rodelas, citada anteriormente.

Assim, entendemos que as ações coletivas empregadas pelo movimento sindical na área reúnem estratégias no sentido de encaminhar as questões materiais e de caráter subjetivo, representativo e político, relativas ao reassentamento em si, bem como no que se refere aos órgãos responsáveis pela conclusão do projeto.

2. O papel da Assistência Técnica e Extensão Rural.

Refletir sobre o envolvimento e surgimento de entidades deste porte no movimento sindical de Itaparica e falar na sua trajetória é falar também das entidades informais, relacionadas à questão produtiva, pois as entidades de apoio às relações produtivas surgem em dois momentos do movimento sindical. Um primeiro momento quando da retomada do processo produtivo, na época dos consórcios privados e um segundo, mais recente, no qual se criou uma comissão tripartite entre Pólo Sindical/ CHESF/ IICa à qual se relacionavam as entidades suportes para a administração dos projetos de irrigação, a saber, Núcleo gestor e coordenações compartilhadas.

Cabe ressaltar que naquele primeiro momento foi firmado um convênio, a chamada Assistência Técnica dos consórcios⁹⁷, entre CHESF / CODEVASF / PÓLO, tendo esta comissão tripartite como prioridade a efetivação dos projetos de irrigação que dariam continuidade às relações de produção, através dos projetos de irrigação.

Entretanto após 05 anos de inúmeros problemas⁹⁸, destacando-se os problemas quanto ao encaminhamento e entendimento de algumas questões, particularmente no que se referia a forma de padronização dos projetos de irrigação, pois que para a CHESF deveria haver a padronização de algumas áreas, enquanto modelo de irrigação para todo o Programa de reassentamento em Itaparica. O que ia de encontro a uma das cláusulas do acordo de 1986, que definia a homogeneidade destes projetos e que por extensão possibilitaria a administração dos projetos pelos trabalhadores. Entretanto negligenciou-se justamente este ponto, que agrava-se ainda pelo fato de existir um número relativamente significativo de projetos⁹⁹ em construção e sendo que as áreas de sequeiro, nem sequer tinham sido demarcadas, o que implicava na completa ociosidade de parte dos trabalhadores nos projetos em fase de estudos e em construção.

Além da estrutura rígida e autoritária do encaminhamento no processo, pois quando observamos sua estrutura constatamos a forma pela qual se dava as relações, no velho estilo, de cima para

⁹⁷ A realização dos consórcios teve início em out/92, pelas seguintes empresas: Nos projetos da Borda do lago-HIDROSERVICE/ GERSAR, e nos projetos especiais ENERCONSULT/PROJETEC/ FAHMA / ELC. (relatório de atividades do Pólo sindical, 1993:15)

⁹⁸ Neste sentido cabe ressaltar a importância da avaliação de Itaparica realizados pela FUNDAJ, entre maio de 1994 e novembro de 1997, que contempla vários aspectos sobre a situação do projeto.

⁹⁹ Segundo o Pólo Sindical, naquele momento os projetos de irrigação encontram-se na seguinte situação : 38%,12% e 20%, em produção, construção e fases de estudo respectivamente.(Doc. Pólo sindical, março.1998.p.02), enquanto que a CHESF apresenta o seguinte diagnóstico : 46%.26% e 28% em produção, construção e fase de estudos, respectivamente. (Jornal A Tarde.13.03.1998.p.03).

baixo, e onde as decisões políticas ficavam a encargo da CODEVASF, as organizações dos agricultores não decidiam nada e por isto não avançavam na organização, produção, comercialização e O&M (Boletim do Pólo sindical.1998. pg. 03)

A partir de um processo rico em capacitações e assessorias de figuras renomadas na área de autogestão, os agricultores foram se potencializando no sentido de construir um modelo de reassentamento que dentre outras características contemplasse o controle e administração de tais projetos pelos próprios agricultores.

Para tanto, um primeiro passo dado pelo movimento consistiu em reivindicar o controle do processo seletivo de tais profissionais, bem como direcionar as atividades dos mesmos tendo em vista as reivindicações e necessidades dos próprios agricultores. Com este desafio, entra em cena também novos sujeitos, como o IICa, que tendo um papel ligado à administração da estrutura material e da situação jurídica dos funcionários, quanto ao Pólo caberia administrar a parte técnica e operacional da ATER.

É sob esta nova configuração de assistência técnica que se ressalta o papel e importância das novas entidades como o Núcleo Gestor, instância administrada e responsável pela realização de estudos para verificar as possibilidades de aproveitamento e viabilidade dos lotes, o que possibilitou, em um primeiro momento, a construção e conquista efetiva do gerenciamento e administração da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) pelos próprios trabalhadores através das entidades autogestionárias(cooperativas) que surgiram e cresceram sob os auspícios do Pólo sindical.

Para o gerenciamento desta nova modalidade, priorizou-se as atividades onde já existissem cooperativas, sendo tais atividades coordenadas pelas cooperativas, que estabeleceu como principio e

compromisso servir a todos os reassentados estando ou não associado às mesmas. Para a consecução desta proposta ou modelo de gerenciamento se elaborou um Plano de diretrizes básicas que dentre outras questões insere a perspectiva de construção de um modelo tecnológico sustentável para o reassentamento, em que se vislumbresse a uma produção que incorporasse as várias dimensões (ambiental, econômica, social e política).

Tal processo solicitou desempenho e envolvimento de todos os trabalhadores e ainda apresenta-se como um desafio para o conjunto do movimento. Nesta estrutura, inseriram-se também outras instâncias, tais como as coordenações compartilhadas¹⁰⁰, em número de duas, e que agregam os profissionais da ATER tendo a sua performance assessorada pelo Núcleo Gestor, e que buscava dar unidade aos diversos projetos em trabalho conjunto com as cooperativas e os C.L.G.(comitês locais de gestão)¹⁰¹.

Mas destacamos como significativo, a mudança na estrutura organizacional que molda a nova face da estrutura de ATER. Quantitativa e qualitativamente observam-se alterações significativas para a História do reassentamento e do movimento sindical na área, através da interação entre técnicos e agricultores.

Como observa Masselli (1998) se referindo ao papel da extensão técnica em áreas de assentamentos, torna-se necessário perceber e entender como a assistência técnica encontra-se em constante processo de revisão e afirmação substanciada por novos patamares críticos e de construção dessa relação, substanciada não

¹⁰⁰ Uma está localizada em Petrolândia(Pe) e é responsável pelas atividades nos projetos da Borda do lago Ba e Pe. A outra está localizada em Santa Maria da Boa Vista (Pe) é responsável pelas atividades nos projetos especiais.

¹⁰¹ Estes comitês foram pensados particularmente para os projetos ou as áreas que ainda não tinham mostrado condições de criar as cooperativas, isto é, serviria como uma pré-condição da criação de cooperativas.

somente pela performance dos atuais técnicos, mas resultante da relação entre estes e os agricultores.

Relação esta entre agricultores e técnicos que merece uma reflexão haja vista o histórico da extensão rural no processo de modernização da agricultura brasileira . No que se refere á áreas de reassentamentos, como sabemos, até então tais projetos, após a formação dos lagos, geralmente permanecem sob encargo de órgãos do Estado o que por extensão tem como marca a atuação de técnicos das áreas de engenharia agrícola, agronomia, etc.

No caso particular do reassentamento de Itaparica, tal procedimento tem se apresentado de forma distinta. Primeiro pelo fato de que os órgãos responsáveis, a priori, por tais projetos estão como que à parte desta interação para com os agricultores; e segundo, pelo fato de que em sua trajetória as lideranças do movimento sindical, através das entidades criadas, têm empreendido capacitações destinadas a administração e controle de tais projetos. Entretanto além da composição numérica da assistência técnica na área de Itaparica, neste momento merece atenção, mesmo considerando sua insipiência, a sua composição ; a forma de inserção e a atuação destes profissionais neste processo.

Estes se encontram classificados da seguinte maneira: técnicos em organização do poder político, e técnicos em organização do processo produtivo, classificação esta derivada da estrutura de ATER atual. No primeiro conjunto, se encontram as assistentes sociais, historiadoras e, em decorrência das necessidades de algumas áreas pela ausência de profissionais daquelas áreas, têm-se as profissionais da área de economia doméstica. De uma forma geral são chamadas de "assessoras em organização". Destas, a maioria são assistentes sociais vinculadas á experiências anteriores diversas e bastantes significativas.

No segundo conjunto, se encontram os engenheiros e técnicos agrícolas responsáveis por uma série de atividades relacionadas a aspectos estritamente técnicos dos perímetros irrigados. Entre os últimos, se encontram os filhos dos reassentados, que sugerem caminhos significativos para a ATER no reassentamento.

Na mudança da ATER anterior para a atual foram selecionados profissionais que dariam continuidade as suas atividades na ATER, agora sob a coordenação do Pólo Sindical. Dentre estes, a maioria continuou no processo. Considerando essa diversidade na composição desta estrutura elencamos 02 aspectos que parecem bastante significativos e que se constituíram em princípios para o processo seletivo : O primeiro relativo a trajetória destes profissionais pois se priorizou à trajetória dos mesmos em consonância com suas práticas e compromisso com os trabalhadores. De acordo com levantamento realizado em campo, de fato constatamos que tais profissionais apresentam trajetórias bastantes diversificadas. De uma forma geral, são profissionais oriundos de movimentos sindicais, igreja, ong's, perímetros irrigados de outros estados, ex- assessores do movimento sindical, etc. Neste universo, verificamos que as assessoras em organização apresentam uma maior diversidade quanto à origem. Nesta diversidade é possível observar como tais trajetórias e "visões de mundo" incidem nas suas atuações, como por exemplo, se constata que as assessoras em organização para o processo político que vêm de uma atuação em trabalhos comunitários de igreja lançam desafios e críticas mais contundentes às posturas das lideranças do movimento sindical, bem como refletem e criticam sobre à forma e condução das atividades realizadas por seus pares, distintamente dos profissionais oriundos de instituições do Estado.

Por um lado é possível observar também que as assessoras oriundas de ONG's lançam temáticas consideradas como "novas"

para o movimento sindical, e que de certa forma acabam por "encantar" os novos sujeitos (os jovens e mulheres), mas também provocam divergências entre as lideranças mais antigas.

A título de exemplo, foi sugerido pelas assessoras que as mulheres, lideranças sindicais, em processo de amamentação pudessem participar das reuniões e atividades do movimento sindical mediante o recebimento de uma ajuda de custo para pagamento de uma ajudante. Tal sugestão além de não ser incorporada nas diretrizes orçamentárias da direção do Pólo sindical tornou-se em fato comumente mencionado nas entrevistas, e nas reuniões como "condição absurda".

Um segundo aspecto diz respeito à mudança na condução de suas atividades. Tal aspecto é bastante significativo pois constatou-se mudanças e alterações significativas em tais atividades, particularmente dos profissionais oriundos da estrutura anterior, selecionados pelos consórcios, em comparação aos atuais da ATER selecionados pelo movimento sindical. Nas primeiras, oriundas da ATER anterior, é possível observar um certo "deslumbramento" :

(...) uma experiência nova, um desafio mesmo e uma coisa assim... uma empolgação. Ai eu fui me engajando com os trabalhadores, aprendendo com ele e vendo que aqueles conhecimentos acadêmicos, velhos, não tinham nada a ver com o que está acontecendo aqui. É uma experiência que eu nunca vou esquecer."

(Assessora em org. do processo político - Petrolândia e oriunda de empresa privada)

Já as assessoras oriundas daquelas experiências (igreja, ONG's, etc) observamos uma análise mais ampla que envolve criticas não somente sobre a realização das suas atividades:

(...)coisa mais difícil do que viver numa diversidade dessa ? Como criar uma unidade dentro dessa diversidade? Olha uma coisa é o que os teóricos falam, criar unidade, aceitando todas as diversidades, mas outra coisa é concretamente vivenciar isso! Itaparica vivencia isso!" (Assessora em organização do processo político oriunda de Mov. sociais)

Mas também às lideranças na condução das atividades e no relacionamento/postura com as entidades na área e dos agricultores :

"(...) todo mundo mamou durante muito tempo, de reassentado a político. Se criou uma cultura do desperdício, os agricultores foram levados a achar que os recursos não tinham mais fim, a viver de uma VMT. Prá você ter uma idéia um dia um agricultor chegou e disse que queria trocar um registro lá da bomba, que era 20,00 reais, ai a empresa disse que só dentro de 15 dias ou então que ele comprasse um novo, sabe o que aconteceu o agricultor saiu brabo e disse que não comprar que isto era papel da CHESF."

(Assessora em organização do processo político oriunda de Mov. sociais)

Dentro destes vários caminhos entre assessores e assessores/ agricultores e entidades busca-se realizar alterações na condução de suas atividades e que podem ser sintetizadas nos seguintes elementos: relacionamento com os agricultores e por extensão a construção de uma relação interativa com os agricultores; socialização no planejamento e realização das atividades; desenvolvimento de atividades sistêmicas e a participação e

organização em eventos e atos públicos, de caráter contestatório, do movimento sindical.

Contudo, cabe ressaltar que além da importância em termos pedagógicos da atuação destes profissionais e que, por extensão reflete na performance do movimento sindical, problemas são visualizados nesta interação e como indica Masselli (idem: 157):

"(...)a responsabilidade de promover a democratização das relações entre técnicos e agricultores não depende unicamente dos primeiros(...) só pode ser construída caso ambos os atores sejam sujeitos, o que significa que tanto os fracassos quanto os louros dessa empreitada devem ser compartilhados entre os dois lados."

Diríamos ainda que este processo de democratização e construção de um projeto, nos moldes de autogestão na área, envolvem ou dependem não somente desta relação entre agricultores e técnicos, mas também da capacidade e possibilidade de mudança das práticas das entidades e organismos que interagem com o movimento sindical na área¹⁰².

¹⁰² É sabido que no período de administração do reassentamento onde o IICA juntamente com movimento sindical partilhavam de tal empreendimento problemas não só de caráter administrativo, bem como de direcionamento de atividades constituiu-se em atritos que culminou na mudança de estruturação dos trabalhos de ATER. Atualmente criou-se outras formas de direcionamento tal como a extinção do núcleo gestor e das coordenações compartilhadas, existindo no momento uma entidade denominada COMPLETA que reúne tais atividades, e sabe-se que tal entidade foi criada por iniciativa dos profissionais de ATER, juntamente com profissionais da SACTES.

3. Questões emergentes: Meio - ambiente, relações de gênero e juventude.

A emergência destas temáticas constitui em tarefa complexa haja vista que não somente há mudanças nas práticas dos organismos institucionais¹⁰³, como na atuação dos próprios movimentos sociais e a ausência de uma literatura com estudos sobre o tema, particularmente sobre o último aspecto.

Segundo Brito (1981) o desenvolvimento da sociedade industrial traz como elemento a ser refletido as atividades predatórias e é com base neste princípio que se sugere a uma nova abordagem para a questão do planejamento energético versus a questão ambiental, tema de difícil abordagem, já que está além de um enfoque técnico, o que requer um contorno social e político.

Este debate sobre energia e meio ambiente traz à tona a necessidade de repensar-se este amplo debate e a necessidade da interdisciplinaridade, pois se enfatiza que o uso predatório dos recursos naturais está determinando pela própria lógica do modo de produção onde os recursos naturais são transformados em mercadorias:

"Quando se fala em meio ambiente, habitat do homem não se está falando apenas em da natureza porque os homens se relacionam com a natureza e entre si e através dela, há necessidade da dimensão sócio-cultural." (Pg. 04)

¹⁰³ No caso específico de projetos de reassentamento é sabido que os atuais investimentos realizados principalmente pelo Banco Mundial exigem a inserção da questão ambiental.

É necessário situar a discussão numa perspectiva histórica, ou seja, a relação homem/ natureza como algo socialmente estruturado, pois cada tecnologia energética adotada tem seu impacto ambiental e é oportuno chamar a atenção para os aspectos ambientais de soluções energéticas ditas "limpas".(idem:7)

O discurso ecológico dentre as várias discussões exige um forte apelo à participação democrática da sociedade no processo de decisão e assim, a escolha de um programa energético implica, não apenas em opções tecnológicas, mas também em uma opção política e ideológica , um modelo de civilização. Torna-se necessário buscar alternativas a partir dos recursos de cada região, superar a dicotomia entre crescimento econômico e proteção ambiental, através de estratégias que sejam orientadas em função das necessidades humanas.

Vainer (1996), analisando as estratégias dos atores envolvidos na problemática em situações de conflito(representações da sociedade civil, e organismos institucionais), ressalta que tal discussão, as estratégias dos organismos institucionais, contém nas entrelinhas uma visão malthusiana que entende população e meio ambiente, onde este último consistiria em recurso constante, prevalecendo assim um objetivismo que abandona o exame das condições em que se constrói as próprias representações do mundo social e suas relações com a natureza.

Entende, por um lado que os movimentos sociais através de sua trajetória expressam os avanços desses movimentos, enquanto sinalizador da constituição de um sujeito político, e por outro lado o setor elétrico sofrendo pressões advindas de todos os lados começam a impor requisitos a questão ambiental para a concessão de créditos, daí ter-se os primeiros documentos da Eletrobrás fazendo face ao

novo contexto, reelaborando suas estratégias e táticas de intervenção.
(idem:185)

Consideramos que tais estratégias sinalizam para dois caminhos: um onde o setor elétrico incorpora em seus discursos e intervenções um conjunto de conceitos e métodos para minimizar os problemas, pois que a população continua a ser vista como obstáculo a ser superado, e de outro os movimentos de atingidos que elaboram uma visão original da problemática ambiental, que nem mimetiza os discursos oficiais, nem reproduz o discurso do ecologismo(idem:186).

Estes movimentos, segundo o autor surgem para criar condições de emergência de novas visões acerca do significado dos processo, e por extensão se afirmam como sujeito do meio ambiente, portadores de um projeto social e ambiental, ou seja, através de suas representações buscam impor uma determinada visão acerca do significado e consequência da implantação destes grandes projetos. É pois no reconhecimento dos elementos (terra, água, recursos, naturais, etc) pertencentes a seu habitat e da revalorização de seus significados que os movimentos sociais vão afinar, progressivamente suas visões acerca da relação população e meio ambiente.
(idem:196)

Ferreira(1996) se referindo ás estratégias dos organismos institucionais indica que os atuais problemas ecológicos têm sidos elaborados com determinadas limitações, enfatizando que a preocupação dos órgãos governamentais tem como fundamento o crescimento econômico, pois quando se insere a discussão, problemática em nível institucional tem-se como perspectiva o gerenciamento e administração de conflitos.

No exemplo do movimento sindical em Itaparica, em relação ao meio ambiente, ou melhor, as estratégias do movimento em relação a problemática constatamos que tais estratégias em um

primeiro momento estão relacionadas às atividades desenvolvidas nos perímetros irrigados, mas também nas agrovilas em função do lixo doméstico que começa a preocupar os reassentados. Observamos que vários são os temas e desafios a serem superados, tais como o uso dos agrotóxicos, pragas nas lavouras, racionamento da água para uso na irrigação, a educação ambiental, em que se busca através de capacitações coletivas, seminários, reuniões internas, etc., solucionar determinados problemas.

Dentre estas atividades, destacamos o seminário de avaliação da ATER dos projetos da borda do lago, envolvendo uma série de linhas de ação que estão sendo desenvolvidas dentro do reassentamento, tais como a questão ambiental, associativismo, produção das cooperativas, inserção dos jovens e mulheres, capacitação voltada para a questão política, etc .

O objetivo deste seminário constituiu em uma prévia da apresentação das atividades realizadas pelos projetos da Borda do Lago, de caráter preparativo para um seminário de avaliação da ATER, que teve como propósito reunir as duas coordenações compartilhadas. A iniciativa da proposta metodológica de avaliação das compartilhadas foi da Coordenação Compartilhada dos Projetos, localizada em Santa Maria da Boa Vista.

Um primeiro momento da avaliação foi marcado pela visita panorâmica e virtual das atividades pelas equipes, considerando a impossibilidade de realizar visitas "in loco" de cada projeto, bem como propiciou a socialização e troca de informação entre os vários projetos.

Em tais atividades realizadas, observamos uma difusão de temáticas e estratégias considerando-se o fato de que os projetos estão em estágios e realidades diferenciados.

Assim a realidade quanto ao Meio ambiente, agroecologia e agrotóxicos, os técnicos avaliam

"Não há nada definido em relação ao meio ambiente na Jusante, entretanto em todos os projetos é visível duas questões ou resultados alcançados, ou seja é comum a todos os projetos: Redução de fertilizantes e agrotóxicos na UOD."

Ou ainda :

"(...)faltam dados concretos quanto a questão da redução dos índices de uso dos agrotóxicos, torna-se necessário realizar um monitoramento que revele índices concretos, quantitativos, deste resultado. Sugere ainda que o monitoramento seja inserido como um dos pontos de planejamento da C. Compartilhada."

(coord. de O &M , da C. Compartilhada Borda do lago)

Ressalta-se ainda a necessidade de técnicos menos dependente do uso dos agrotóxicos para que os trabalhadores possam ter controle do desenvolvimento dos seus lotes." E se enfatiza que só o projeto Barreiras possui uma metodologia de acordo com as diretrizes básicas de ATER".

Quanto à questão da inclusão da temática ambiental nas escolas, observa que a mesma deve ser madurecida em todos os projetos, apesar da existência de iniciativas particulares.

Além destas atividades de caráter mais institucional encaminhado pelas entidades do movimento sindical, outros caminhos sugerem o amadurecimento da discussão como a realização de um seminário sobre Meio Ambiente em Rodelas, que teve como ponto

principal a questão do lixo nas agrovilas, evento realizado com apoio da assessoria em organização para o poder político da Borda do lago e que resultou em envio / solicitação ao prefeito da coleta de lixo e realização de vídeo nas agrovilas pelos representantes dos grupos de jovens e ambientalistas em Rodelas(o DAPA e o DINI).

A abordagem das relações de gênero no movimento sindical não é nova como observamos nas várias entrevistas, quando se faz referência à participação das mulheres nos primeiros embates e conflitos entre o movimento sindical e a CHESF, particularmente na parada da obra, em 1986, quando elas se viram à frente dos policiais, bem como as dificuldades encontradas em decorrência dos cursos realizados em 1996.

Neste momento tem-se um trabalho que envolve uma parceria Pólo sindical / Koinonia, voltado para os jovens e as mulheres. No caso a inserção das mulheres no reassentamento tem visualizado dois caminhos: um pela via representativa, haja vista que as mulheres têm assumido em larga escala cargos diretivos (Quadro 08), e um outro relacionado a inserção na esfera produtiva.

Quadro 08: Inserção das mulheres no Movimento sindical.

Instâncias	Nº
Pólo Sindical	04
Sindicatos	33
Associações	15
Cooperativas	11
TOTAL	63

Fonte: Pesquisa de campo. 1998

Com base nestas informações, identificamos que no Pólo Sindical a presença das mulheres é maior no coletivo e na coordenação das secretarias.

Nos sindicatos também a maioria é nos órgãos colegiados, exceto o Str. de Rodelas. No que se refere às associações, a maioria delas tem na sua presidência mulheres, contudo depende da natureza ou do tipo e finalidade da associação. E por fim nas cooperativas, a sua maioria atua em cargos administrativos, exceto Rodelas.

Constatamos contudo, que há dificuldades, problemas internos de aceitação da discussão de gênero, embora haja experiências isoladas em projetos que envolvem jovens e mulheres.

Particularmente em Glória há um esforço por parte da cooperativa em agregar as mulheres através de projetos :

"A COOPAG no núcleo interno tem um projeto onde se inseriu a família, onde vai mexer com fruticultura , com animais, peixes e aves, as próprias famílias decidiram o que a mulher gosta, o que o filho gosta, ai até este projeto vir todas as mulheres já estão sabendo quais são as suas atividades, e tudo isto tendo como base a vocação".

(liderança do grupo de mulheres/Glória-Ba)

Além desta experiência isolada, a secretaria da mulher e jovens tem buscado encaminhar junto ao Pólo sindical atividades que tentam desmistificar o papel da mulher na produção :

"Não se incentiva tanto as atividades voltadas para bordado, tricô, etc pois o incentivo é para que elas atuem na área de produção, muitas são viúvas e lá se tem a perspectiva de criar-se uma associação para se viabilizar essas questões."

(Pres. do Str. de Rodelas/ coord. da secretaria de mulher e jovem do Pólo Sindical)

No que se refere à questão da juventude no reassentamento, esta mesma vem se dando de forma paulatina. Observamos tal inserção em cargos diretivos, como por exemplo, na coordenação do departamento de jovens do Pólo Sindical e nas direções de cooperativas, associações, etc ; integrantes de núcleos ambientalistas na região, ressaltando-se neste caso, o DAPA e o DINI, ambos em Rodelas; realização de eventos destinados a reconstituição e valorização de hábitos culturais(festas de safra, concursos sobre a história do reassentamento, etc) e no momento, conta com apoio da Koinonia para articular e organizar a juventude. Quanto a esfera produtiva concretamente, sabemos que uma parcela destes jovens qualificados, por exemplo, técnicos agrícolas, vêm fazendo parte da equipe de assistência técnica enquanto exigência do movimento sindical. Contudo não se trata de informações que possam sinalizar de imediato a possibilidade de que tais atividades venham propiciar a permanência destes nos projetos do reassentamento. Iulianelli(1998: 01) considera que:

(...) os jovens são o presente do Pólo, estão ai para fazer parte do sonho de mulheres e homens que tiveram no passado recente suas vidas transformadas e são fontes de alegria e de renovação dos ideais que mobilizam as pessoas no Submédio São Francisco."

Renovação e mobilização constatada em vários momentos da trajetória deste movimento, a maioria deles que não acompanharam diretamente a luta, mas que começa a perceber a sua importância nos perímetros irrigados e a responsabilidade que todos pela frente ao administrar estes projetos ou como disse uma liderança sindical..." uma multidão de gente que está sempre fazendo a vida em sociedade começar de novo."

CONCLUSÃO

A trajetória da literatura sobre a temática PGE e movimentos sociais indica que os primeiros passos no que se refere constituição de um arcabouço teórico tem nas comunidades indígenas o seu principal foco de análise. Tais estudos por um lado serviu para mobilizar a opinião pública sobre os efeitos de projetos deste porte, bem como possibilitou o acúmulo de informações que substanciaram a criação de núcleos temáticos de pesquisa.

Destacamos que a "invisibilidade" da reação de tais segmentos ou comunidades tem como justificativa o fato destes serem primordialmente "tutelados" pelos órgãos institucionais comprometidos com os interesses nacionais. Contudo, é em decorrência destes estudos, primordialmente realizados pelos antropólogos, que se reúne informações cruciais para a década seguinte em que se visualiza outros segmentos sociais

Nas décadas seguintes tal literatura ganha corpo não somente resultante da visibilidade dos movimentos sociais, mas também das modificações incorporadas pelos órgãos do Setor elétrico, responsáveis por tais projetos e das novas perspectivas analíticas. Entretanto não incorpora no seu horizonte interpretativo uma referência explícita às mobilizações das populações atingidas, já que privilegiam aspectos relativos à dimensão cultural da vida destas populações. Constatamos assim que neste percurso analítico os estudos têm pautado o dinamismo inerente ao campo temático e, ao mesmo tempo, incorporado novas e intrincadas questões teóricas que permanecem ao longo da trajetória, no entanto carecem de uma articulação analítica, uma reflexão que enfatize e permita a visibilidade das metamorfoses, dadas a partir das ações coletivas, no interior dos movimentos sociais.

As experiências no rio São Francisco que tomamos como ilustrativas para entender a atuação de tais movimentos sociais, e nestes a constituição da ação política afiguram-se de maneira importante na medida em que compreendemos que não somente as formas das relações de produção, ou melhor o vínculo com a terra, significa por excelência a mola propulsora da reação política. Contudo não é tomando estritamente aspectos relativos a dimensão cultural da vida desta populações que se poderá compreender a natureza dos movimentos sociais.

Assim ao nos reportamos a estes movimentos sociais, ressaltamos como a constituição das ações coletivas são elaboradas a partir de um conjunto de estratégias relacionadas às articulações destas populações com vários sujeitos (igreja, sindicatos, etc). Entendemos assim que a singularidade do movimento sindical em Itaparica em comparação aos outros deve-se aos seguintes aspectos, em primeiro momento, a articulação, particularmente de Sobradinho, com a aglutinação dos sindicatos em toda área e a busca de informações, sem contar diretamente com apoio da ala progressista da igreja e ainda a articulação com entidades congêneres, o que fortaleceu a reivindicação por um projeto de reassentamento; as formas de manifestação realizadas, como por exemplo a paralisação das obras, definindo o tipo de confronto com o Estado e que resultou na conquista do projeto de reassentamento. Certamente o ganho mais significativo foi a ampliação dessa conquista para as outras área. Isto aconteceu devido a articulação das lideranças deste movimento com outras entidades representativas da sociedade civil. Pode-se afirmar o ganho no aprendizado de cada entidade pela experiência adquirida e, que ampliou a ponto de agregar outros sindicatos da região.

Após a formação do lago é significativo o encaminhamento dado pelo movimento sindical em nível organizacional, com a reestruturação das entidades no sentido de contemplar as novas demandas. Constatamos que a situação atual de impasse criado pelo governo federal tem como ponto chave a perspectiva de titulação definitiva dos lotes, sem assegurar as condições mínimas que permitam a autonomia dos agricultores, bem como quanto à condução do processo que se revela bastante nebulosa na medida em que outros desafios internos devem ser solucionados pelo movimento sindical (dificuldade financeira, fragilidade e crise de representação nas bases, etc).

No que se refere às relações de produção o papel desempenhado pela assessoria (profissionais de assistência técnica e extensão rural) para com os agricultores neste contexto tem ido além do que as vezes é esperado (assistencialista), já que nesta interação as ações coletivas de caráter estritamente político se imbricam às ações de caráter técnico, ou seja, relativas a organização da produção nas cooperativas autogestionárias. Constata-se, por outro lado, que tal interação pode vir a acrescentar outras demandas conflitando o interior e a dinâmica dos participantes do movimento sindical em suas entidades. Assim a construção deste "novo" espaço condensa práticas produtivas relativas à uma produção que se vislumbra "sustentável" não somente economicamente, mas em termos de igualdade das relações entre os agricultores nos vários espaços das entidades que compõem o movimento sindical.

Verificamos durante as atividades de observação que os conflitos e divergências entre as lideranças sindicais são colocados à parte em detrimento do contexto, ou seja, as diferenças de estágios produtivos dos perímetros irrigados, que por extensão resultam em

posturas políticas diferenciadas das entidades, são minimizadas e niveladas tendo em vista os objetivos frente à postura da CHESF.

As ações coletivas assim são dirigidas para a resolução dos problemas relacionados à conclusão dos perímetros irrigados, através de diversas estratégias(denúncias, acampamentos, etc), bem como voltadas para a organicidade das entidades integrantes do movimento sindical na área, ou seja, se articulam à resolução de problemas relacionados à representação política na área, com a inserção dos novos sujeitos. Entendemos também que nestes espaços das entidades visualiza-se a emergência de práticas de resistências à desigualdade contidas nas relações entre gêneros e gerações. Decorrentes destas práticas observamos que tais sujeitos ao deixar de atuar nos limites do privado provocam novas situações no interior da família, e das entidades integrantes do movimento sindical. No interior destas entidades tais práticas se estruturam não somente a partir de reivindicações próprias do universo destes sujeitos, mas relacionadas ao contexto de tensão do reassentamento, o que redefine a dinâmica de tais entidades

Estas ações encontram-se em mais uma fase de maturação, contudo entendemos que ao compararmos este movimento com aquelas ações dos movimentos sociais do Vale do São Francisco em muito se avançou na medida em que as reivindicações estão além das indenizações de benfeitorias.

Constatamos assim que as ações coletivas encetadas pelo movimento sindical sinalizam para a consolidação de um "novo" espaço agrário onde as práticas de resistência e organização se constituem em ponto de partida para a conquista da "terra molhada", o que não deixa de ser um alento dentro deste quadro de dificuldades políticas e conjunturais de atuação dos movimentos sociais.

Assim entendemos a necessidade de uma reflexão teórica que contemple esta diversidade, sem perder de vista que os encaminhamentos que substanciam tais estratégias ou ações coletivas constituídas nas entidades, se referem às condições de vida de populações deslocadas e espoliadas de seus direitos. E quanto aos elementos que se afiguram como "novos", entendemos que estes não devem sobrepor-se à outros no processo de análise .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ANDRADE, Manuel Correia de. O desafios ecológico. São Paulo, Hucitec. 1999.
- ARAÚJO, E. Jordão. Transformações e projetos de autogestão em empreendimentos camponeses, Salvador, CEAS, 1991.
- ARAÚJO, Frederico G. Bandeira. Fé cega / Faca amolada : modernização e conflito no Brasil contemporâneo. RJ, Zahar / FUSB, 1991.
- ARICÓ, José. Por que Gramsci na América Latina? capturado in : site Artnet. Com.br Textos de Gramsci. 1999.
- ASSIS, Jesus de Paula. Porto Primavera : A última das grandes Hidrelétricas. Ciência Hoje. Vol.24, nº 141. 1998
- BACELAR, Tânia Herança de diferenciação e futuro de fragmentação in : Estudos avançados. VI. 11. N.29. USP. Jan./abr. 1997.
- BOA NOVA, Antonio Carlos. Energia e classes sociais no Brasil. S/I, Loyola, 1985
- BRESSAN, Delmar. Gestão racional da natureza. São Paulo, Hucitec, 1996
- BRITO, Octávio Elísio Alves de. O impacto ambiental dos programas energéticos. Brasília, Revista Bras. Tecnologia. 1981.
- CABRAL, Bernardo. Em busca da eficiência In : Agroanalysis, revista de economia agrícola da FGV. CEA/IBE. Março. 1998.
- CÂMARA, Antônio. A atualidade da reforma agrária - De Canudos aos Sem-Terra: a utopia pela terra. In: Revista de História Contemporânea. O Olho da História. V.2. n. 03. Salvador. Ba. 1996.

- CARVALHO, Inaiá. Nordeste: discutindo transformações recentes e novas questões. Fortaleza. UFCE, In: serie estudos e pesquisas, nº 17. 1989.
- CATULLO, Maria Rosa. Antropologia y proyectos de gran escala : los estudios sobre represas hidroeléctricas en Brasil. In: Anuário antropológico . Tempo Brasileiro. 1993.
- CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. 3ª edição. São Paulo, Cortez, 1998
- DUARTE, Emeide Nóbrega et al. Manual técnico para realização de trabalhos monográficos. João Pessoa. Edt Universitária./ UFPB, 1993.
- ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 14ª edição. São Paulo, Perspectiva, 1977.
- FAINZILBER, Abrahão. Energia hidrelétrica. Rio de Janeiro, Bloch, 1980.
- FERREIRA, Leila da Costa. A política ambiental no Brasil In: População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições. George Martine(org.). UNICAMP. 1996
- FERREIRA, Rosa Maria. As águas e o tempo : memórias de Nova Ponte. Belo Horizonte, 1996.136pg. Dissertação (mestrado em História) UFMG. 1996.
- FELDMANN, Fábio . Revisão institucional e recursos hídricos. In: seminário de irrigação, política de águas e implicações legais. Washington, DC, out. 1993.
- FILHO, José de Carvalho Silva. A besta-fera e as águas de baixo: Um estudo sobre representações. Recife, 1993. s/pgs. Dissertação (mestrado em antropologia). UFPE.
- FILHO, José dos Reis Santos. "Santo Antonio de Glória foi carregado de Costas": a experiência de Moxotó. São Paulo, In : Memórias camponesas. CEDEC. 1984.

- GARRIDO, Raimundo. Os novos preceitos. In : Agroanalysis, revista de economia agrícola da FGV. CEA/IBE. Março. 1998.
- GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos . s/edição. São Paulo, Loyola, 1997.
- GRANZIEIRA, M^a Luiza Machado. Direito de águas e Meio ambiente. São Paulo, Ícone, 1993
- GRYBOWSKI, C. Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais. FASE. 1987.
- GTDN - Grupo de Trabalho para o desenvolvimento do Nordeste. 3^a edição. Rio de Janeiro. SUDENE. 1978
- LEITE, Antonio Dias. A energia do Brasil. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977
- MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho. São Paulo, Hucitec, 1993
- MACHADO, Eduardo Paes. Poder e participação política no campo. Salvador, CERIFA/CAR/CEDAP/CENTRU. 1987.
- MASSELLI, Maria Cecília. Extensão Rural entre os Sem-Terra. Piracicaba. UNIMEP. 1998.
- MELUCCI, Alberto. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. In: Novos estudos - CEBRAP. N^o 40. Nov. 1994.
- MILLAR, Agustin. O gerenciamento dos recursos hídricos e o mercado de águas. In : seminário de irrigação, política de águas e implicações legais. Washington, DC, out. 1993.
- MORAES, Antônio Carlos Roberto. Ideologias geográficas (espaço, cultura e política no Brasil). 3^a edição. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____, Meio ambiente e ciências humanas. 2^a edição. São Paulo, Hucitec, 1997

- MOREIRA, Eliana et al. Sindicalismo rural: memórias de líderes. In: Trabalho, sociedade e meio ambiente. UFPB. 1997.
- OLIVEIRA, Francisco de. Elegia para uma Re(li)gião. 3ª edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- PALMEIRA, Moacir et al. Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas : reflexões sobre a questão agrária. Rio de Janeiro, UFRRJ.CPDA. 1997.
- PANDOLFI, Maria Lia. Na Margem do lago. Um estudo sobre o sindicalismo rural. Recife, 1986. 169 pgs. Dissertação(mestrado em economia e sociologia -PIMES), UFPE.
- PANTOJA, Mariana. Assentamentos. Palestra no curso de formação em Petrolândia/Pe. Apoio Pólo sindical/ CEDI. 2º semestre. 1991.
- PEREIRA, Rosa Maria Viana. O papel da igreja na resistência de Sobradinho. Salvador. 1987. s/pg. Dissertação(mestrado em ciências sociais), UFBA.
- RODRIGUEZ, Fernando Antonio. Os caminhos das águas. In : Agroanalysis, revista de economia agrícola da FGV. CEA/IBE. Março. 1998.
- ROTHMAN, F. D. Estado, empresas e pequenos agricultores atingidos por barragens : o caso da bacia do alto rio doce de Minas Gerais. Natal -RN, In : Anais da SOBER, agosto. 1998.
- SANTIAGO, Wilter. Intervenção federal na economia do Nordeste: a terra como limite político-histórico. In: Capitalismo e força de trabalho. Seminário no mestrado em CISO. UFBA. 1983.
- SANTOS JÚNIOR, Raimundo B. Movimentos sociais nos anos 90: confronto e reencontro entre sociedade civil e Estado. Piauí, CEPAC. 1993.

- SANTOS, Silvio Coelho. Metodologia para o estudo de projetos de desenvolvimento e suas implicações políticas: o caso das hidrelétricas. In: Anuário antropológico . Tempo Brasileiro. 1993.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Projetos de grande escala : a ocupação do espaço e a reação popular. São Paulo, Loyola, In: Redes de movimentos sociais. 1996.
- _____ Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização. São Paulo, Editora Hucitec. 1999
- SIGAUD, Lygia. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos : barragens de Sobradinho e Machadinho. PPGAS/UFRJ. Comunicação N ° 09. 1986.
- _____ A política "social" do setor elétrico. In: Revista semestral do Depto. De Sociologia da UNB. VI. IV, nº 01, jan/jun.1989.pg.55-71.
- SILVA DUQUE, Avanildo. O reassentamento rural de Itaparica; conflitos e transformações no espaço agrário do Submédio São Francisco. Recife, 1997.185pgs.Dissertação(mestrado em geografia). UFPe.
- SILVA, Maria Dulce. Movimentos sociais - uma abordagem conceitual. In: Movimentos sociais nos anos 90: confronto e reencontro entre sociedade civil e Estado. CEPAC/ PI. 1993.
- SILVA, Paulo Pontes. Energia e conflito. A construção de hidrelétricas e os movimentos sociais no campo. Salvador, 1990. 178 pg. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). UFBA. 1990.
- SOUZA, Celso P. de. O sertão virou mar : a luta em Itaparica. Rio de Janeiro, revista Proposta. N ° 46.setembro. 1990.
- IULIANELLI, Jorge Afílio Silva et all. Os jovens e o Submédio São Francisco : realidades e desafios. Rio de janeiro. Co-edição KOINONIA - Pólo Sindical do Submédio São Francisco. 1998.

- VAINER, Carlos B. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. 1996
- _____, Entrevista. Rio de Janeiro, Revista Proposta, n.78, set/out.1998.
- VIANA, Aurélio et al. O Pólo Sindical e a luta dos atingidos pela Barragem de Itaparica. Rio de Janeiro, CEDI/KOINONIA, 1992.
- _____, Questão ambiental e luta pela terra. In: revista Proposta. N ° 46.setembro. 1990.
- _____,O Processo de solicitação de painel de inspeção do Banco Mundial para o Projeto de Itaparica. Brasília, INESC, novembro, ano V, n.35,1997.
- _____, et al. A estratégia dos Bancos multilaterais para o Brasil: análise crítica e documentos inéditos. Brasília, REDE BRASIL , 1998.

Outros documentos:

Relatórios de atividades do Pólo Sindical dos trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. 1988 a 1997, Petrolândia/Pe.

Relatórios de atividades da FUNDAJ. (1984 a 1995). Recife/Pe
Boletins e informativos de associações, sindicatos, cooperativas, etc. 1998. Petrolândia/Pe.

Jornais : A Tarde e Tribuna da Bahia (Salvador - Bahia); Diário do Comércio e Diário de Pernambuco (Recife- Pe); A Folha da cidade (Paulo Afonso-Ba). 1998

Sites da Internet : CHESF, CEAS, PT, SUDENE, Pólo Sindical dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco, Projeto Xingó, etc.

ANEXOS

164

ANEXO 01 :

QUESTÕES DO ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Universidade Federal da Paraíba
Centro de Humanidades - Campus II
Mestrado em Sociologia Rural
Cleildes Marques de Santana

Roteiro para entrevistas aberta : Entidades Formais e Informais

Primeira Parte :Questões Gerais para Entidades:

- 1.Nome:
- 2.Localidade:
- 3.Estrutura:
- 4.Ano de criação
- 5.Composição/ número de associados
- 6.Critérios de ocupação dos cargos ou função.
- 7.Objetivos
- 8.Grau de interferência e relação com outras entidades
- 9.Atividades
 - 9.1.Tipos
 - 9.2.Metodologia/ atendimento às demandas.
 - 9.3.Periodicidade
 - 9.4.Meios e instrumentos viabilizadores(reuniões, assembléias, boletins, cartilhas, etc)
- 10.Percepção quanto ao papel : mulher, jovem, igreja, partidos, políticos, Estado, Imprensa, ONG's, entidades classistas.

Segunda parte: Questões específicas para o entrevistado(a)

1. Dados (Idade, sexo, escolaridade, etc)
2. Inserção e Trajetória no Reassentamento e Movimento sindical:
 - 2.1. Como e quando começou a participar no Reassentamento e no movimento sindical?
 - 2.2. Qual a importância do movimento para você?
 - 2.3. Opinião sobre a descentralização do Pólo sindical.
 - 2.4. Opinião sobre acordos entre movimento sindical /CHESF.
 - 2.5. Quais as conquistas que alcançaram e pretendem alcançar.
 - 2.6. As principais dificuldades.
 - 2.7. Fatos marcantes nestes anos de luta.
3. Realização das suas atividades (tipos, periodicidade, etc)

OBS: Data e local da entrevista:

Condições de realização:

Impressões a posteriori:

ANEXO 02

Entidades Integrantes do Movimento Sindical em Itaparica.

Entidades		Entrevistas realizadas
<u>Entidades Formais:</u>		
- Pólo Sindical dos trabalhadores rurais do Submédio São Francisco.	01	01
- Sindicatos de trabalhadores rurais.	16	02
- Cooperativas autogestionárias.	06	03
- Associações comunitárias.	24	0
<u>Entidades Informais:</u>		
- Núcleo Gestor.	01	0
- Coord. Compartilhadas.	02	02
- Grupos de mulheres.	02	01
- Grupos de jovens.	*	01
- Grupos de jovens ambientalistas.	02	**

* Diversidade ampla de grupos desta modalidade.

** Entrevistas informais.

ANEXO 03

Quadro 02 : PERFIL DAS ENTIDADES INTEGRANTES DO MOVIMENTO SINDICAL EM ITAPARICA.

Entidades	Localização	Ano de criação	Objetivos *	Estrutura e Composição
Pólo sindical do Submédio São Francisco	Petrolândia	1979	<ul style="list-style-type: none">- Articulação política dos Strs e entidades.- Coordenação das lutas dos Strs e entidades.- Incentivar articulação ampla a nível do vale do São Francisco para formulação de políticas alternativas de desenvolvimento sustentável da região.- Divulgar, promover e defender os direitos dos trabalhadores rurais da região.- Promover a capacitação, formação e treinamento a trabalhadores rurais das entidades associadas.	Assembléia geral, coletivo, diretoria e conselho fiscal. Na assembléia geral participam os representantes dos sindicatos sócios, onde cada Str. pode indicar 05 delegados. No coletivo participam 03 representantes por Strs. A diretoria é composta por 07 secretários, representantes dos reassentados e mais 02 representantes dos departamentos. O conselho fiscal é formado por 03 membros e 01 suplente eleitos na assembléia geral. O mandato é de 03 anos e dar-se através de eleições.

Grup. de jovens reassentados.	Ba e Pe.	*	Encaminhar e buscar alternativas para as reivindicações deste segmento.	Constituído por filhos de trabalhadores reassentados na área.
Grup.de jovens amb. reassentados.	Rodelas/Ba	1998	Encaminhar e buscar alternativas para os problemas relativos ao lixo nas agrovilas, agrotóxicos; fomentar discussões a nível local; incentivar práticas de hábitos e atitudes saudáveis; elaborar diretrizes para as políticas públicas municipais e a questão da cidadania.	Constituído por filhos de trabalhadores reassentados na área.

Fonte: Estatutos das entidades do Movimento sindical em Itaparica. 1998

ANEXO 04

PERFIL 03: Perfil dos entrevistados (lideranças sindicais de entidades diversas; profissionais de ATER, etc.)

Entrevistados	Sexo	Idade	Grau de escolaridade	Est.civil	Ano de inserção no M.S	Atividade / Ocupação	UF
E1.	Masc.	44	s/Inform.	Cas.	1981	Coord. geral do Pólo sindical.	Ba e Pe.
E2.	Fem.	30	2 ° grau	Solt.	1986	Vice-secretária de coop. /diretora de entidade.	Pe.
E3.	Fem.	32	s/Inform	Cas.	1980	Pres. de Str de Rodelas/ coord. de secretaria.	Ba.
E4.	Masc.	48	s/Inform.	Cas.	1976	Pres. de CoopBarreiras/ pres. do Str. de Petrolândia/1978.	Pe.
E5.	Fem.	34	Sup. comp.	Solt.	1997	Assessora em org. do processo político/ Ba(Historiadora)	Ba.
E6.	Fem.	32	Sup. comp.	Solt.	1994	Assessora em org. do processo político/ Pe (Assistente social)	Pe.
E7.	Masc.	58	s/Inform.	Cas.	1980	Trabalhador rural; vice-pref.munc. de Orocó.	Pe.
E8.	Masc.	36	Sup. comp.	Cas.	1997	Assessor em org. do processo produtivo/Pe (Engenheiro agrícola)	Pe.
E9.	Fem.	28	2 ° grau	Cas.	1980	Liderança de grupo de mulheres.	Ba.
E10.	Masc.	36	s/Inform.	Cas.	1986	Pres. de Coopag .	Ba.
E11.	Fem.	24	2 ° grau	Cas.	*	Coord. de Dept. de jovens/repres. dos pára-rurais.	Ba.
E12.	Masc.	44	s/Inform.	Cas.	1988	Pres. de Str. de Petrolândia/ repres. do cons. Munc. de saúde. (Pe)	Pe.

SI = Sem Informação.

* = A entrevistada " milita" desde os 16 anos na Pastoral religiosa.

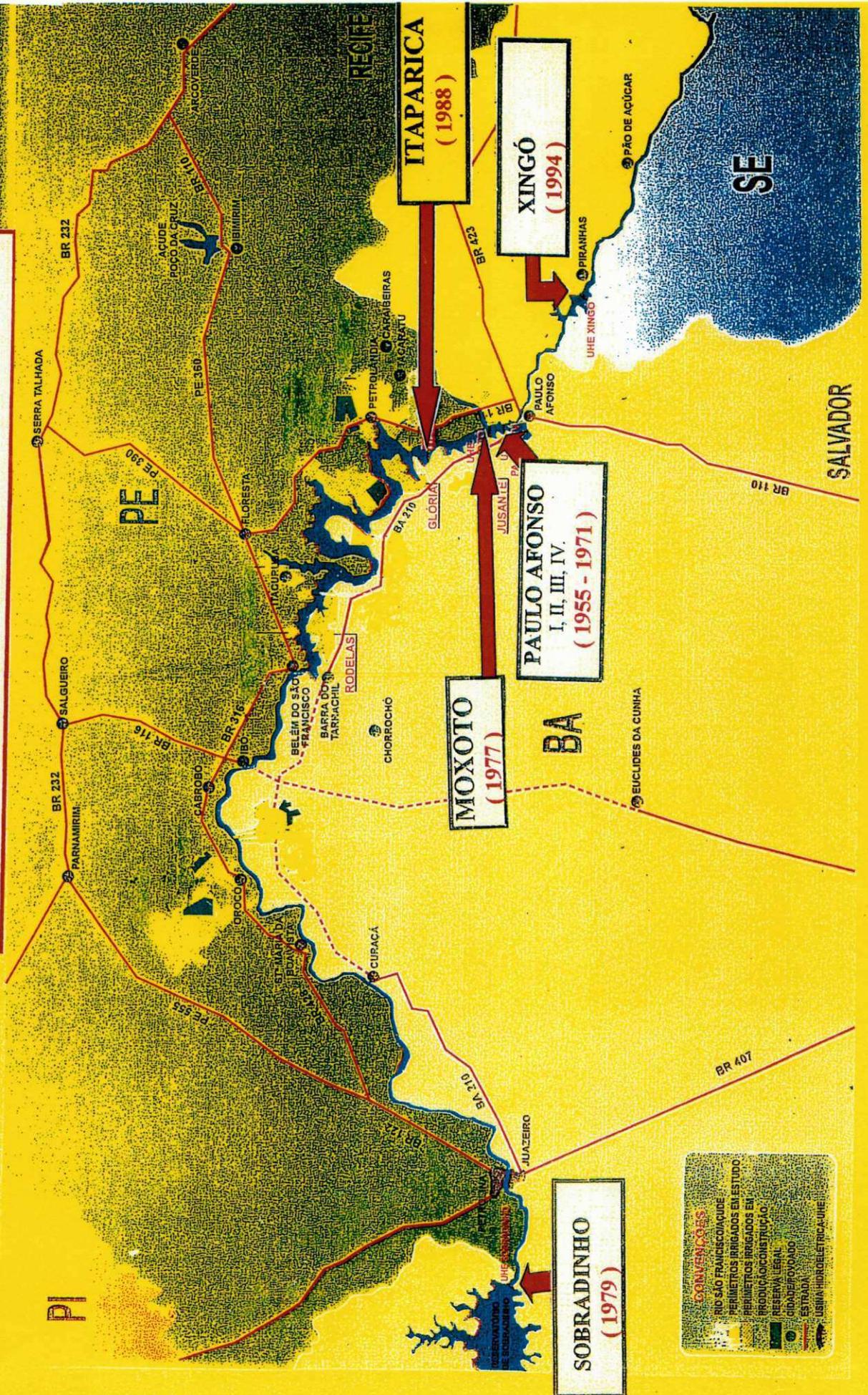
ANEXO 05

Quadro 04 : ATIVIDADES OCORRIDAS DURANTE A PESQUISA DE CAMPO.

ATIVIDADES	Período	Local	Objetivos	Participantes
Reunião preparatória da Ação Pró - Itaparica.	Mar./98	Petrolândia	Preparar as comunidades decidir sobre detalhes da atividade.	Representantes das entidades do MS.
Reunião no bairro do Mulungu.	Mar/98	Paulo Afonso.	Sensibilização de comunidades próximas não diretamente atingidas para a realização do evento a se realizar.	Integrantes do Pólo sindical/Sintel/ e comunidade.
Ação Pró- Itaparica.	Mar./98	P. Afonso	Acampamento realizado pelos TRs. reassentados da região de Itaparica nas dependências administrativas da CHESF durante 04 dias cujo objetivo foi pressionar o governo federal para liberar as verbas para a conclusão do reassentamento Itaparica.	Agricultores do reassentamento/ lideranças sindicais /vereadores/ meios de comunicação/ prefeitos/ etc
Assembléia Ordinária do Pólo Sindical.	Mai/98	Petrolândia	Discutir a atual situação do reassentamento com os integrantes das diversas entidades para decidir as próximas atividades relativas aos vários problemas.	Integrantes dos Strs, cooperativas, associações, etc.
Pré - assembléia de fundação da cooperativa de Rodelas.	Junho/98	Rodelas	Encaminhar os procedimentos legais para concretizar a fundação da cooperativa.	Diretores do Pólo sindical, representantes das cooperativas, assessores, etc.

Reunião do coletivo do Pólo Sindical.	Set/98	Petrolândia	Unificar a luta do MS tendo em vista o surgimento e criação de diversas entidades e assim definir como agir no conjunto frente aos problemas na área e internamente.	Representantes de Strs, cooperativas, associações, do Pólo sindical e assessores.
Reunião de avaliação Pólo Sindical / Koinonia.	Set/98	Petrolândia	Avaliar a parceria entre Pólo sindical e a entidade(Koinonia) que investe em atividades para os jovens e mulheres.	Consultores da entidade, representantes dos jovens, mulheres e assessoria.
Painel de avaliação do projeto Rodelas.	Out/98	Petrolândia	Avaliação parcial das atividades realizadas pela ATER na área específica.	Representantes das cooperativas, profissionais da ATER.
Seminário de avaliação interna da ATER - B. do lago (Bahia)	Nov/98	Petrolândia	Avaliação e apresentação das atividades realizadas pela ATER na área.	Agricultores e equipe da ATER.

BARRAGENS NO RIO SÃO FRANCISCO



COMVENSÕES

- RIO SÃO FRANCISCO/ACUDE
- PERÍMETROS IRRIGADOS EM ESTUDO
- PERÍMETROS IRRIGADOS EM PRODUÇÃO/CONSTRUÇÃO
- RESERVA LEGAL
- CIDADE/POVOADO
- ESTRADA
- USINA HIDROELÉTRICA/UHE

Fonte: Projeto Itaparica: a força que vem do São Francisco. s/d. CHESF

ACORDO ENTRE A CHESF E TRABALHADORES RURAIS ATINGIDOS
PELO RESERVATÓRIO DA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAPARICA,
COM A PRESENÇA DO MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA.

ANEXO 07

O presente Acordo celebrado após negociações ocorridas nos dias 05 e 06/12/86 no Canteiro de Obras de Itaparica, a partir das reivindicações contidas no documento intitulado "MANIFESTO DOS TRABALHADORES RURAIS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE ITAPARICA A ONZE MESES DA INUNDAÇÃO", datado de 01/12/86, estabelece os seguintes compromissos:

I - CRONOGRAMA DE REASSENTAMENTO

- 15/12/86 - deverá estar assinado o decreto de desapropriação da borda do Lago;
- 30/12/86 - data limite para início do processo desapropriatório da área da Fazenda Pastos Bons, no Município de Petrolina;
- 15/01/87 - entrega do Estudo de Viabilidade econômica do Projeto Jusante, pela CHESF;
- 30/03/87 - data limite para a CHESF estar imitada na posse de todas as áreas necessárias ao reassentamento;
- ABRIL/87 - início das construções das casas nas áreas dos Projetos Especiais de Irrigação;
- AGOSTO/87 - início do reassentamento;
- JULHO/88 - conclusão da implantação dos sistemas de irrigação.

II - CRITÉRIOS GERAIS PARA DISTRIBUIÇÃO DE LOTE RURAL

- a) Os trabalhadores rurais solteiros, maiores de 18 anos são considerados parte integrante do conjunto familiar.

- b) As famílias cadastradas como proprietárias, possuidoras ou arrendatárias e que irrigam 6 ha ou mais, receberão um lote com parcela irrigada de 6 ha.
- c) Os trabalhadores rurais solteiros, maiores de 18 anos e que foram cadastrados até dezembro/85 como família unitária por residirem sozinho, e que não se enquadrem no item anterior, receberão um lote com parcela irrigada de 3,00 ha.
- d) Para as famílias que irrigam área inferior a 6,00ha, aplicar-se-ão as tabelas abaixo:

1 - Critério para determinação da força de trabalho familiar.

Tabela 1

S E X O	FAIXA ETÁRIA				OBSERVAÇÕES
	0-6	7-14	15-64	>65	
Masculino	-	0,20	1,0	0,5	Os inválidos não serão incorporados à força de trabalho
Feminino	-	0,15	0,6	0,3	

2 - Critérios para definição da área irrigada do Lote.

- Função da capacidade empreendedora:

Quadro 2.a

Área cultivada (ha) *	Equivalente Homem
0 - 3,00	-
3,00 - 5,99	1,0

* Área cultivada por proprietário, posseiro, ou arrendatário.

- Função da força de trabalho familiar.

Quadro 2.b

Força de trabalho Familiar (equiv. homem)	Área do lote (ha)
0 - 3,00	3,00
3,01 - 4,50	4,50
> 4,50	6,00

[Handwritten signatures and notes on the left margin]

[Handwritten signatures and notes on the bottom right margin]

A definição da área irrigada do lote a ser entregue a cada família será obtida da seguinte forma:

- Proprietário, posseiro ou arrendatário: através da soma da força de trabalho familiar obtido com base na tabela 1 e quadro 2.a. O total encontrado aplica-se no quadro 2.b, chegando-se assim ao tamanho da área irrigada do lote.
- Meeiros e demais trabalhadores rurais sem terra: através da tabela 1, onde obtém-se a força de trabalho familiar, aplicando-se a seguir esse resultado no quadro 2.b, obtendo-se a área irrigada do lote.

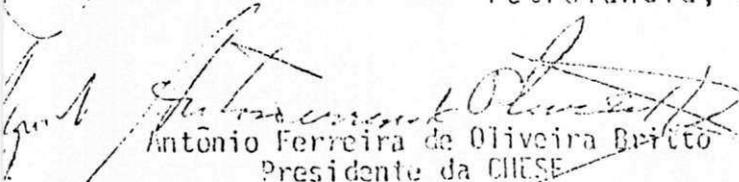
e) Aos aposentados Ativos, será garantido lote com parcela irrigada de, no mínimo, 1,5 ha. Essa parcela aumentará em função da força de trabalho a ser definida através da tabela específica do item anterior.

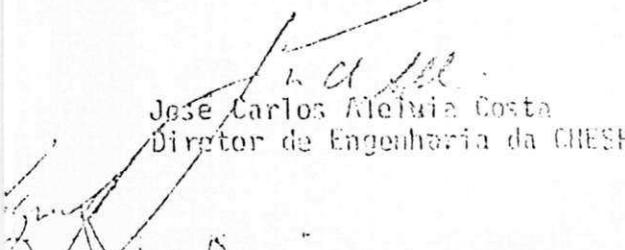
- III - Nos assentamentos da borda do Lago fica assegurada fração ideal variável de 19,00 a 23,50 ha de área coletiva situada nas imediações do projeto.
- IV - Nos assentamentos em Projetos Especiais fica assegurada fração ideal de 10 ha de área coletiva para agricultura de sequeiro e critatório, o mais próximo possível dos projetos.
- V - A CHESF garantirá a partir da transferência da família, a remuneração de 2,5 salários mínimos através de empresas construtoras a um membro do grupo familiar, na localidade onde será implantado o Projeto, até a comercialização da primeira colheita.
- VI - A CHESF fará reajuste nos preços da tabela de indenização, sempre que se fizer necessário, com a participação do Polo Sindical do Sub-Médio São Francisco.
- VII - A CHESF e o Ministério das Minas e Energia, comprometem-se a atuar junto aos órgãos competentes no sentido de conseguir uma linha de crédito especial aos reassentados.
- VIII - Será garantido ao desapropriado, optante pelo reassentamento, o usufruto da terra e benfeitorias, até o dia da mudança para o novo lote, através de contrato de concessão de uso que integrará o processo de apropriação de benfeitorias.

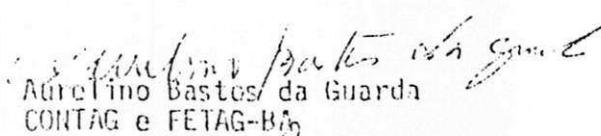
- IX - A CHESF assegurará por um prazo de 5 anos, a contar do início da irrigação, um novo reassentamento para a família que estiver reassentada em projetos, quadras de projetos ou mini-projetos de irrigação, cujo lote vier a apresentar salinização que o inviabilize, após laudo expedido por perícia técnica, que comprove que a salinização não decorreu de imperícia ou negligência na aplicação da irrigação.
- X - A CHESF garantirá assistência técnica, extensão rural e apoio à comercialização para todos os reassentados por um prazo de cinco anos.
- XI - A CHESF garantirá a continuidade da participação ativa das comunidades e das Entidades Sindicais em todas as fases do processo de reassentamento.
- XII - Fica assegurado que o enchimento do reservatório somente será iniciado quando equacionado o reassentamento dos trabalhadores rurais, entendendo-se que essa condição estará atendida com a entrega da casa ao reassentado no local onde ele desenvolverá as suas atividades.
- XIII - Os trabalhadores rurais sob a coordenação das Entidades Sindicais, comprometem-se a desocupar nesta data o Canteiro de Obras da U.H.E. de Itaparica, o que permitirá o reinício imediato das Obras.

Subscvem este documento, os representantes do Ministro Aureliano Chaves, da CHESF e das Entidades Sindicais representativas dos Trabalhadores Rurais da área do Reservatório da UHE ITAPARICA.

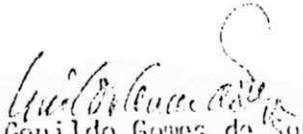
Petrolândia, 06 de dezembro de 1.986.

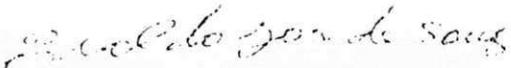

Antônio Ferreira de Oliveira Brito
Presidente da CHESF


José Carlos Aleluia Costa
Diretor de Engenharia da CHESF


Aurelino Bastos da Guarda
CONTAG e FETAG-BA

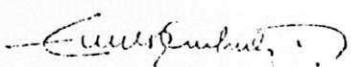

Antônio Marques dos Santos
FETAPE

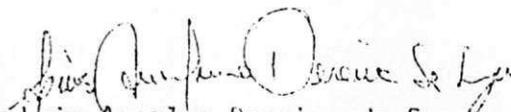

Genildo Gomes de Souza
Diretor Econômico-Financeiro da CHESF

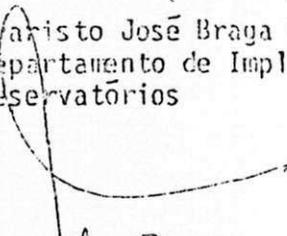

Eraldo José de Souza
Polo Sindical Submédio São Francisco


Luiz Fernando Motta Nascimento
Diretor de Suprimento da CHESF

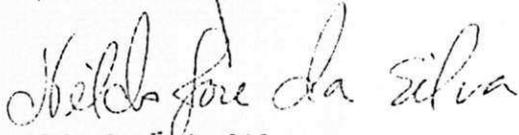

Aldailson Borges Gonçalves Veras
Polo Sindical Submédio São Francisco

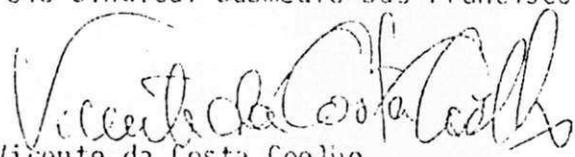

Evaristo José Braga Cavalcanti
Departamento de Implantação de Reservatórios

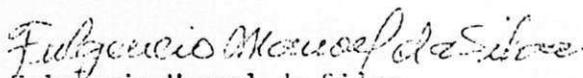

Luis Anselmo Pereira de Souza
Polo Sindical Submédio São Francisco

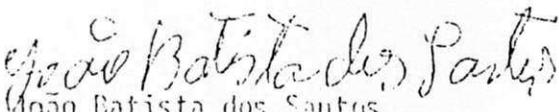

Ronaldo Alves da Silva
Departamento de Obras de Itaparica

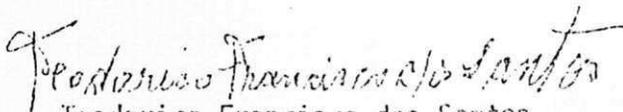

João Regis da Silva Neto
Polo Sindical Submédio São Francisco

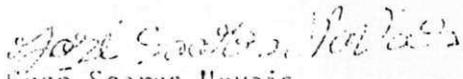

Nildo José da Silva
Sind. Trab. Rurais de Glória

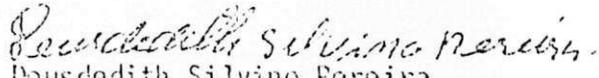

Vicente da Costa Coelho
Sind. Trab. Rurais de Petrolândia


Fulgencio Manoel da Silva
Sind. Trab. Rurais de Floresta


João Batista dos Santos
Sind. Trab. Rurais de Rodelas


Teodorico Francisco dos Santos
Sind. Trab. Rurais de Chorrochô


José Soares Noveais
Sind. Trab. Rurais de Itacuruba


Deusdedit Silvino Pereira
Sind. Trab. Rurais de Belém do São Francisco


Getúlio Lamartine de Paula Fonseca
Diretor Geral do DNALL
Representante do MRE

ANEXO 08

As secretarias do Pólo Sindical do Submédio São Francisco

Secretarias	Funções
Executiva	Ordenar, registrar e executar decisões da diretoria, do coletivo do Pólo Sindical.
Produção e comercialização	Realizar pesquisa no mercado externo e interno para viabilizar a produção e comercialização em conjunto com as organizações autogestionárias.
Jurídica	Atender demandas jurídicas do Pólo sindical.
Convivência com a seca	Discutir soluções econômicas e políticas de convivência com a seca e, articular as entidades que trabalhem com tecnologias alternativas.
Mulher e do jovem	Articular as mulheres e jovens nas área, capacitação para funções de direção em entidades sindicais e congêneres.
Comunicação e formação	Propiciar e realizar cursos de meios de comunicação e informação para o Pólo Sindical.

Fonte: Estatuto do Pólo Sindical do Submédio São Francisco. 1993.

ANEXO 09

MANIFESTO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAPARICA, ACAMPADOS EM PAULO AFONSO, DE 11 A 14 DE MARÇO DE 1998, NO DIA MUNDIAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS.

Os mais de 3.000 trabalhadores e trabalhadoras rurais, jovens, adultos e idosos, agricultores familiares reassentados de Itaparica, acampados em Paulo Afonso (Ba) desde o dia 11 de março, representados por seus Sindicatos, Cooperativas, coordenados pelo POLO SINDICAL DOS TRABALHADORES RURAIS DO SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO resolvem nesta data suspender sua manifestação uma vez que consideram reabertas as negociações para conclusão do reassentamento.

Mostramos ao Brasil e ao Mundo que continuamos unidos e fortalecidos em torno de nossas entidades sob a coordenação do POLO SINDICAL, nosso legítimo representante no processo de negociação com os órgãos do Governo Federal, Estadual ou Municipal.

A vinda do Governo Federal, através da CHESF - Cia. Hidro Elétrica do São Francisco, para reunião durante sete horas no dia de ontem, reafirma que o interlocutor dos atingidos pela barragem de Itaparica é o POLO SINDICAL e seus SINDICATOS.

Nosso acampamento buscava exigir do Governo a destinação de verbas específicas para a realização de todo o reassentamento. Quando já acampados, recebemos a notícia de que no primeiro dia de nossa manifestação a Presidência da República enviou Projeto de Lei ao Congresso Nacional com pedido de suplementação de verba para concretização final do Projeto Itaparica. Estamos certos que, diante das responsabilidades assumidas pelo Governo Federal diante dos trabalhadores e do Banco Mundial, por força de denúncia do Polo Sindical ao Painel de Inspeção, a suplementação será aprovada. Cobramos, ainda, a rápida aprovação da verba pelo Congresso Nacional, dinheiro esse necessário para que os projetos se tornem realidade.

A Presidência da República, através de decreto vinculou todas as ações relacionadas ao projeto de reassentamento de Itaparica, através do Grupo Executivo para a Conclusão do Reassentamento de Itaparica - GERPI, atribuindo à CHESF o papel de órgão executor.

Suspendemos o acampamento com reunião assegurada entre o POLO SINDICAL, o MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, o GERPI e a CHESF para a negociação em torno das propostas do POLO SINDICAL colocadas no ofício entregue a essas entidades no primeiro dia de nossa manifestação.

Para nós, a continuidade das negociações terão curso prioritariamente com a definição e início das obras dos projetos em estudo, com a readaptação dos projetos em construção e a garantia de viabilidade econômica dos projetos em produção.

O Brasil e o Mundo viram que a CHESF, em seus 50 anos, não pode mostrar apenas a grandeza de sua obra energética, construída pelos seus valorosos empregados, mas também por foça de nosso acampamento, viu que os problemas sociais decorrentes da construção da Barragem de Itaparica, passados mais de 10 anos, não foram solucionados.

Para todos os atingidos por barragens, o Projeto Caraibas passa a chamar-se PROJETO FULGÊNCIO, em homenagem ao companheiro assassinado em plena luta pela concretização do reassentamento. O Memorial Fulgêncio, iniciado neste acampamento será permanente e testemunha da luta de todos os trabalhadores atingidos pela Barragem de Itaparica.

Neste DIA MUNDIAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS reafirmamos a continuidade de nossa luta e a solidariedade com todos os injustiçados nas suas lutas pela terra.

Os mais de 3.000 trabalhadores e trabalhadoras, jovens, adultos e idosos acampados, a partir desta data, estarão em permanente prontidão acompanhando as negociações com o Governo Federal, o GERPI, bem como a aprovação da complementação orçamentaria para Itaparica pelo Congresso Nacional. Enquanto não definido cada ponto do documento reivindicatório e suas consequências, permaneceremos mobilizados.

Esta mobilização não teria sucesso sem o apoio e solidariedade de entidades sindicais e de organizações não governamentais, bem como de Parlamentares, a quem manifestamos nossa gratidão.

A solidariedade da sociedade civil de Paulo Afonso, cidade onde acampamos, é estímulo e certeza da justiça da nossa luta.

UNIDOS, MOBILIZADOS E FORTALECIDOS, PERMANECEMOS EM LUTA ATÉ A CONCRETIZAÇÃO TOTAL E FINAL DO REASSENTAMENTO DE ITAPARICA.

ÁGUAS PARA A VIDA - NÃO PARA A MORTE .

FULGÊNCIO PRESENTE - NA LUTA DA GENTE !